



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARCOS ALEXANDRE SALES

**VIVÊNCIAS LGBTI+ NO INTERIOR DO PARANÁ:  
ENTRE O FERVO E A LUTA EM LONDRINA**

---

Londrina  
2024

MARCOS ALEXANDRE SALES

**VIVÊNCIAS LGBTI+ NO INTERIOR DO PARANÁ:  
ENTRE O FERVO E A LUTA EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Kritsch  
Coorientador: Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M321v Sales, Marcos Alexandre.  
Vivências LGBTI+ no interior do Paraná : entre o fervo e a luta em Londrina / Marcos Alexandre Sales. - Londrina, 2024.  
150 f.

Orientador: Raquel Kritsch.  
Coorientador: Guilherme Rodrigues Passamani.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. população LGBTI+ - Tese. 2. sociabilidade - Tese. 3. ativismo - Tese. 4. interior - Tese. I. Kritsch, Raquel. II. Passamani, Guilherme Rodrigues. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

CDU 316

MARCOS ALEXANDRE SALES

**VIVÊNCIAS LGBTI+ NO INTERIOR DO PARANÁ:  
ENTRE O FERVO E A LUTA EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Kritsch  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Coorientador: Prof. Dr. Guilherme Rodrigues  
Passamani  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul -  
UFMS

---

Prof. Dr. Reginaldo Moreira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 27 de agosto de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Desejo, através destas páginas, exprimir meus mais sinceros agradecimentos a *todes* que compuseram, direta ou indiretamente, esse processo.

Primeiramente, agradeço à minha mãe Maria de Lourdes Pereira Sales, ao meu pai José Sales (*in memoriam*), e ao meu irmão Diego Henrique Sales por todo suporte que tive durante o tempo de pós-graduação. Sem vocês, essa caminhada não seria a mesma. Obrigado pelos apoios e afetos, principalmente nos momentos difíceis.

À profa. Dra. Raquel Kritsch, minha orientadora, que aceitou me orientar quando eu ainda queria estudar masculinidades e, mesmo sem dominar o assunto, se debruçou comigo sobre a literatura e me mostrou como ser persistente quando se quer fazer ciência. Obrigado por me incentivar a cada contato e orientação, enxergando em mim a potencialidade que eu não via.

Ao prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani, meu coorientador, que, desde o exame de qualificação, aceitou caminhar comigo e com minha orientadora na busca pela construção desse trabalho. Obrigado pela leitura atenta e pelas orientações valiosas que tivemos ao longo desses 8 meses.

Aos professores: Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR), Dr. Reginaldo Moreira (UEL) e Dr. Fernando Kulaitis (UEL) por se disponibilizarem a ler meu trabalho e participar da minha Banca de Defesa. Suas contribuições, além de bem-vindas, serão extremamente importantes para meu desenvolvimento enquanto pesquisador.

Aos interlocutores que prontamente se colocaram à disposição para contribuir com a pesquisa e reservaram um tempo em suas rotinas para conversar comigo e participar dessa dissertação. Vocês foram fundamentais, muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e aos docentes por me proporcionarem a oportunidade de aprender e aprofundar meus conhecimentos.

Aos discente do PPGSOC, por todas as trocas que aconteceram nas aulas e eventos, dentro e fora da universidade, e, também, por confiarem a mim o cargo de Representante Discente no período de abril de 2022 a maio de 2023.

Aos professores: Dr. Cleber Lopes, Dr. Fernando Kulaitis, Dr. Rafael Braz que, durante minha gestão como Representante Discente, sempre se colocaram à disposição para escutar as demandas levadas por mim, bem como dialogar

abertamente sobre todos os assuntos pertinentes aos discentes. Obrigado por me mostrar como funciona o Programa por trás da administração e coordenação.

Às minhas amigas — agora mestras — Beatriz Batista, Mariana Moreira e Ana Beatriz Boscariol pelas cervejas, conversas, risadas, fofocas e por me fazerem acreditar que esse momento chegaria para nós. Vocês são um dos maiores presentes que ganhei nesse processo. Obrigado por fazerem parte da minha história.

Aos meus amigos e amigas que me incentivaram a me inscrever no mestrado, em especial à Bianca Rossi Totti Mancini, Cristiane Bruninski, Danillo Perioto, Beatriz Seribeli, Poliana Santos, Mariana Valle, Guilherme Pinho (Lupin), Andre Cuani, Jodair Moreno e tantos outros.

À profa. Dra. Jamile Baptista, meu mais sincero agradecimento. Você foi a primeira a me incentivar a trilhar esse caminho, além de corrigir meu projeto de pesquisa e estar comigo a cada etapa deste processo. Que os orixás te protejam e te abençoem sempre, amiga!

À profa. Dra. Camila Mossi, por revisar meu trabalho de forma cuidadosa e sensível. Obrigado por tanto.

A todos, todas e todes que não foram citados anteriormente, mas que participaram desse processo comigo, meus mais sinceros sentimentos de felicidade e gratidão!

Dedico este trabalho a todas as LGBTI+ que  
vieram antes de mim e que lutaram para que  
hoje, essa bicha e tantas outras pudessem  
dissertar sobre nossas vivências.  
Que suas memórias sejam tão vivas  
quanto nossos escritos.

Luto, *pra* nós, é verbo!  
Sempre!

*Nóis tá aqui por cada bicha com a vida  
interrompida  
Por causa de homofobia, ódio e intolerância  
Resistimos no dia a dia  
Pra poder chegar o dia que prevaleça respeito,  
igualdade e esperança.*

(Quebrada Queer)

## RESUMO

SALES, Marcos Alexandre. **Vivências LGBTI+ no interior do Paraná**: entre o fervor e a luta em Londrina. 2024. 154 f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024

A presente dissertação aborda a vivência da população LGBTI+ na cidade de Londrina, Paraná, com foco nas especificidades socioculturais e políticas que caracterizam este grupo social em um ambiente interiorano. O problema da pesquisa reside em compreender o lugar das dissidências sexuais e de gênero em Londrina e como essa população estabelece suas relações, disputas e ações políticas em uma cidade considerada conservadora. Os objetivos centrais do trabalho são investigar como a população LGBTI+ vivencia a cidade de Londrina e quais disputas emergem durante esse processo, além de explorar os lugares de consumo e entretenimento como espaços de sociabilidade, bem como os momentos de militância política. A metodologia aplicada é qualitativa, com a realização de entrevistas em profundidade como principal técnica de coleta de dados. Esse método permite uma análise detalhada das experiências individuais e sociais da população LGBTI+ na cidade. Foram realizadas 12 entrevistas presenciais e virtuais, além de quatro entrevistas com pessoas-chave para a história LGBTI+ local, totalizando 23 horas e 45 minutos de gravações. A pesquisa destaca a importância de olhar para realidades fora do eixo Rio-São Paulo, contribuindo para a literatura sociológica sobre a população LGBTI+ em cidades do interior. Intenta-se, portanto, que o presente trabalho, auxilie na descentralização do conhecimento sobre a população LGBTI+ a partir de vivências e experiências interioranas.

**Palavras-chave:** Londrina; LGBTI+; sociabilidade; ativismo; interior.

## ABSTRACT

SALES, Marcos Alexandre. **LGBTI+ experiences in the countryside of Paraná: between the fervor and the struggle in Londrina.** 2024. 154 f. Dissertation, Graduate Program in Sociology - Center for Letters and Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2024.

This dissertation looks at the experience of the LGBTI+ population in the city of Londrina, Paraná, focusing on the sociocultural and political specificities that characterize this social group in a rural environment. The research problem lies in understanding the place of sexual and gender dissidence in Londrina and how this population establishes its relationships, disputes and political actions in a city considered conservative. The central objectives of the work are to investigate how the LGBTI+ population experiences the city of Londrina and what disputes emerge during this process, as well as to explore places of consumption and entertainment as spaces of sociability, as well as moments of political activism. The methodology applied is qualitative, with in-depth interviews as the main data collection technique. This method allows for a detailed analysis of the individual and social experiences of the LGBTI+ population in the city. Twelve face-to-face and virtual interviews were conducted, as well as four interviews with key people in local LGBTI+ history, totaling 23 hours and 45 minutes of recordings. The research highlights the importance of looking at realities outside the Rio-São Paulo axis, contributing to the sociological literature on the LGBTI+ population in inland cities. It is therefore intended that this work will help to decentralize knowledge about the LGBTI+ population based on experiences in the countryside.

**Keywords:** Londrina; LGBTI+; sociability; activism; countryside.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Representação presente na Conferência.....	117
--------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALIA	Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Centro de Ciências Exatas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CF	Constituição Federal
CIDI	Centro Integrado de Doenças Infecciosas
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CML	Câmara Municipal de Londrina
CMP	Central de Movimentos Populares de Londrina
CMS	Conselho Municipal de Saúde de Londrina
COAS	Centro de Orientação e Apoio Sorológico
Covid-19	Coronavírus SARS-CoV-2
CPATT	Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais
CSU	Centro Social Urbano
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DF	Distrito Federal
DJ	<i>Disc Jockey</i>
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FILO	Festival Internacional de Londrina
GALF	Grupo de Ação Lésbica-Feminista
GHL	Grupo Homossexual Londrinense
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que fazem sexo com outros homens
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA	Associação Internacional de Gays e Lésbicas
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo
LOM	Lei Orgânica do Município
MP	Ministério Público
MPPR	Ministério Público do Paraná
NEAA	Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NYL	<i>New York Lounge</i>
ONG	Organização Não-Governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PP	Partido Progressista
Pr	Paraná
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PT	Partido dos Trabalhadores
REPACI	Rede Paranaense de Ativismo e Cidadania
RJ	Rio de Janeiro
RU	Restaurante Universitário
SEBEC	Serviço de Bem Estar à Comunidade
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ULES	União Londrinense dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTFPr	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>DEMARCANDO O CAMPO, DISPUTANDO TERRITÓRIOS: LONDRINA ...</b>	<b>27</b>
2.1	DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS: A TERRA ROXA QUE SE TORNOU LONDRINA	28
2.2	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA COMO PORTA DE INCLUSÃO.....	35
2.3	LONDRINA DE <i>TODES</i> ? .....	41
2.4	O OLHAR DAQUELES QUE VIVEM A CIDADE: OS INTERLOCUTORES.....	46
<b>3</b>	<b>O FERVO LONDRINENSE: O CIRCUITO LGBTI+ E AS REDES DE SOCIABILIDADE .....</b>	<b>55</b>
3.1	“AQUI A GENTE ENCONTRA TODO MUNDO”: A IMPORTÂNCIA DOS BARES NA CENA LGBTI+ DE LONDRINA .....	56
3.2	“TEM ESPAÇO PARA (QUASE) TODO MUNDO”: BOATES EM DISPUTA.....	61
3.2.1	Da “Bicha Poc” Às “Gays Descamisadas” .....	68
3.3	INCLUIR OS EXCLUÍDOS: SURGEM AS FESTAS ALTERNATIVAS.....	77
3.4	“A GENTE VIVE DE DIA TAMBÉM”: A PARADA CULTURAL LGBTI+ DE LONDRINA COMO FERVO DIURNO .....	80
<b>4</b>	<b>ATIVISMO E CIDADANIA: DA ALIA À PARADA CULTURAL LGBTI+ .....</b>	<b>84</b>
4.1	A POLÍTICA DO FERVO: A HISTÓRIA POR TRÁS DA PARADA CULTURAL LGBTI+ DE LONDRINA.....	85
4.2	MOMENTOS DA LUTA POLÍTICA LGBTI+ LONDRINENSE.....	89
4.2.1	A Primeira ALIAda .....	90
4.2.2	Os Bingos Do Domingo À Tarde.....	97
4.2.3	A Instrumentalização Das Travestis .....	98
4.2.4	A Tentativa De Unificar As Disputas .....	102
4.2.5	O Caminho Para Uma Cidadania Plena .....	107
4.2.6	“Mesmo Na Derrota, Pautamos A Cidade” .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS.....</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>125</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>140</b>
	ANEXO A – TABELA DOS INTERLOCUTORES .....	140
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL .....	141
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ETAPA ONLINE.....	144
	ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ETAPA PRESENCIAL .....	147

## 1 INTRODUÇÃO

*“Nem todos os caminhos levam  
a Stonewall, em Nova York”<sup>1</sup>  
(James Green)*

Essa frase é título de um texto escrito por James Green, brasileiro e historiador, que apresenta uma faceta da realidade que é pouco observada — ou pretensiosamente ignorada — sobre a organização social e política de movimentos LGBTI+ no mundo, em especial na América Latina e, por conseguinte, no Brasil. Essa informação se mostra ainda mais relevante quando percebemos a importante crítica que é feita, não apenas na forma como se constituem os movimentos LGBTI+ latino-americanos, mas antes como o entendimento sobre os sujeitos LGBTI+ são estabelecidos e os conflitos entre sujeitos dissidentes e a esquerda<sup>2</sup>, que foi um impasse importante para a construção de nossas histórias e vivências.

Parte da história disseminada sobre essa população, seja pela literatura crítica, seja por obras cinematográficas, nos fizeram acreditar que tudo começou em 28 de junho de 1969, como no filme *“Stonewall: onde tudo começou”*, de 2015, dirigido por Roland Emmerich; ou nas repetidas reportagens que surgem anualmente no mês de junho — datado como mês do Orgulho LGBTI+ em referência à Revolta de Stonewall. Contudo, como apontado por Green no texto, essa percepção de origem pode causar um apagamento histórico, deixando passar informações, códigos, construções e vivências que nem sequer possuem influência direta dos acontecimentos no bar novaiorquino, como, por exemplo, a fundação do grupo social Nuestro Mundo, em Buenos Aires de 1967, que foi influenciado pelo nacionalismo peronista e pela retórica revolucionária que havia em Cuba no período (Ayala, 2024; Villalba; Boy; Maltz, 2018).

Pensar essa construção do sujeito LGBTI+, bem como das lutas políticas e sociais em torno de uma única fonte — como a revolta estadunidense pela libertação

---

<sup>1</sup> James Green escreveu este texto, para a Revista Cult, em que dialoga com a ideia de que nem todo movimento político sobre a população LGBTI+, em especial na América Latina, emerge da Revolta de Stonewall, mas, também, de outros contextos históricos, como, por exemplo, a Revolução Cubana. Ver em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/>

<sup>2</sup> Leia-se aqui “esquerda” como grupos revolucionários, marxistas entre outros, que, conforme relatado também por Renan Quinalha (2022), o choque de pautas entre militantes gays e lésbicas e partidários da esquerda causou uma nova forma de pensar politicamente para além dos interesses da classe trabalhadora, ocasionando a recusa inicial de vários partidos da esquerda a adotarem as pautas LGBTI+. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o primeiro, no Brasil, a levantar a bandeira da causa LGBTI+, tendo o militante e guerrilheiro Herbert Daniel, como um de seus articuladores. (Green, 2018).

sexual —, nos faz querer olhar para o nosso país e questionar quais os caminhos erigidos como centrais estão tomando forma, no entendimento e no imaginário social, sobre essas mesmas questões.

Aqui no Brasil, o movimento LGBTI+, bem como os debates acerca das pautas pertinentes a esse grupo social, inicia-se no final da década de 1970, quando alguns exilados retornam ao país trazendo em suas malas tudo o que estava sendo discutido lá fora em relação às identidades sexuais e às lutas políticas por libertação sexual, como o caso do João Silvério Trevisan, que foi, inicialmente, para o México e depois para os EUA, onde bebeu de muitas informações e, ao regressar, em 1974, fundou o SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual). A bagagem que veio junto com Trevisan e outros que também tiveram o infortúnio de precisarem sair do país em decorrência da ditadura civil-militar foi disseminada e debatida politicamente, primeiro em São Paulo e depois em outras capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador através do jornal *Lampião da Esquina* (Schultz; Barros, 2014).

Com o passar do tempo, esses debates foram homogeneizados, como se fossem unificando os interesses de cada segmento dentro do grupo, o que acabou por gerar algumas brigas internas e cisões (Green, 2019; Louro, 2001; MacRae, 2018). Contudo, mesmo após a saída de alguns membros e a criação de outros grupos, os debates e instrumentalizações de novos ativistas estavam centralizados no eixo Rio-São Paulo e nos lugares em que o folhetim *Lampião da Esquina* chegava. Aos poucos, essas localidades se fortaleceram e se tornaram referências para a luta por direitos da população LGBTI+ no país.

A quem se propõe a estudar a história da população LGBTI+ e sua luta constante por direitos, há uma questão bastante relevante a ser observada: a maioria das produções feitas sobre a temática giram em torno do eixo Rio-São Paulo. Com isso, evidencia-se um certo “esquecimento” de que a população de corpos dissidentes da norma não habita ou consome apenas essas cidades. Ora, se nem todos os caminhos nos levam a Stonewall, como afirma Green em seu texto, logo é possível, também, refletir que nem todos os caminhos levam a São Paulo ou ao Rio de Janeiro. Essa é uma das inquietações presentes nessa pesquisa.

Inicialmente, o projeto que findaria nessa dissertação possuía um foco mais teórico, que visava discutir as disputas dentro da “comunidade gay” através dos

conceitos de *homonormatividade*<sup>3</sup> e *heteronormatividade*<sup>4</sup> presentes dentro de uma política identitária assimilacionista. Passado o exame de qualificação, houve uma mudança considerável, que me fez olhar para o campo que propus pesquisar com mais afinco, levando-me a questionar, não apenas aquilo que estava em meus objetivos, mas, também, as lacunas teóricas deixadas por pesquisadores do campo em estudo.

Como já foi dito, geralmente, quem se propõe a pesquisar sobre homossexualidade no Brasil, uma hora ou outra, tende a desembocar sua pesquisa nos pontos referenciais desde a década de 1970. Poucos foram aqueles/as que decidiram olhar para suas realidades interioranas e questionar as vivências, histórias, sociabilidades e disputas políticas da população LGBTI+ estabelecidas ou em construção naquela localidade. A presente dissertação possui essa intencionalidade. Mas para isso, é necessário problematizar um foco específico dessa lacuna teórica. Diante disso, parto da necessidade de questionar: qual o lugar das dissidências sexuais e de gênero numa cidade que não é uma capital e como a população LGBTI+ de Londrina estabelece suas relações, disputas, momentos de ação política em uma cidade considerada conservadora?

Esse problema carrega em si não apenas o peso de compreender as diversas realidades desse grupo social, mas, também, de perceber como os processos sociais dessa população acontecem numa cidade interiorana. Pesquisas semelhantes (Hanke, 2016; Oliveira, 2009; Passamani, 2011; Vieira, 2006) apontam a importância de se olhar para essa realidade não com as bagagens que vieram das capitais, mas com o histórico produzido e vivenciado nessas localidades.

Mais do que escalonar os distanciamentos e aproximações entre interior e capital, no que tange à materialidade das ações dos corpos dissidentes da norma, é importante compreender que existe uma diferença constante entre esses dois

---

<sup>3</sup> O termo foi originalmente utilizado pela educadora estadunidense Lisa Duggan, quando publicou uma crítica ao discurso LGBTI+ no ano de 2002. Em seu escrito, a autora define a homonormatividade como “uma política que não contesta os pressupostos e instituições dominantes da heteronormatividade, mas os defende e sustenta enquanto promete a possibilidade de uma cultura gay desmobilizada ancorada na domesticidade e no consumo” (Duggan, 2004, p. 179).

<sup>4</sup> Segundo Laurent Berlant e Michael Warner, a heteronormatividade pode ser entendida como “[...] aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade –, mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional, e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objeto ideal ou moral”. (2002, p. 230)

espaços geográficos, que afetam diretamente a forma como essas identidades e formas de viver e desejar se constroem. Segundo Feitosa, Silva e Zacarias (2020), nas regiões do interior do Brasil, as experiências de vida relacionadas à sexualidade são muito mais complexas do que geralmente imaginamos. Nesses locais, encontramos situações em que o tradicional se mistura com o subversivo em contextos religiosos cristãos, além de haver a coexistência de “homossexuais respeitáveis” e práticas de poligamia legitimadas. Os interiores do país se revelam como terrenos férteis para compreender a diversidade da sexualidade humana e as disputas em torno das identidades dissidentes, com nuances e relatividade significativas

A reflexão colocada pelos autores se relaciona com essa pesquisa, contudo, é importante destacar que Londrina não é apenas uma cidade interiorana. Possuindo mais de 550 mil habitantes, segundo dados do IBGE<sup>5</sup>, e sendo a segunda cidade mais populosa do Estado do Paraná, Londrina possui algumas particularidades que a distancia tanto das cidades mais interioranas, quanto das capitais, figurando como um importante campo a ser trabalhado juntamente com os sujeitos que aqui são constituídos.

Pesquisar a população LGBTI+ interiorana não é apenas importante, como necessário, uma vez que a própria literatura sociológica sobre essa população está defasada, carecendo de novas informações e novos olhares sobre como o mundo é visto para além do que é produzido no eixo Rio-São Paulo. E para que se pudesse aferir essa lacuna teórica, consultei no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES<sup>6</sup> algumas palavras-chave a fim de encontrar produções sobre a presente temática. Ao buscar os termos “LGBTI+” e “cidade”, encontrei 47 textos, sendo 36 dissertações e 11 teses. Dentre esses achados, a maioria era sobre Rio-São Paulo, tendo alguns destaques para outras capitais, como Fortaleza, Belém e Manaus. Todavia, nenhuma dessas produções possuía como área de concentração Sociologia ou Ciências Sociais. Procurei, então, pelos termos “LGBTI+”, “sociabilidade” e “rural”, e “LGBTI+”, “sociabilidade” e “interior”, obtendo nenhum resultado com ambas as combinações. Embora seja sabido que o sistema de busca age de acordo com um algoritmo que se baseia nas informações fornecidas no título, resumo e palavras-chave das produções anexadas na plataforma, é possível afirmar que não há produções sociológicas que

---

<sup>5</sup> Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>.

<sup>6</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

pensem a população LGBTI+ em cidades do interior registradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, como a presente dissertação se propõe, além daquelas referenciadas anteriormente.

Outro ponto que justifica a relevância deste trabalho é a forma como o mesmo desempenha um papel importante ao contar as experiências particulares dos LGBTI+ que compõem essa pesquisa, que vivem, consomem e fazem a cidade, construindo um espaço de “*todes*”. Essa pesquisa é construída não apenas pela análise do pesquisador, mas pelas vivências relatadas através das entrevistas. Cada um dos interlocutores, ao seu modo, contribuiu para que pudéssemos construir nesse trabalho uma visão individual e, ao mesmo tempo, coletiva sobre a cidade e sobre os territórios constituídos por essa população.

Ademais, faz-se necessário apontar que, pelo fato de ser uma produção pioneira, no que tange às vivências da população LGBTI+ na cidade de Londrina, é esperado que a mesma seja lida, consultada, referenciada e excedida, a fim de que outras produções aconteçam e fortaleçam esse movimento descentralizador que tende a operacionalizar as dinâmicas que fogem das referências metropolitanas das capitais.

Diante das motivações e pertinências expressadas, a presente dissertação tem como objetivo central investigar como a população LGBTI+ vivencia a cidade de Londrina e quais disputas se apresentam durante esse processo de fazer cidade, tal como a sociabilidade e as lutas políticas que distinguem este grupo social das demais minorias sociais que habitam o município. Atrelado a isso, objetiva-se também explorar os lugares de consumo e entretenimento como espaços de sociabilidade, bem como os momentos de militância política, a fim de compreender o lugar dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade em detrimento à cidade, bem como nos próprios espaços produzidos e estabelecidos por eles.

Como metodologia de pesquisa, optou-se por trabalhar de forma qualitativa. De acordo com Roberto Richardson, os métodos quantitativos e qualitativos “se diferenciam não pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema” (Richardson, 2017, p. 70). Como a intenção, desde o início, foi trabalhar com entrevistas, principalmente por causa da complexidade do assunto abordado, antepôs-se por seguir essa vertente metodológica.

Além disso, segundo o autor, pesquisas que utilizam uma abordagem qualitativa têm a capacidade de descrever a complexidade de um problema

específico, analisar a interação entre variáveis específicas, compreender e categorizar os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais, contribuir para a transformação de um determinado grupo e proporcionar um entendimento mais profundo das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Inicialmente, foi preciso submeter o projeto de pesquisa ao CEP-UEL<sup>7</sup>, tendo sua aprovação<sup>8</sup> em 22/05/2023, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 68402123.0.0000.5231. Essa etapa é importante, principalmente quando se pretende trabalhar com entrevistas, uma vez que resguarda, via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tanto o pesquisador, quanto o entrevistado. Com essa etapa concluída, iniciou-se o processo de captação do público-alvo (homem cisgênero, gay e que mora na cidade de Londrina). Foi criado, via Google Formulários, um questionário. Essa ferramenta foi compartilhada pelas redes sociais do autor, bem como em grupos de WhatsApp solicitando que o público-alvo preenchesse o formulário. No final deste, havia uma pergunta indagando se o respondente gostaria de participar de uma entrevista em profundidade, método escolhido para coletar os dados dessa pesquisa.

Optamos por utilizar entrevistas em profundidade neste estudo, pois, de acordo com Carla Leitão (2021, p. 5), elas promovem a emergência espontânea de significados, ações e comportamentos. Além disso, valorizam a perspectiva dos participantes e reconhecem a influência do pesquisador, bem como o papel central da interpretação sistemática nos resultados obtidos.

Esse procedimento metodológico proporciona uma liberdade maior na relação entre entrevistador e entrevistado, fazendo com que o último se sinta mais confortável em compartilhar detalhes de sua vida, da mesma forma que permite trabalhar temas sensíveis de forma mais cotidiana sem quaisquer limitações burocráticas. Ao entrar em contato com aqueles que se dispuseram a participar dessa etapa presencial, ressaltei sempre que a intenção era desenvolver um bate-papo, conversar sobre a temática proposta vinculada a cidade de Londrina e que os entrevistados poderiam ficar à vontade para responder aquilo que quisessem.

---

<sup>7</sup> O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender às resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatizam as pesquisas envolvendo seres humanos, seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. Desde 2003, sob a Resolução UEL 063/2003, foi normatizado seu funcionamento na Instituição.

<sup>8</sup> O relatório final foi aprovado em 20/05/2024.

Outro fator que propiciou uma maior confiança por parte dos interlocutores que aceitaram a proposta da entrevista em profundidade foi o fato de que seus nomes seriam resguardados, garantindo sigilo de suas informações. Os participantes tocaram em temas particulares durante a entrevista e alguns destacaram que só o fizeram pelo fato de o sigilo das informações ser garantido via TCLE e de um pseudônimo ser adotado nessa pesquisa. Alguns deles ainda atuam ativamente no “meio LGBTI+” e quaisquer informações que fossem divulgadas em seu nome, poderiam facilmente ser tiradas de contexto prejudicando seus trabalhos, ações ou relações sociais. Quanto a esse último ponto, eu, enquanto pesquisador, tomei cuidado para não dar nenhuma informação que pudesse ser facilmente desvendada, preservando a identidade dos participantes.

A princípio, 15 respondentes se dispuseram a participar das entrevistas individuais em profundidade. O contato e agendamento dessas conversas aconteceram entre novembro de 2023 e janeiro de 2024. Já os encontros aconteceram de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Todas as conversas foram agendadas de acordo com a possibilidade daqueles que aceitaram participar. Dos 15 nomes, apenas 12 concederam a entrevista.

Cada entrevistado pôde escolher a forma como a entrevista seria realizada, presencial ou virtual. Para aqueles que escolheram o formato presencial, lhes foi dada a opção também de escolher o local, que fosse mais próximo para si ou que o deixasse mais confortável. Um entrevistado, por exemplo, escolheu as dependências da universidade UEL; já outros preferiram bares, como o Sabor&Ar. Aqueles que optaram pela participação remota, recebeu um *link* da entrevista via Google Meet. Ao todo, somam-se 18 horas e 30 segundos dessas entrevistas.

Ao encerrar a etapa das conversas, foi a vez de visitar os áudios gravados e as anotações a fim de poder encontrar padrões e, principalmente, pontos que se apresentam para além dos padrões, que foram se desenvolvendo durante os encontros. É importante destacar que a entrevista não aconteceu de forma solta, deixando o interlocutor falar sem nenhum tipo de norteamto. A princípio, eles foram comunicados da intencionalidade da entrevista que consista em dissertar sobre dois aspectos específicos: (1) lugares de consumo e entretenimento<sup>9</sup> e (2) militância

---

<sup>9</sup> A noção de lugar apresentada na presente pesquisa é atravessada pela análise proposta por Isadora França (2012, p. 8) ao compreender que “estabelecimentos comerciais podem ser consumidos na

política. Por conseguinte, foi solicitado que eles falassem sobre esses dois pontos dentro de sua vivência como LGBTI+ na cidade de Londrina.

Cada interlocutor, de acordo com suas vivências e história, apresentou seus pontos de vista sobre a cidade, os lugares de consumo e espaços de sociabilidade, sobre a militância política e demais questões pertinentes a essa população. Foram diversas visões apresentadas sobre esses assuntos. E durante o processo de coleta das informações, é possível notar um desenho feito pelos próprios interlocutores distribuídos, inicialmente, em quatro eixos: (1) vivência LGBTI+ na cidade de Londrina; (2) sobre lugares de consumo e entretenimento; (3) sobre a militância política LGBTI+ na cidade; e (4) se seria possível pensar numa dinâmica que faria os lugares de consumo e entretenimento coexistirem com a militância política. Os interlocutores tiveram a sensibilidade de, segundo suas vivências, discorrer sobre os dois aspectos apresentados que serão apreciados nos capítulos 3 e 4 desta dissertação.

Além dos 12 entrevistados, outras 4 pessoas contribuíram para a pesquisa – totalizando 16 interlocutores. Diferentemente dos demais, essas pessoas serão retratadas por seus próprios nomes devido à sua importância, não apenas para desenvolvimento deste trabalho, como para a história da população LGBTI+ na cidade. A saber, Edison Bezerra, Paulo Wesley, Roni Lima e Melissa Star compõem um grupo cujas entrevistas perpassam por outras questões, ainda dentro do apresentado anteriormente. A entrevista com Melissa Star, uma *drag queen* que foi *hostess* da primeira boate GLS de Londrina, ocorreu em sua casa. Entre cigarros e goles de café, Melissa contava tudo o que acontecia na boate e seu impacto na vida de gays, lésbicas e travestis à época. A emoção tomou conta da entrevistada quando se lembrou de como a boate encerrou suas atividades. Em sua locução, diversas musas que encantaram as noites GLS da cidade foram lembradas, tais como Thifayne La Close, Stripperella, Gottsha, Lohanna La Close, Morsa, Milena Ohaio, Veronika, Danielly Spears, Jeniffer Lee, Larissa Point, Mary Jay, Lysa Bombom, Isadora Haaz, Dandara Thompson, Leona Top Fluor, Barbara Blanko, além de figuras conhecidas nacionalmente, como Robytt Moon e Dimmy Kieer<sup>10</sup>.

---

medida em que oferecem acesso a ambientes aos quais são atribuídos significados particulares pelas pessoas”, ou seja, não se trata apenas de uma relação de ir no espaço e consumir os produtos ali vendidos, mas, antes, consumir o próprio espaço.

<sup>10</sup> Decidi nomear as *drags* que compuseram o elenco, fixo ou temporário, da boate Friends a pedido de Melissa Star. Durante a entrevista, a *drag* pediu que eu não esquecesse de nomear aquelas que abriram as portas do entretenimento *drag* na cidade e que foram afastadas de outras casas noturnas por um tempo após o fechamento da boate, em 2014.

Já as entrevistas feitas com Paulo, Roni e Edison foram sobre a política LGBTI+ na cidade e seu desenvolvimento desde a criação da Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS. Paulo e Roni formam um casal que está junto desde 1996. Ambos coordenaram a ALIA por mais de 30 anos. Durante sua trajetória à frente da ONG, foram responsáveis por propor debates políticos sobre direito à cidadania para a população LGBTI+ local, conforme veremos posteriormente. Já com Edison Bezerra, foi um encontro que decidi ter a fim de sanar algumas dúvidas sobre o histórico do Grupo Homossexual Londrinense e a ONG Adé Fidan, uma vez que ele foi presidente dos dois grupos. Edison não só respondeu minhas curiosidades, como também apresentou outros pontos de vista e a sua visão sobre a atual conjuntura na cidade. Como não reside mais em Londrina, ele acompanha de longe, juntamente com outros ativistas, as movimentações que ocorrem tanto na Câmara de Vereadores<sup>11</sup>, quanto no poder executivo. Atualmente, possui um perfil na rede social Instagram<sup>12</sup> em que debate, com convidados/as, temas pertinentes à população LGBTI+.

Essas 4 entrevistas em particular, somam-se a uma tentativa de nortear o trabalho através de seus relatos e memórias, a fim de contribuir também como base para as demais entrevistas, que contam com um olhar particular através de suas vivências.

Ao final do processo das entrevistas, somaram-se 23 horas e 45 minutos de gravações, representando relatos e memórias que compõem a pesquisa juntamente com a teoria utilizada para sua análise. No decorrer da escrita, optei por não transcrever tantas falas, contudo, cada segundo de conversa, de trocas, de reflexão sobre as vivências dissidentes na cidade de Londrina foi importante para que o fenômeno social aqui estudado seja melhor compreendido através dos diversos olhares dos interlocutores.

A presente dissertação é composta por uma introdução, três capítulos de desenvolvimento e as considerações finais, em que apresento uma reflexão sobre a vivência LGBTI+ na cidade de Londrina, compreendendo os espaços de sociabilidade, lutas políticas, história e a busca por uma cidade mais justa e menos desigual, sob o

---

<sup>11</sup> Desde 2015, não apenas Londrina, mas o Brasil enfrentava uma disputa ideológica em torno das questões de gênero e sexualidade, a chamada “ideologia de gênero”. Essas discussões foram cruciais para o surgimento de figuras da extrema-direita londrinense, que posteriormente se aliarão ao bolsonarismo. Para saber mais sobre essa disputa que aconteceu na cidade sobre a “ideologia de gênero” na educação, leia Ramírez-Gálvez, Facioli e Ribeiro (2024).

<sup>12</sup> O perfil se chama “Roda de Conversa: Militâncias LGBTQIAPN+”. Ver mais em: <https://www.instagram.com/militancias.lgbtqiapn?igsh=ZnV6cGxoMnQ1NzJz>

olhar e contribuição dos interlocutores que somaram nessa empreitada.

O capítulo “*Demarcando o campo, disputando territórios: Londrina*” tem como objetivo contextualizar o campo de pesquisa. Nele, apresenta-se a história de Londrina desde antes de sua colonização até os dias mais recentes, fornecendo um panorama essencial como base para a discussão. Além disso, reflete-se sobre o papel da UEL na construção subjetiva dos indivíduos, especialmente para grupos marginalizados, como a população LGBTI+. Nesse contexto, destaco a relevância dos territórios LGBTI+ constituídos na cidade e sua importância para nossa sobrevivência. Por fim, encerro o capítulo apresentando os interlocutores por meio de perfis sociológicos, juntamente com observações pertinentes que surgiram durante os encontros. Optei por incluir os interlocutores nesse capítulo, em detrimento de fazê-lo na introdução, pois acredito que eles compõem, junto com a cidade, o cenário e a base da pesquisa.

No capítulo seguinte intitulado “*O fervo londrinense: o circuito LGBTI+ e as redes de sociabilidade*”, procurei debater sobre os lugares de consumo e entretenimento como espaços de sociabilidade LGBTI+. Através da noção de circuito (Magnani, 2014; Magnani *et al.*, 2023) e de marcadores sociais da diferença (Bento, 2017), refleti como os ambientes de sociabilidade para essa população são constituídos e qual a relação que os frequentadores têm entre si e o espaço que ocupam. Começo o capítulo falando sobre o circuito LGBTI+ da cidade que, na minha pesquisa, será retratado unicamente pelos bares, boates e espaços de lazer sexual clandestinos, conforme relato dos interlocutores. Apresento os bares no começo, pois, embora constituam uma parte importante desse circuito, não são necessariamente voltados à população LGBTI+ da cidade. Entre eles está o Bar Valentino e o Bar do Jota, que foram importantes como ponto de concentração de muitos LGBTI+, principalmente na ausência de espaços próprios. A seguir, evoco a discussão sobre as casas noturnas, iniciando pela Boate Friends, juntamente com o relato da *drag queen* Melissa Star, e sua importância ao abrir as portas para a existência de ambientes dedicados exclusivamente à essa população. Nessa parte, me proponho a debater sobre as três boates LGBTI+ da cidade (New York Lounge, Narciso Bar e Violet Club) e as diferenças que possuem, não apenas na forma como são construídas, mas no público que as consome. Apresento, também, as festas alternativas cuja emergência na cidade configura-se como forma de politizar o entretenimento e acolher àquelas/es que não possuem espaço nas boates. Não

obstante, encerro o capítulo refletindo sobre a Parada Cultural LGBTI+ de Londrina como um ambiente de consumo e “fervo”, para além da proposta política, e discuto como o “fervo” da Parada se constitui como elemento político.

No último capítulo do desenvolvimento, *“Ativismo e cidadania: da ALIA à Parada Cultural LGBTI+”*, me debruço sobre o ativismo e os momentos de militância política na cidade. Após a introdução do assunto, apresento a Parada Cultural a partir de um histórico de seu papel político, lembrando como esse movimento se iniciou, bem como sua finalidade no passado e no presente. A partir desse ponto, intento construir uma narrativa que leve o leitor a olhar para o passado da população LGBTI+ e suas lutas políticas na cidade, visando, assim, compreender onde a Parada chegou e encontrar seu propósito em cada passeata, música, performance, beijo, afeto e dança. Para isso, começo pela Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS (ALIA) que, embora, não tivesse sua política organizacional voltada à população LGBTI+ de forma específica, foi base para todos os momentos que aconteceram após sua fundação em 1989. Sigo lembrando o Grupo Homossexual Londrinense e suas festas que serviam tanto para angariar fundos, quanto para socializar gays, lésbicas e travestis que não tinham condições financeiras para frequentar a Friends, e com a ONG Adé Fidan, que tinha por objetivo central instrumentalizar e trazer dignidade para a população LGBTI+, em especial para as travestis e michês. Continuo com o Fórum LGBTI+ de Londrina e Região, que foi importante na atuação frente as tentativas mais recentes de mobilização social em relação às pautas que atravessam essa população. Não tem como falar do Fórum LGBTI+ sem falar sobre a Pré-Conferência Municipal de 2008 e 1ª Conferência Municipal de 2015, onde esse grupo se iniciou. Essa parte é fundamental, pois mostra as tentativas reiteradas de um grupo social, em diálogo com o poder público, de tentar garantir seus direitos. Por fim, fecho o capítulo refletindo sobre o debate mais recente que foi a tentativa de implementação do Conselho Municipal dos Direitos LGBTI+, fruto de uma intensa agenda dos ativistas locais, junto com o poder executivo, que pautou a proposta de lei.

Antes de encerrar a introdução dessa dissertação, é necessário pontuar algumas questões que surgiram antes, durante e depois da escrita do texto.

Em primeiro lugar, é importante eu apontar o meu papel nessa pesquisa. Nesse desenvolvimento, estou pesquisador e sujeito da pesquisa. Mais do que isso, também sou o gay interiorano nascido e criado em Londrina, que consome e vive a cidade, bem como o gay militante que participou por anos da organização da Parada Cultural

LGBTI+ do município. Fenomenologicamente falando, há, nessas páginas, um encontro intersubjetivo entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa (nesse caso, não estou me referindo apenas aos interlocutores) e, por mais que a base da teoria filosófica aponte para uma experiência que envolve dois indivíduos distintos e que o encontro emerge das subjetividades, causando estranheza ao pesquisador sobre a realidade que lhe é posta (Paula *et al.*, 2014), me vejo dentro dessa seara como *aquele que investiga e aquele que vive a investigação*. Desse modo, faz-se necessário apontar que, diante a atual situação, pode ser que ambos os papéis desempenhados por mim se contradigam, se concordem, se misturem ou se atravessem. Em suma, é importante deixar nítido que da mesma forma que ocupo o lugar de pesquisador nesse processo, também ocupo o lugar de gay, militante e habitante do *locus* desse trabalho.

Por segundo lugar, optei por utilizar a sigla LGBTI+ durante minha escrita. Compreendendo o histórico que a sigla carrega e sua importância (Facchini, 2006) e decidi trabalhar com uma abreviação que representa um pouco a realidade da cidade de acordo com os grupos que reivindicaram essa posição de destaque, sem que aqueles que não o fizeram ficassem de fora. Esse acrograma também está presente em outros textos, como no livro “*Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*”, do professor Renan Quinalha (2022), no texto “*Advocacy LGBTI+ em tempos de conservadorismo e retrocessos sociais*”, do ativista Toni Reis (2022), bem como no julgamento do STF que equiparou a homotransfobia ao crime de racismo em 2019<sup>13</sup>. É importante ressaltar que não há um consenso nacional ou local sobre a utilização da sigla, podendo encontrá-la de diversas formas, como LGBTQIAPN+, LGBTQ+, LGBT+, LGBTQIA+ entre outras. Algumas outras formas da sigla aparecerão durante o texto, contudo sempre referente a uma escrita ou título anterior a presente dissertação.

Em terceiro, sobre os nomes dos interlocutores e sua disposição no texto, decidi por utilizar o estilo *itálico* para que eles se diferenciem dos demais nomes apresentados durante o texto. Acredito que essa mecânica pode facilitar ao leitor a identificação dos interlocutores dentre os demais personagens históricos citados no corpo do texto.

Em quarto lugar, sobre as falas transcritas dos interlocutores, utilizei-me também da ferramenta em *itálico* e das regras sobre citações segundo ABNT NBR

---

<sup>13</sup> Ver em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>.

10520. Não há, no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos organizado pela Divisão de Referência da Universidade Estadual de Londrina, qualquer norma sobre a transcrição de entrevistas no corpo do trabalho. Dessa forma, apresentarei da maneira descrita acima, para que demonstre o destaque que intento.

Por fim, é importante apontar que a maioria dos interlocutores que compõem o presente trabalho são homens cisgênero e gays. Conforme apontado anteriormente, a proposta da pesquisa era trabalhar com masculinidades e homossexualidades; contudo, após a qualificação, concluiu-se que seria mais interessante mapear as vivências gays na cidade. Embora eu reconheça que essa é uma limitação da presente dissertação, esta não poderia ter outro título ou foco, uma vez que não apenas homens cisgênero gays construíram e contribuíram para o histórico LGBTI+ na cidade, mas sim outros grupos, como será relatado posteriormente, que foram tão importantes quanto, como é o caso das travestis.

Mesmo sabendo que há um caminho longo e vários pontos a serem debatidos sobre as vivências da população LGBTI+ na cidade de Londrina, acredito que a presente dissertação possa ser uma oportunidade para pautar a discussão e incentivar outros/as pesquisadores/as a investigar sempre mais, não só sobre LGBTI+ em Londrina, mas nos interiores, onde como já mencionado há muita história e pouca escrita sobre temas marginalizados com o em questão.

## 2 DEMARCANDO O CAMPO, DISPUTANDO TERRITÓRIOS: LONDRINA

Este capítulo inicia-se com uma reflexão sócio-histórica do campo que constitui o contexto desta pesquisa. A cidade de Londrina, Paraná, situada no norte pioneiro e outrora conhecida como a capital mundial do café, serve como o cenário para este estudo. Para uma compreensão adequada das informações subsequentes, é imperativo examinar a cidade em suas dimensões geográficas e históricas, com um foco particular na localização e experiências da população LGBTI+ ao longo do tempo. Uma análise da história da cidade, desde o processo de colonização até o presente, é crucial para entender os fenômenos sociais que afetam não apenas a população LGBTI+, mas, também, outros grupos marginalizados socialmente. Este capítulo pretende apresentar essa dinâmica para fornecer um entendimento básico do terreno em que estamos pisando antes de prosseguir com análises adicionais.

Um aspecto adicional a ser considerado neste estudo é o papel da Universidade Estadual de Londrina. Esta instituição, além de contribuir significativamente para a economia e o desenvolvimento social da cidade e do estado (Oliveira, 2021), também facilita, direta ou indiretamente, a exploração das subjetividades dos estudantes e a construção de suas identidades. Esta dissertação também aborda as violências que ocorrem no ambiente acadêmico e que impactam diretamente a formação desses indivíduos. Embora a universidade ofereça um espaço para vivenciar novas experiências, ela também se esforça para garantir a segurança dessas experiências. Em contraste com este último ponto, também se discutem as resistências que ocorrem dentro do *campus*. Na ausência de políticas de proteção e campanhas de combate à violência por parte da administração, surgem discussões relevantes para esta população, com o objetivo de tornar a UEL um ambiente confortável para todos.

Este trabalho também apresenta uma discussão sobre uma Londrina inclusiva, vista através das perspectivas dos entrevistados e do pesquisador. Além de debater sobre espaços e ocupações, pretende-se refletir sobre a construção de territórios e seus impactos na vida cotidiana da população LGBTI+ de Londrina. Ao entrar neste campo, nos deparamos com várias realidades que apontam para algumas direções: (1) o centro da cidade não foi projetado para a população LGBTI+; (2) alguns entrevistados que moram em áreas periféricas afirmam se sentir mais seguros em

seus bairros do que no centro da cidade; (3) os territórios do medo e da morte (Ferreira; Suguihiro, 2024) indicam que o centro é onde ocorre a maioria das violências documentadas contra essa população. Observar essas informações nos leva a refletir que Londrina não é uma cidade para todos. Contudo, discutiremos, da mesma forma, sobre territórios de resistência e redes de sociabilidade como formas de pertencimento, na tentativa de equilibrar essa equação.

Para concluir, este estudo apresentará os participantes que aceitaram colaborar com esta pesquisa. Cada um, a partir de sua vivência única, enriqueceu o debate com uma diversidade de perspectivas. Todas essas contribuições foram fundamentais para a elaboração deste trabalho, que resulta de uma multiplicidade de pontos de vista. É importante enfatizar que este estudo não pretende estabelecer uma verdade absoluta sobre a experiência LGBTI+ na cidade de Londrina, nem homogeneizar o debate. O objetivo é abrir espaço para uma variedade de reflexões e visões sobre as múltiplas realidades que coexistem nesta cidade do interior.

## 2.1 DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS: A TERRA ROXA QUE SE TORNOU LONDRINA

A Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>14</sup> iniciou o processo de especulação imobiliária no estado por volta de 1920 (Fresca, 2007). Em 1929, os pioneiros se estabeleceram na região que hoje é conhecida como Londrina. Inicialmente, a proposta da CTNP era vender lotes de pequeno e médio porte para ex-colonos de café vindos de São Paulo ou pequenos produtores em busca de ascensão social. No entanto, ao perceberem a fertilidade do solo, viram a oportunidade de usá-lo também para o cultivo (arroz, feijão, milho, etc.) e para a produção de matérias-primas (amendoim, algodão), enquanto a produção de café na região estava sendo cultivada (Mamigonian, 2017).

Em 10 de dezembro de 1934, a cidade de Londrina foi fundada, em meio a essa disposição entre lotes de especulação imobiliária e plantio de diversos produtos agrícolas. A partir de 1940, a cidade se tornou a capital mundial do café, mantendo esse título por mais de 20 anos (Bueno; Fraga, 2022). Nesta década, a cidade iniciou

---

<sup>14</sup> A Companhia de Terras Norte do Paraná foi filiada à Paraná Plantation Syndicate, empresa de capital britânico. Essa empresa foi responsável por colonizar as terras do norte pioneiro, bem como traçar a malha férrea que levaria os produtos cultivados no território até Ourinhos. (Chies; Yokoo, 2012; Yamaki, 2008)

seu desenvolvimento impulsionada pelo setor industrial, com empresas de São Paulo estabelecendo-se na região. Foi o período em que começou a construção de escolas, a elaboração do plano urbanístico, a implantação de galerias pluviais etc. De acordo com dados do IBGE<sup>15</sup>, nessa década, Londrina tinha um total de 75.930 habitantes. Esse número tendia a crescer vertiginosamente devido à expansão que a cidade teria devido à produção do café.

Nas décadas de 1950 e 1960, Londrina teve um avanço significativo, sendo considerada uma cidade importante no Brasil (Fresca, 2007). Foi nesse período que a população cresceu mais de 88%, forçando a cidade a expandir o espaço urbano, criando os primeiros conjuntos habitacionais a uma distância de 6 e 7 km do centro. Segundo Antonio Benatti (1996), nesse período, houve uma movimentação referente às casas de prostituição e bares boêmios no centro da cidade. Com a expansão, esses estabelecimentos se fixaram em uma região próxima ao centro, que posteriormente seria marcada pela presença de travestis e de outros trabalhadores sexuais (Santos, 2023). Na segunda metade da década de 1950, foram fundadas as primeiras faculdades na cidade, sob a forma de fundação, chamadas Fundação Universidade Estadual de Londrina. Somente 15 anos mais tarde, a fusão das 5 faculdades daria início à UEL como a conhecemos hoje. Devido ao crescimento exponencial, outros empreendimentos necessários receberam a atenção do município, como hospitais, postos de saúde, rádios e espaços destinados ao lazer. No final da década de 1960, a população de Londrina chegava a 228.101, segundo dados do IBGE<sup>16</sup>.

A partir de 1970, a cidade de Londrina direcionou sua produção agrícola para o mercado externo, estabelecendo os primeiros centros industriais, com o objetivo de incentivar e coordenar o desenvolvimento industrial local. Serviços como educação, sistema de água e esgoto, pavimentação e criação e manutenção de espaços de lazer, como o Ginásio de Esporte Moringão, a reforma da nova Catedral, o Parque Arthur Thomas e o planejamento e o início da instalação da Área de Recreação e Lazer Luigi Borghesi, o Zerão, foram ampliados.

No entanto, no inverno de 1975, o norte do Paraná foi atingido por um evento climático que alterou a vida na cidade. Uma geada, conhecida como “geada negra”, causou a desidratação e subsequente queima de diversos cafezais na região,

---

<sup>15</sup> Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), cf. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940.pdf)

<sup>16</sup> IBGE, Censo Demográfico 1970

principalmente em Londrina (Moreira; Carvalho, 2021; Rodrigues; Pelegrini, 2017). Como resultado, o município deixou de ser a “capital mundial do café” e passou a investir maciçamente em outros setores, como a indústria e o plantio de outras culturas, como soja e algodão, através de uma modernização agrícola (Moreira; Carvalho, 2018).

Nas décadas seguintes, Londrina se destacou no planejamento urbano, removendo a ferrovia do centro e criando vias expressas que ligam os polos da cidade, bem como com a construção do Terminal Urbano de Transporte Coletivo (1988), retirando-o do Bosque Municipal, ao lado da Catedral Metropolitana, devido à alta demanda de passageiros. Em 1980, Londrina já registrava 301.696 habitantes<sup>17</sup>. Na década de 1990, a cidade se tornou a terceira mais importante do sul do Brasil, ganhando destaque na elaboração do primeiro Plano Diretor. Nesse período, houve uma expansão da zona norte da cidade, conhecida como Cinco Conjuntos, ou *Cincão*, que — embora tenha sido inaugurada na década de 1970 — foi em 1990 que houve uma valorização importante da área, sendo transformada em uma região comercial de grande importância na Avenida Saul Elkind (Beidack; Fresca, 2012).

Após os anos 2000, Londrina se consolidou como uma das cidades mais importantes do Estado do Paraná e do sul do país, sendo considerada como uma região metropolitana, em 2004, pelo Observatório das Metrôpolis. Segundo Fábio Cunha (2005), esse reconhecimento se deu pelo fato do crescimento demográfico do aglomerado urbano Londrina-Cambé-Ibiporã desembocando no discurso, e na oficialização, de uma “Londrina Metrôpole”. Segundo dados recentes do IBGE<sup>18</sup>, a cidade possui um total de 555.965 de habitantes, o que a configura como uma cidade média de grande potencial (Cunha, 2005; Fresca, 2007).

Entre os aspectos que mais se destacam na cidade, além do crescimento populacional e da expansão urbanística (Januzzi, 2005), estão os ambientes de consumo e entretenimento, que foram responsáveis, principalmente durante as décadas de 1940 e 1970, por atrair turistas à cidade e movimentá-la durante a noite. O circuito noturno londrinense (Meira, 2009) é composto por diversos bares e casas noturnas, contudo, alguns se destacam pela longevidade, sendo até mesmo

---

<sup>17</sup> IBGE, Censo Demográfico 1980.

<sup>18</sup> IBGE, Censo Demográfico 2022.

reconhecidos como “patrimônio efetivo”<sup>19</sup> de Londrina, como o Bar da Mocidade (1962), o Bar Vilão (1978), o Bar Valentino (1979) e o Bar Brasil que mantem a mesma estrutura externa de *art déco* de quando foi inaugurado, em 1941. Esses ambientes, assim como muitos outros extintos por diversos fatores, foram responsáveis diretos por tornar Londrina uma cidade noturna, proporcionando lazer e sociabilidade aos seus habitantes e visitantes externos (Iannicelli; Monteiro, 2020). Esses espaços também foram palco de ocupação e disputa de grupos sociais diversos na tentativa de conseguir sociabilizar em uma cidade em que, até então, não havia um ambiente específico para determinada população, como é o caso dos LGBTI+ e sua relação com o Bar Valentino (Meira, 2009).

Dentre todos os bares mencionados anteriormente, a maioria dos que já fechou as portas, estava localizada na região central de Londrina, resultando em um desenvolvimento desequilibrado em relação a outras áreas e regiões da cidade. Essa perspectiva começou a mudar quando o *Cincão* começou a receber investimentos comerciais, tornando-se uma “outra cidade” dentro de Londrina (Beidack; Fresca, 2012). Muitas vezes, os moradores da região não precisam se deslocar até o centro do município, pois já possuem seu “próprio centro”<sup>20</sup>.

Outro fator que contribuiu para o crescimento exponencial da cidade e do lazer noturno foi a cultura. Desde 1950, Londrina se destaca no cenário nacional através da produção e da circulação de literatura, teatro e música. Dentre os nomes responsáveis por essas obras, está Domingos Pellegrini, nascido na cidade, em 1949, e ganhador de dois prêmios Jabuti pelos livros “O homem vermelho” e o “O caso da Chácara Chão”. Outros nomes fortalecem e elevam o nome da cidade a um patamar importante para a cultura brasileira, como João Soares Caldas, fundador da Academia de Letras de Londrina; Zaqueu de Melo, escritor e ativista pela educação; a atriz e produtora, Nitis Jacon; Délio Nunes Cesar, jornalista e escritor; e Edison Maschio, autor de um dos livros considerados mais polêmicos da cidade, “Escândalos da Província” (Spirandelli, 2019).

Em 1968, durante a ditadura civil-militar, surgiu em Londrina um movimento cultural liderado por estudantes universitários. O evento, chamado Festival

---

<sup>19</sup> Ver em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/bares-formam-patrimonio-afetivo-de-londrina-513366.html?d=1>

<sup>20</sup> Ver em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/festa-no-cincao-regiao-ja-e-outra-londrina-427384.html?d=1>

Universitário, foi criado como uma forma de resistência estudantil à conjuntura em que o país se encontrava (Martins; Deliberado, 2015). Além dos estudantes, duas figuras centrais para a cultura londrinense estiveram à frente do projeto, sendo elas Nitis Jacon<sup>21</sup> e Délio Cesar (Marinho, 2005). O festival, que se tornaria o evento paranaense mais importante de promoção ao teatro brasileiro, teve em seu cerne a defesa da democracia e da livre expressão popular. Posteriormente nomeado de Festival Internacional de Londrina, o FILO colocou o nome da cidade em diversos lugares do mundo, sendo referência no campo das artes cênicas.

Não apenas movimentando o setor econômico, cultural e hoteleiro de Londrina (Leite, 2012), o FILO foi responsável por dar visibilidade, através da arte, para diversos grupos marginalizados, como a população LGBTI+, que encontrou no festival uma oportunidade de visibilidade. Foi em 2004 que o grupo “Ai que Susto!” apresentou a peça “Eu quero viver de dia”, protagonizada por três travestis que provocavam reflexões sobre os direitos e deveres da “cidadã travesti” (Dessunti *et al.*, 2008).

O FILO, embora seja um evento de grande porte, não terminava em si mesmo. Após as apresentações, os artistas saíam pela cidade, frequentando os espaços de lazer, como a boate Friends e o bar Valentino, movimentando a economia da cidade. Nomes de grande importância para a música brasileira também já estiveram presentes no festival, como Cauby Peixoto, Ney Matogrosso e Ana Carolina, evidenciando a forma eclética e diversa que compõe o evento.

O FILO também foi palco de grandes debates políticos através das peças teatrais encenadas, relembrando a forma como foi concebido originalmente. Em 28 de agosto de 2016<sup>22</sup>, na Capela da UEL, a atriz Renata Carvalho encenou o espetáculo “Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”. Na ocasião, algumas pessoas haviam comprado o ingresso pensando que se tratava de uma encenação religiosa, mas se escandalizaram ao ver uma travesti interpretando Jesus. A peça foi um sucesso para aqueles que a assistiram e trouxe um debate massivo entre católicos e a população LGBTI+. Renata e sua equipe sofreram ameaças da Arquidiocese e de políticos que usaram a circunstância para promover suas agendas “morais” e ideológicas, tal como aconteceu em outros lugares do país (Camilo, 2022; Mcgeoch,

---

<sup>21</sup> Nitis Jacon, nascida em Lençóis Paulista, SP, em 1935, foi pioneira em Londrina e no Paraná, em relação às artes. Foi mentora do FILO e vice-reitora da UEL entre 1994 e 1998. Seu legado artístico deixado no Estado, em especial na UEL, inspira diversos artistas.

<sup>22</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/blog/fabio-luporini/post/polemico-espetaculo-com-jesus-transfeminista-quer-o-dialogo.html>

2019; Trevisan, 2018).

Este não foi o primeiro — e esperamos que não seja o último — espetáculo a propor uma reflexão sobre vivências dissidentes e a gerar um debate sobre o assunto em cidades como Londrina. O resultado dessa peça e sua ampla divulgação na mídia nos permitiram vislumbrar a ponta do iceberg em que o município estava encostado. As investidas políticas e institucionais contra pessoas LGBTI+ e suas pautas estavam apenas começando.

No que diz respeito à política e seus efeitos práticos sobre o desenvolvimento social na cidade, Londrina foi administrada, na maioria das vezes, por prefeitos ou interventores de centro-direita ou direita, tendo apenas seis gestões com prefeitos reconhecidamente progressistas ou de centro-esquerda/esquerda. Este dado é relevante, pois foi justamente nesses governos que discussões e leis sobre temas voltados para grupos sociais marginalizados tiveram um empenho importante até sua aprovação, como a lei N° 8.812/2002, que multa estabelecimentos em que os clientes forem discriminados pela orientação sexual, sob a gestão de Nedson Micheleti<sup>23</sup> (PT) e a lei N° 10.816/2009, que estabelece como feriado no calendário do município o Dia da Consciência Negra, sancionado pelo Homero Barbosa Neto<sup>24</sup> (PDT). Certamente, esse período não representou uma melhoria significativa para certos grupos, mas proporcionou um maior espaço de participação. No entanto, independentemente de quem esteja à frente da gestão municipal, a violência é um debate que sempre vem à tona, principalmente quando nos deparamos com um histórico que se arrasta desde a colonização do território até os dias atuais. Quando a Companhia de Terras adquire os lotes vendidos pelo governo estadual e começa a colonizar e desbravar o espaço, não havia apenas mato e terra, como algumas fontes sugerem. Há evidências de que na região habitavam povos indígenas das etnias *Kaingang*, *Guarani* e *Xetá* (Colasante, 2018). Com o processo de ocupação, esses povos acabaram sendo afetados diretamente, causando a perda de identidade, como no caso da etnia *Xetá*, ou a periferização<sup>25</sup>, como no caso dos *Kaingang* (Tommasino, 1998).

---

<sup>23</sup> Nedson Micheleti foi prefeito de Londrina, entre 2001 e 2008, pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>24</sup> Homero Barbosa Neto foi prefeito de Londrina, entre 2009 e 2012, pelo Partido Democrático Trabalhista. Em 30/07/2012, teve seu mandato cassado.

<sup>25</sup> “A periferização é fenômeno presente no crescimento urbano brasileiro, tanto na construção de habitações realizada pelo Estado, quanto na autoconstrução em loteamentos irregulares ou na produção de favelas” (Maia, 2014). Isso também acontece com os indígenas nesse território, principalmente os *Kaingang* que, devido à colonização e expansão urbana do município, são escanteados para o Salto do Apucarantina, localizado no distrito administrativo de Lerroville, pertencente a comarca de Londrina (Cimbaluk, 2013).

Mais do que simplesmente resistir às investidas coloniais e ao apagamento de sua cultura e identidade, os povos indígenas que aqui habitam sofrem com o apagamento histórico de suas memórias (Gonçalves; Cezar, 2015). E a tentativa de transpor as fronteiras da cidade com um discurso de que Londrina é um ambiente tranquilo, seguro, produtivo e “limpo” entra em contradição quando vemos os índices de violência que não apenas os povos indígenas sofrem, mas também outros grupos sociais.

Apesar de ser considerada uma cidade grande pela opinião de seus moradores (Silva, 2013), Londrina é uma cidade de médio porte e essa característica afeta diversas discussões sociais, inclusive a violência urbana, como é possível ver nas considerações do Mapa da Violência de Julio Waiselfiz (2011) e na discussão feita por Marcia Siqueira de Carvalho (2008) sobre esse aspecto na cidade. Em 2023, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Paraná SESP-PR) (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2024), a cidade registrou 30.039 tipos de crimes praticados no território. Em relação à violência, foram registrados 14.929 casos, sendo, respectivamente, violência contra mulher (11.039), violência doméstica (3.384) e violência sexual (506). Este relatório não aponta a raça/etnia das vítimas, tampouco suas idades, classe social ou orientação sexual/identidade de gênero, mostrando uma lacuna que impede apontamentos mais específicos sobre a violência na cidade. Devido à ausência de dados institucionais que atestem a violência que pessoas negras sofrem no estado e no município, existem pesquisadores/as, núcleos de estudos e grupos que buscam completar essa lacuna (Andrean; Silva, 2019; Galdino, 2017; Silva, 2013).

Ao examinar os relatórios produzidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e pela SESP-PR, não se encontram registros de casos de violência LGBTIfóbica por parte desses órgãos. Isso nos leva a considerar duas possibilidades: ou não existem crimes de homotransfobia no Paraná, ou o Estado está negligenciando as violências sofridas por essa população, contrariando o que foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal, em 2019, quando equiparou a homotransfobia ao crime de racismo. De qualquer forma, quando um caso de violência contra LGBTI+ é noticiado pela mídia, geralmente essa motivação não é citada como suspeita, ficando a cargo de movimentos sociais ou grupos políticos ligados à causa LGBTI+ apontar essa percepção.

Diante desse histórico, podemos observar que Londrina, apesar de ser uma

cidade interiorana, possui um porte significativo para o desenvolvimento regional e estadual. Isso não se deve apenas ao fato de ser a segunda cidade mais populosa do Estado, mas também à sua contribuição histórica, cultural e material.

É importante ressaltar que Londrina teve diversas contribuições importantes dos setores industrial, comercial e agrícola. No entanto, desde 1970 até os dias atuais, não é possível discutir Londrina e suas inferências sociais, principalmente em relação aos grupos sociais marginalizados, sem mencionar a Universidade Estadual de Londrina. Esta instituição desempenha um papel fundamental tanto no desenvolvimento municipal quanto regional, proporcionando formas de vivenciar a cidade àqueles que recorrem a ela para se desenvolver profissional e intelectualmente. Graças a ela e a outras instituições de ensino superior, a cidade também é conhecida como “cidade universitária”<sup>26</sup>, refletindo diretamente na economia, na hospedagem e em outros serviços essenciais na cidade.

## 2.2 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA COMO PORTA DE INCLUSÃO

A Universidade Estadual de Londrina, oficialmente fundada em 1971 e, anteriormente, mantida pela Fundação Universidade Estadual de Londrina, originou-se da união de cinco faculdades: Faculdade Estadual de Direito de Londrina (1958); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (1958); Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina (1962); Faculdade de Medicina do Norte do Paraná (1968); e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina (1968). Nesse mesmo ano, a universidade recebeu reconhecimento do então Ministério da Educação e Cultura. Somente em 1984, os cursos oferecidos passaram a ser gratuitos e, em 1991, a universidade tornou-se uma autarquia estadual.

Desde sua criação, a UEL teve uma influência direta no crescimento econômico na região metropolitana (Tarocco Filho, 2014), seja pela constante renovação do corpo docente que ocorre anualmente, seja pela difusão dos saberes aprendidos e aplicados em diversas esferas do município e do estado (Oliveira, 2021).

Atualmente, a instituição, além de contribuir economicamente para a sociedade, promove debates necessários e se posiciona para dialogar com grupos

---

<sup>26</sup> Ver em: <https://www.cml.pr.gov.br/cml/site/educacao.xhtml>

socialmente marginalizados. No entanto, nem sempre foi assim, e essa conquista se deu através de esforços concentrados da comunidade acadêmica, como foi o caso da criação do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) em 1985. Este núcleo nasceu a partir de uma reivindicação dos discentes e de alguns professores para aprofundar os estudos sobre afro-brasileiros, africanos e a diáspora em geral. Este grupo foi responsável por fomentar o debate e promover pesquisas, cursos, conferências, inclusive no V Encontro “O Negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2004. Este evento resultou na Resolução nº 78/2004 do Conselho Universitário, que estabelece a reserva de vagas no concurso vestibular para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclararem negros (Amaral; Campos; Lima, 2024). Em 2014, o núcleo alterou seu nome para Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), mantendo sua finalidade. Atualmente, o NEAB agrega diversas discussões em suas reuniões, principalmente debatendo sobre marcadores sociais da diferença que atravessam a realidade e vivência do corpo negro e como esses marcadores operam na UEL como um todo.

No entanto, embora a universidade esteja disposta a dialogar e abrir caminhos para uma educação antirracista, anti-LGBTIfóbica, anti-machista, isso não significa que não exista violência contra grupos sociais específicos no *campus*. Essa realidade pode ser observada na pesquisa de Elidiane Rickli (2020), em que foram analisadas violências psicológicas, físicas e sexuais que discentes sofreram no ambiente acadêmico, incluindo eventos e festas no ano de 2019. Embora sua pesquisa seja voltada para compreender a violência sofrida pelas mulheres estudantes, a pesquisadora também incluiu dados importantes sobre violências que afetam estudantes masculinos.

A maior parte dos estudantes tinha idade entre 18 e 21 anos (60,5%), era do sexo feminino (68,6%) e de raça/cor branca (69,8%). As prevalências de violência psicológica, física e sexual foram, respectivamente, de 43,8%, 1,0% e 9,4%. A violência física foi proporcionalmente mais relatada por estudantes do sexo masculino, enquanto as violências psicológica e sexual pelo sexo feminino. O local mais frequente de ocorrência de violência psicológica foi a sala de aula, e, no caso das violências física e sexual, os eventos festivos. O principal agressor foi outro estudante da universidade, independente da natureza da violência. (Rickli, 2020, p. 8)

Esses dados indicam que o problema das violências na universidade não reside na ausência de debates sobre elas, mas na maneira como a instituição escolhe enfrentar o problema. Um exemplo disso é que, após receber diversas denúncias de

estudantes sofrendo racismo no *campus*, a reitoria da UEL se manifestou somente quando a imprensa local<sup>27</sup> noticiou que em um dos banheiros do Centro de Ciências Exatas (CCE) foram encontradas inscrições como “não às cotas”, “*heil* Hitler e Mussolini” entre outras ofensas e ataques diretos a estudantes negros da universidade, em 2022. As pichações geraram manifestações<sup>28</sup> no *campus*, forçando a administração a tomar uma posição frente a essa demanda e discutir a temática de forma séria e célere<sup>29</sup>.

Esse episódio resultou em uma campanha de conscientização e pesquisa chamada “UEL na luta contra o racismo”, firmada entre a instituição, a prefeitura de Londrina e a defensoria pública, com o objetivo de promover ações estratégicas e permanentes de enfrentamento e combate ao racismo de forma conjunta e articulada na Universidade Estadual de Londrina<sup>30</sup>. Nesse mesmo contexto, a partir desses acontecimentos, a administração da instituição fortaleceu, em teoria, os canais de denúncia da Ouvidoria, que agora possuem caminhos específicos para serem apresentadas queixas sobre violência sexual, de gênero e racismo.

Embora o fortalecimento dos canais de denúncia seja um ponto importante na equação para coibir práticas de violência dentro da universidade, ainda não é suficiente. Até o momento, a instituição não dispõe de nenhum grupo de trabalho ou campanha de conscientização para tratar de outras violências, como LGBTIfobia, capacitismo, assédio moral etc, que ocorrem no *campus* e passam despercebidas — até que não passem. Como o caso de homofobia que ocorreu no Restaurante Universitário, no ano de 2008, em que uma das atléticas cercou uma estudante do curso de Artes Cênicas e, através de ofensas homofóbicas, violou seu direito de estar naquele lugar. Não há registros oficiais ou extraoficiais que apontem qualquer punição dos agressores, nem um posicionamento célere da reitoria. Esse episódio foi responsável pelo evento chamado “Parada no R.U.”<sup>31</sup>, que tem como objetivo celebrar a diversidade sexual dentro do *campus* e protestar contra eventuais ataques LGBTIfóbicos.

---

<sup>27</sup> Ver em: <https://redelume.com.br/2022/05/05/uel-investiga-inscricoes-racistas/>

<sup>28</sup> Ver em: <https://www.bonde.com.br/educacao/comunidade-universitaria-da-uel-protesta-contrapichacoes-racistas>

<sup>29</sup> Ver em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Defensoria-promove-reuniao-para-discutir-combate-ao-racismo-na-Universidade-Estadual-de>

<sup>30</sup> Site da campanha “UEL na luta contra o racismo”: <https://sites.uel.br/contraoracismo/>

<sup>31</sup> Ver em: [https://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&FWS\\_Ano\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Texto=7202&FWS\\_Cod\\_Categoria=2](https://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=7202&FWS_Cod_Categoria=2)

A ausência de políticas de proteção ou de campanhas de conscientização sobre essas violências torna a UEL um lugar hostil para esses corpos, assim como em diversas outras universidades (Moretti-Pires; Vieira; Finkler, 2022; Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019). O que deveria ser um ambiente receptivo para o debate de ideias, projetando um futuro melhor para a sociedade, acaba por se tornar um cárcere que mantém violências veladas a grupos sociais que já passam por essa experiência em outras esferas da sociedade.

Contudo, como observado anteriormente, a ausência de discussões institucionais na universidade, possibilitou que professores e estudantes interessados em promover políticas de inclusão o fizessem por conta própria, recebendo todo apoio necessário por parte da administração da UEL e de seus órgãos suplementares. É comum em diversas universidades que, na ausência de políticas de enfrentamento institucional, pessoas LGBTI+ criem redes de sociabilidade, coletivos ou grupos de estudo, pesquisa ou debate para fomentar as discussões necessárias e pertinentes a esse grupo. Assim como analisado e documentado por Elder Luan Silva (2020) sobre o processo de transformação de seis discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e suas trajetórias dentro de um ambiente com possibilidades de vivência e expressão da sexualidade, na UEL, tivemos o Coletivo Fruta Cor que se autodenominava *queer*, horizontal e apartidário. Com o objetivo de transformar a universidade em um ambiente mais acolhedor e livre de preconceitos, o Coletivo produzia eventos dentro e fora da universidade, com a intenção de promover um espaço seguro. Entre os eventos dentro da UEL, destaca-se a Semana das Cores, que contava com mesas redondas, documentários seguidos de debate, performances artísticas, entre outros. Fora do *campus*, o coletivo organizou o *Encontrão de Afeminadas e Caminhoneiras de Londrina*<sup>32</sup>, que, de forma lúdica, problematizava o espaço que corpos dissidentes possuem na cidade.

Além dessas atividades, o Centro Acadêmico do Curso de Direito da UEL realizava a Semana Cultural e tinha um dia exclusivo para debater questões pertinentes à população LGBTI+. Esse dia era marcado também por um beijaço realizado na rampa do Centro de Estudos Sociais Aplicados, motivado pelo fato de

---

<sup>32</sup> Esse evento visava reunir a população LGBTI+ da cidade em um piquenique no Zerão, no qual aconteciam algumas rodas de conversas, esportes, como “gaymada”, e a interação entre os presentes. Contando com duas edições, o evento foi bem repercutido entre a academia, tendo pouca adesão de outros grupos da sociedade.

que, na edição de 2014, um grupo de desconhecidos retirou os enfeites do CESA que aludiam ao arco-íris. Esse ataque fez com que os próprios discentes organizassem um ato de beijação para sobrepôr a ação entendida como uma afronta ao que se pretendia debater.

O coletivo encerrou suas atividades em 2020, durante a pandemia. Após buscar tornar a UEL um ambiente mais acolhedor para as diversas formas de ser e existir, o Fruta Cor deixou sua semente em todos aqueles/as que passaram por ele, seja como membro ou participante de sua empreitada acadêmica. Alguns frutos dessa jornada foram relatados nas entrevistas, como *Lucas* que disse que se sentiu mais confortável para se “assumir” para amigos e em suas redes sociais a partir do momento em que presenciou um casal gay andando de mãos dadas pelo calçadão do *campus*.

A observação feita pelo interlocutor nos chama a atenção para a universidade como um espaço fundamental não apenas para a formação profissional e intelectual, mas também para o desenvolvimento da subjetividade. Geralmente, uma graduação tem de 3 a 6 anos para conclusão, tempo que pode moldar ou complementar a formação subjetiva dos sujeitos. Outros fatores agregam na discussão, por exemplo, a compreensão de que diversos estudantes não são de Londrina e, por vezes, encontram na UEL um ambiente em que podem ser livres.

A relação que alguns discentes possuem com a universidade extrapola o vínculo comum de quem reside na cidade. Alguns sujeitos — representados na pesquisa pelo *Pedro*, *Everton* e *Jonas* — apontam que viram na UEL a possibilidade de descobrir e vivenciar sua sexualidade longe de sua terra natal. Segundo Carlos Cardoso Filho (2016), quando pensamos na relação entre sujeito, cidade e exterioridade, podemos falar de uma “subjetividade distribuída” que compõe o sujeito. Tal entendimento filosófico justifica como os interlocutores entendem essa possibilidade. *Jonas* conta que foi durante a graduação na UEL que descobriu sua homossexualidade. Relata que durante o primeiro ano, teve dificuldade de contar para os pais, se abrindo primeiramente para a irmã, contudo, com a pandemia da Covid-19, e as aulas sendo realizadas no formato remoto, ele preferiu voltar para casa de seus pais, onde teve tempo e coragem para contar para sua família. Não houve uma receptividade imediata, mas uma adaptação processual de seus pais.

Com *Pedro*, a trajetória foi semelhante. Também oriundo de uma cidade pequena, localizada a cerca de 110 km de Londrina, ele ingressou na UEL para cursar Direito. No início, frequentava as festas promovidas pelas atléticas, bem como bares

e casas noturnas voltadas ao público heterossexual. Durante a entrevista, relatou que sua primeira experiência homossexual ocorreu quando voltava de uma festa e foi abordado por um homem dentro de um carro que lhe ofereceu sexo oral. Ele aceitou. A partir daquele dia, começou a questionar seus sentimentos em relação àquele acontecimento. Em outra ocasião, contou que foi à boate Friends com seus colegas de curso e visitou o *darkroom*. *Pedro* também revelou que encontrou muita dificuldade em revelar sua sexualidade para as pessoas, o que só ocorreu dez anos após aquela carona com fins sexuais. Mesmo tendo um irmão gay, *Pedro* manteve sua sexualidade mais restrita ao seu grupo de amigos e de militância, revelando-a para sua mãe somente em 2022.

Já com *Everton*, a UEL desempenhou outro papel nessa mesma seara. Ele já veio para Londrina ciente de sua sexualidade, contudo a universidade e os espaços de sociabilidade aos quais teve acesso a partir de então permitiram que ele pudesse encarar sua realidade e contar para seus pais sobre sua orientação sexual. Durante a entrevista, contou que seu pai, por algum tempo, o culpabilizou por diversas coisas devido à sua sexualidade. Oriundo do Mato Grosso do Sul, ele ia para casa somente nas férias de final de ano, o que alimentava a ansiedade sobre os desafetos cultivados por sua família, em especial seu pai. Quando colou grau, sua mãe veio do MS na tentativa de levá-lo para casa, mas ele prontamente decidiu ficar, pois percebeu que, assim como a universidade, a cidade lhe permitiu ser alguém que acreditava que não seria em Dourados.

Essas três histórias podem representar, em menor escala, centenas de outras que acontecem anualmente na universidade. Trata-se não apenas de uma instituição que possui histórico político de debater a pluralidade, mas também de um espaço que propicia o entendimento acerca dos afetos. Com uma renovação de aproximadamente três mil discentes por ano<sup>33</sup>, a Universidade se torna palco de histórias, medos, afetos, resistências e lutas desses corpos socialmente marginalizados. Refletir sobre a permanência desses sujeitos no ambiente acadêmico, bem como o papel da universidade na formação e transformação desses corpos, é um debate que tem sua urgência (Ribeiro; Moraes; Kruger, 2019). Como vimos nos três exemplos supracitados, a universidade não apenas proporcionou a descoberta de suas (homo) sexualidades, mas, também, permitiu que essas (homo) sexualidades fossem

---

<sup>33</sup> Esses dados são apresentados anualmente através do relatório UEL em Dados. Cf [https://sites.uel.br/proplan/wp-content/uploads/2023/12/uel\\_em\\_dados\\_2023.pdf](https://sites.uel.br/proplan/wp-content/uploads/2023/12/uel_em_dados_2023.pdf)

vivenciadas sem nenhum tipo de receio ou apreensão, tal como um ambiente acadêmico deve ser.

Para os interlocutores citados – entre outros que compartilham da mesma experiência –, a UEL representa bem mais do que um ambiente formativo. Para a caminhada de cada um, a instituição foi um ambiente que lhes proporcionou o entendimento sobre afeto e afetações, possibilitando vivenciar sua sexualidade dentro e fora do espaço acadêmico.

Conforme Marco Aurélio Soares (2023) ressalta em sua tese sobre o “lugar de fala” das pessoas LGBTI+ no contexto acadêmico, a mera inserção no ensino superior não é suficiente; é essencial que esses indivíduos sejam ouvidos em suas particularidades, considerando a interseccionalidade, e que suas necessidades sejam atendidas. Desta forma, poderemos aspirar a uma universidade que promova a igualdade e a segurança, juntamente com a possibilidade de ter os diversos saberes cultivados compartilhados.

### 2.3 LONDRINA DE *TODES*<sup>34</sup>?

A análise da cidade de Londrina transcende a contemplação de sua história ou de seu progresso socioeconômico. É imperativo considerar o espaço como um território otimizado para um grupo específico de pessoas. A questão que surge é: qual grupo? De acordo com a socióloga Sarita Albagli (2004), território é definido como uma parcela de terra apropriada. É crucial traçar uma distinção entre os conceitos de espaço e território. O primeiro tem um grau de flexibilidade e fluidez para discussão, enquanto o último possui uma característica única: é um espaço ocupado e apropriado por um indivíduo e, a partir dessa ação, surgem nele delimitações, regulamentações e relações de poder (Haesbaert, 2009).

Nesse contexto, Londrina se apresenta como uma cidade com vários espaços que foram apropriados ao longo do tempo e delimitados transformando os territórios estabelecidos ali em locais de disputa entre grupos sociais. Essa disputa se torna evidente quando discutimos locais de consumo, como o bar Valentino, o Zerão e o

---

<sup>34</sup> A flexibilização do pronome faz referência à chamada linguagem inclusiva, usada por pessoas *não-binárias*. Esse termo também é adotado, de forma menos conceitual, por demais indivíduos da população LGBTI+ quando buscam se referir a um grupo de pessoas com diversidade de gênero.

Centro Social Urbano, comumente conhecido como Buracão, nos capítulos subsequentes. Até então, é necessário destacar que, além dos limites físicos estabelecidos pelos indivíduos, também é possível mapear e discutir outros tipos de territórios que afetam grupos marginalizados, como a população LGBTI+.

Leonardo Ferreira e Vera Lucia Suguihiro (2024) elaboraram uma cartografia de alguns territórios estabelecidos em relação à população LGBTI+ de Londrina, levando em consideração três fatores: medo, morte e resistência. Através de notícias da mídia local e entrevistas semiestruturadas, os autores conseguiram mapear algumas localidades que registram as intenções expressas nessa cartografia. Esta análise apresenta espaços públicos que se tornam territórios ao serem ocupados pela população LGBTI+. Por exemplo, a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, tradicionalmente conhecida como Avenida Leste-Oeste, é um local comum onde mulheres trans e travestis se prostituem, assim como o bosque central ao lado da Catedral Metropolitana é um ponto ocupado por michês. Ambos os locais carregam mais do que apropriação espacial, eles dão sentido a esses lugares a ponto de qualquer londrinense saber onde procurar os profissionais do sexo. No entanto, da mesma forma que esses lugares foram ambientados e ressignificados para uma função específica (trabalho sexual), eles também se tornam um território marcado por violências contra essa população (Ferreira; Suguihiro, 2024). Os territórios que os autores apresentam como resistência são as localidades onde ocorreu a Parada Cultural LGBTI+ na cidade.

A análise desses dados nos permite perceber como a cidade de Londrina está configurada para não acolher certas populações. E essa sistematização não é recente, mas remonta à sua fundação, quando aqueles que não eram vistos como dignos de habitar a “capital do café” foram marginalizados e exilados do convívio central da cidade. Nos mapas apresentados pelos autores, é possível ver que a maioria das zonas de medo e morte ocorrem no centro da cidade, em concordância com o que alguns entrevistados mencionaram durante as entrevistas.

*Josias*, um residente de longa data de uma das regiões mais periféricas do centro da cidade, na zona sul, expressa uma familiaridade e conforto com seu bairro que contrasta com sua percepção do centro da cidade. Ele atribui essa sensação de segurança à sua longa história no bairro e ao conhecimento mútuo entre ele, sua família e os outros residentes, facilitado, em parte, pela participação de sua mãe na igreja católica local. Em contraste, ele expressa receio em demonstrar afeto pelo seu

parceiro no centro da cidade, temendo as possíveis repercussões.

*Felipe*, que já residiu em duas localidades periféricas (na zona sul e agora na zona leste), ecoa sentimentos semelhantes de conforto em seu bairro em relação à sua sexualidade. Ele recorda que, ao frequentar boates, sentia-se seguro apenas dentro do estabelecimento, não se estendendo ao espaço externo. *Antonio*, que reside em uma região bastante afastada do centro (nas chácaras próximas ao Jardim Botânico, na zona sul), relata uma experiência de aceitação e segurança em sua localidade, embora observe que indivíduos gays afeminados enfrentam discriminação. Ele atribui sua aceitação à sua adesão a um estilo de vestimenta específico associado a um grupo conhecido como *mandrake*<sup>35</sup>.

*Vander*, que foi criado por uma mãe lésbica e teve experiências em diversos lugares da cidade, relata um medo significativo de frequentar o centro da cidade, que era aliviado apenas quando frequentava bares e boates.

*“Quando a gente ia pra Friends, a gente pegava o 110 (Mister Thomas) e ia, todos felizes, até entrar na boate. Na hora de vir embora, assim que o ônibus chegasse no centro, é como se a gente entrasse no armário para não apanhar. Isso durou muitos anos”.* (*Vander*)

Essa experiência de medo e necessidade de ocultar sua identidade ao se deslocar para o centro da cidade é compartilhada por muitos na população LGBTI+. Na ausência de políticas públicas que protejam esse grupo, a sobrevivência, muitas vezes, requer a ocultação da identidade, levando à ocupação e reivindicação de espaços específicos, como boates e bares, bem como espaços de militância.

Alguns interlocutores, como *Pedro* e *Jonas*, expressaram uma preferência por frequentar espaços socialmente voltados para o público heterossexual, como o Escritório Bar e o Folks<sup>36</sup>. Eles afirmam se sentir mais confortáveis nesses ambientes do que em casas noturnas voltadas para a população LGBTI+. *Jonas* relata ter enfrentado olhares e comentários negativos por não se enquadrar no estereótipo de um gay afeminado.

---

<sup>35</sup> O estilo *mandrake* diz respeito a uma moda e comportamento popularizado no início dos anos 2000, entre as comunidades periféricas de São Paulo e Rio de Janeiro, bastante divulgados através do funk. Essa forma de se vestir acabou por configurar uma força de expressão entre jovens das favelas, tornando-se objeto de estudo sobre sua influência sociocultural (Aguiar; Pestana, 2022; Guedes, 2022).

<sup>36</sup> Esses estabelecimentos citados são bares tradicionais popularmente frequentados por heterossexuais, além de ser um ambiente predominantemente de música no estilo sertanejo universitário. Alguns gays, lésbicas e bissexuais frequentam esse espaço por diversos fatores, entre eles, o gosto musical e o círculo de amizades.

Existem indivíduos que estabelecem territórios de segurança e proteção por meio de suas redes de amizade, como é o caso de *Diego*. Tendo residido em diversos locais devido a compromissos profissionais, *Diego* relatou que nunca se sentiu tão seguro quanto em Londrina. Ele atribui essa sensação de segurança à sua rede de sociabilidade, algo que não possuía nas outras cidades onde morou. Esse sentimento é corroborado por outros entrevistados, especialmente aqueles que se mudaram para Londrina e tiveram que cultivar novas amizades para se sentirem pertencentes.

Nas declarações dos entrevistados, é possível observar que o conceito de “amizade” está intrinsecamente entrelaçado com o de “pertencimento”. Isso sugere que, para os participantes da pesquisa, a amizade não é apenas uma relação interpessoal, mas também uma forma de se sentir parte de um grupo ou, nesse caso, como habitantes da cidade. A noção de pertencimento, portanto, desempenha um papel fundamental na compreensão e construção do significado da amizade. Conforme eles apresentam, a experiência de viver na cidade parece depender de uma rede sólida de sociabilidade. Esse sentimento de pertencimento, que surge da necessidade de estabelecer amizades, é responsável pela criação de outros tipos de territórios, resultando em novas delimitações, normas e relações de poder. Isso quase cria um sentido de comunidade, conforme definido por Steven Brint, que as considera como “agregados de pessoas que compartilham crenças e estão ligadas principalmente por relações de afeto, lealdade, valores comuns e/ou interesses pessoais” (Brint, 2001, p. 8). No entanto, apesar da convergência de características e da existência de uma solidariedade que preenche as lacunas de cada experiência, ainda não há força suficiente para formar uma comunidade.

De qualquer forma, tudo indica que o sentimento de pertencimento da população LGBTI+ de Londrina à cidade está essencialmente ligado às amizades que possuem, entretanto, esse pertencimento também precisa ser negociado, assim como qualquer outro espaço. *Jonas*, um dos entrevistados, relatou que durante muito tempo sentiu a necessidade de se passar por heterossexual para ser aceito e manter seu ciclo de amigos. No entanto, ao perceber que essa identidade não correspondia à sua verdadeira natureza e que se sentia desconfortável tendo que “fingir ser o que não era”, decidiu assumir sua homossexualidade, o que resultou na perda de algumas amizades. Essa experiência é repetida por outros entrevistados, como *Pedro*, que chegou a namorar uma mulher para passar por heterossexual, e *Vander*, que precisava viver de forma discreta e escondida por medo de sofrer violência.

Esse sentimento expresso pelos entrevistados está no cerne de uma sociedade heteronormativa (Chambers, 2003, 2005; Warner, 1991), que impõe diversas prescrições que regulam os processos sociais. Além da luta diária pela sobrevivência, as pessoas LGBTI+ são pressionadas a se integrar socialmente, a se adequar a padrões que fogem de sua própria natureza. Essa dinâmica de pertencimento e relação de poder, que busca assimilar o sujeito LGBTI+ a uma normativa reguladora, acaba por afetar também as configurações da própria população, resultando em hierarquizações entre aqueles que pertencem e não pertencem baseadas em inúmeros fatores, entre eles, os marcadores sociais da diferença e exclusão (Bento, 2015).

Destarte, o pertencimento estabelecido não se dá apenas na diferenciação entre homossexuais e não homossexuais, mas também em outras formas de similaridade. *Lucas* exemplifica isso ao afirmar que é bem recebido por seus amigos quando está na presença de outros gays masculinos, enquanto recebe olhares de reprovação ao andar com travestis, gays afeminados ou *drag queens*. Essa dinâmica será discutida quando abordarmos os espaços de sociabilidade. Se na cidade essa disputa é marcada, quando falamos de um ambiente exclusivamente LGBTI+, ou apenas ocupado por essa população, a dinâmica torna essa percepção mais viva e mais delineada.

Diante do exposto, é concebível visualizar uma Londrina inclusiva, desde que a interpretação seja realizada sob a perspectiva dos corpos que desafiam as normas estabelecidas. É plausível que esta cidade se torne receptiva a novas formas de experiência, sem que conflitos sejam o foco principal da narrativa. É viável aspirar que indivíduos LGBTI+ possam ocupar todos os espaços sem que a LGBTIfobia seja um critério a ser considerado. Para tal, é crucial estabelecer um marco histórico que permita uma análise cuidadosa desta população e um trabalho conjunto com ela, de modo que o sentimento de pertencimento que anseia e os territórios que produz estejam em harmonia com a cidade, e não alienados dela.

E para que possamos olhar para a Londrina de “todes”, será necessário conversar com alguns sujeitos que pertencem ao grupo LGBTI+ e habitam esse ambiente. Faz-se necessário diálogo com essas pessoas a fim de que possamos, através de seus olhares e vivências, compor uma Londrina diferente do que nos é apresentada. Até agora, vimos uma cidade do ponto de vista da história, que foi colonizada, especulada e ocupada. Vimos, também, uma Londrina universitária e o

papel importante da UEL nesse processo. Chegamos a uma cidade que se pretende diversa, mas essa diversidade, fruto do diálogo com os interlocutores, será debatida posteriormente, no decorrer dessa dissertação.

#### 2.4 O OLHAR DAQUELES QUE VIVEM A CIDADE: OS INTERLOCUTORES

Esta pesquisa, embora tenha sido articulada pelo pesquisador, é fruto da colaboração e das percepções dos interlocutores que participaram do estudo. Discutir sobre nossas vidas não se resume a narrar histórias, mas envolve evocar sentimentos, momentos e situações que, de alguma forma, marcaram nossas existências. Todos os entrevistados, desde o início, demonstraram ansiedade e satisfação pelo contato. “*É muito gratificante discutir nossas experiências*”, expressou *Everton*, ao receber a mensagem confirmando sua participação.

Para que possamos conhecer os entrevistados, é importante ressaltar que algumas informações serão omitidas ou simplificadas a fim de que suas identidades sejam preservadas, conforme acordado e apresentado na introdução dessa pesquisa.

*Jonas*, com 34 anos de idade, originário do interior de São Paulo, migrou para Londrina com o propósito de estudar na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Assim como outros participantes da pesquisa, ele percebeu, na universidade e na distância de sua cidade natal, a oportunidade de explorar sua sexualidade sem a vigilância familiar. Durante a entrevista, demonstrou simpatia e certo grau de ansiedade, revelando interesse em contribuir para o estudo. Vale destacar que seu apreço pelo sertanejo universitário se mostrou relevante para a pesquisa, permitindo uma visão mais ampla das formas de sociabilidade. Atualmente, *Jonas* exerce a função de professor universitário em uma instituição privada, residindo nas proximidades da UEL.

No encontro subsequente, tive a oportunidade de dialogar com *Pedro*, de 39 anos. Ao indagar se poderia comparecer acompanhado de seu marido, prontamente asseguramos que não haveria qualquer impedimento. *Pedro* compartilhou sua trajetória: oriundo de uma cidade situada a 105 km de Londrina, veio para esta última em 2002, com o propósito de cursar Direito na UEL. Durante esse período, suas relações afetivas eram predominantemente heterossexuais, até que, em 2004, vivenciou sua primeira experiência homossexual. Embora atualmente não hesite em

expressar abertamente sua orientação sexual, revelou que somente há uma década confidenciou esse aspecto de sua identidade à primeira pessoa em sua cidade natal. Surpreendentemente, mesmo tendo um irmão homossexual, só em 2020 o rapaz compartilhou essa informação com sua mãe. *Pedro*, funcionário público, relatou que, no ambiente de trabalho, é comum utilizar termos como “*bicha*” e “*viado*” para se referir a si mesmo, reconhecendo, contudo, o privilégio que advém de sua aparência masculina, que não “denuncia” sua orientação sexual. Curiosamente, nunca foi alvo de discriminação devido à sua sexualidade, mas sim em virtude do racismo, tanto no âmbito profissional quanto fora dele.

Outro interlocutor com quem conversei foi *Everton*, natural do Mato Grosso do Sul. Sua vinda para Londrina, motivada pela busca de uma vivência mais autêntica de sua sexualidade, ocorreu durante seus estudos na UEL. A frequência em bares e espaços “*LGBT-friendly*” proporcionou a criação de uma rede de contatos e sua popularidade na cena noturna LGBTI+ local. Hoje, aos 34 anos, *Everton* atua como pesquisador, engajando-se em debates sobre racialidade, *body positivity*, sexualidade e assistencialismo social. Sua influência na cidade transcende as boates LGBTI+, onde suas apresentações musicais são ouvidas, tornando-o um articulador e ativista social relevante.

Em outro encontro, tive a oportunidade de dialogar com *Felipe*, um indivíduo de 31 anos, natural de Londrina, ele passou sua infância na zona sul da cidade e, mais recentemente, mudou-se para a zona leste, nas proximidades da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR). Felipe também é egresso da UEL e iniciou sua carreira como agente penitenciário enquanto ainda estava em processo de graduação. Durante nossa entrevista, ele compartilhou que esse período de sua vida foi marcado pela influência religiosa e pela imposição de uma masculinidade tóxica no ambiente de trabalho, o que acabou afetando sua saúde. A terapia desempenhou um papel significativo em sua reflexão sobre esses aspectos, levando-o a tomar a decisão de se exonerar após 10 anos como agente penal e seguir a carreira de advogado. Ao lembrar os tempos em que frequentava baladas, *Felipe* mencionou que já transitou entre diferentes identidades, desde a “*gay afeminada poc*” até a “*bicha macho padrão*”.

*Diego*, natural de São Paulo, que chegou a Londrina ainda na infância e permanece na cidade até hoje, revelou que se assumiu aos 18 anos e se sente privilegiado por ter uma família compreensiva. Graduado em Design por uma

instituição particular, *Diego* vivenciou sua sexualidade em outras cidades antes de encontrar em Londrina um ambiente especialmente acolhedor. Ele atribui essa receptividade ao círculo de amizades que construiu na cidade. Além disso, *Diego* é um dos articuladores de um grupo de comunicação no WhatsApp, composto por designers LGBTI+ locais, em que compartilha oportunidades de trabalho na área de design e comunicação. Ele acredita que essa iniciativa contribui para ampliar a presença dessa população em diferentes espaços. Atualmente, aos 37 anos, ele prefere frequentar festas alternativas na cidade em vez das baladas tradicionais.

Na sequência, tive a oportunidade de entrevistar *Roberto*, um indivíduo de 31 anos. Sua chegada a Londrina ocorreu aos 21 anos, com o objetivo inicial de cursar Administração. No entanto, ele optou por mudar de graduação no decorrer do percurso acadêmico. Embora já tenha residido no centro da cidade, atualmente vive na zona sul, acompanhado de seu marido. Desde sua chegada a Londrina, *Roberto* vivenciou diversos espaços, incluindo baladas e bares. Segundo sua perspectiva como frequentador, observou que a boate Friends era estereotipada, que havia uma elitização no NYL e que a Violet evocava uma experiência fetichista masculina. Além disso, destacou o surgimento das *ballrooms*<sup>37</sup> na cidade. Sua criticidade em relação aos ambientes também está relacionada à observação do tratamento dispensado às pessoas nesses locais. *Roberto* reconhece que, se não fossem suas parcerias e contatos, ele, enquanto homem negro, também seria alvo de discriminação. Atualmente, atua como professor universitário e integra o mesmo grupo de oportunidades no WhatsApp que *Diego*.

Outro entrevistado foi *Josias*, que gentilmente dedicou seu horário de almoço à pesquisa. Com 32 anos, ele é gerente de Recursos Humanos e está cursando graduação na UEL. *Josias* reside no mesmo bairro da zona sul de Londrina desde o nascimento. Aos 21 anos, começou a se identificar como gay, após visitar uma cidade a 100 km de Londrina e se sentir “livre”. A aceitação por parte de seu círculo social foi quase imediata, o que, segundo sua percepção, contribuiu para uma melhor compreensão de sua situação. Embora tenha se assumido, inclusive para membros de sua religião, *Josias* não percebeu mudanças significativas no tratamento recebido,

---

<sup>37</sup> O movimento *ballroom* é uma cultura vibrante e inclusiva que surgiu nas comunidades negras e latinas LGBTI+ de Nova York, nos anos 1960. Originalmente, esses eventos serviam como um refúgio seguro contra a discriminação e a exclusão social, proporcionando um espaço onde a diversidade de gênero, sexualidade e raça pudesse ser celebrada.

exceto por uma senhora que o repreendeu após ele tomar a comunhão em determinada ocasião. Quanto aos ambientes de sociabilidade, *Josias* raramente frequenta esses espaços e prefere ambientes mais tranquilos, como barzinhos. Vale mencionar que ele desempenhou o papel de articulador durante a tentativa de aprovação do Conselho Municipal LGBTI+ na Câmara Municipal de Londrina.

*Lucas*, com 25 anos de idade, originário de uma cidade vizinha de Londrina, manifestou, desde cedo, o desejo de estudar na UEL. Embora tenha se formado em Contabilidade, já trabalhava anteriormente no escritório de seu pai em sua cidade natal. A descoberta de sua orientação sexual ocorreu precocemente, mas ele optou por compartilhar essa informação apenas com seus pais e amigos mais próximos, a fim de evitar possíveis retaliações. Durante sua infância, enfrentou a violência e, em busca de se “enquadrar” na sociedade e de se sentir desejado, emagreceu após um período sendo obeso. Ao atingir a fase adulta, *Lucas* escolheu residir no centro de Londrina para vivenciar sua juventude com maior liberdade. Apaixonado pelas festas universitárias e pelas boates LGBTI+ da cidade, ele se tornou conhecido e estabeleceu amizades significativas. Como homem negro, *Lucas* compreende as situações de exclusão que já vivenciou nesses espaços, embora acredite que sua aparência “malhada e masculina” tenha contribuído para evitar discriminações.

Em outra entrevista, tive a oportunidade de estar com *Vander*, de 34 anos, que se mostrou bastante solícito. Natural do litoral paulista, ele chegou à Londrina aos 12 anos de idade. Aos 16 anos, reconheceu sua orientação sexual como gay, mas enfrentou certa resistência em casa, mesmo sua mãe sendo bissexual e, à época, manter um relacionamento lésbico. *Vander* atribui esse protecionismo materno ao receio de que ele sofresse violência em virtude de sua sexualidade. Aos 17 anos, começou a frequentar bares, onde estabeleceu conexões com diversas pessoas. Durante nossa entrevista, ele recordou com nostalgia da boate Friends, compartilhando histórias sobre pegar o ônibus para chegar até lá ou mesmo de usar a moto de sua mãe de forma clandestina. Atualmente, *Vander* trabalha como motorista de aplicativo e apresenta um *podcast* no qual entrevista pessoas LGBTI+ da cidade.

Durante o curso desta pesquisa, tive a oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre *Leandro*, um indivíduo de 64 anos. Mais do que um simples diálogo, nossa interação se assemelhou a uma verdadeira aula de história. *Leandro*, natural do interior paulista, colaborou com outros docentes da UEL, bem como com organizações como a ALIA e a ONG Adé Fidan. Seu extenso currículo acadêmico

inclui, dentre outras produções, uma tese de doutorado dedicada ao estudo das travestis. Durante nossas conversas, ele revisitou momentos marcantes de sua trajetória em Londrina. Na época de sua chegada, não existiam aplicativos de relacionamento, mas o “Disque 145” funcionava como uma espécie de “Tinder” por telefone e o Bate-papo da UOL também desempenhava um papel relevante. *Leandro* compartilhou histórias sobre as boates, os locais de encontro e o trabalho realizado pela ALIA e Adé Fidan na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e do HIV/AIDS. Atualmente, *Leandro* está aposentado.

Outro entrevistado foi *Antonio*, com 26 anos, residente na zona rural de Londrina desde o nascimento. Durante nossa conversa, *Antonio* relatou que nunca enfrentou hostilidade em sua localidade devido à sua orientação sexual. Ele acredita que isso se deve à sua aparência mais masculinizada e à forma como se veste. Para ilustrar essa percepção, compartilhou um caso envolvendo um vizinho gay afeminado que precisou mudar de bairro devido às provocações sofridas. *Antonio* não é entusiasta das boates, preferindo outros gêneros musicais. Seu lazer sonoro ocorre em festas alternativas de música eletrônica, trap e rap, ou nas batalhas de rima. Independentemente de suas preferências musicais, ele valoriza a Parada LGBTI+, onde se sente livre para beijar, dançar, curtir e conhecer novas pessoas. O rapaz trabalha como caixa em um mercado próximo à sua residência.

Por fim, entrevistei *Marcelo*, de 56 anos, que ingressou na UEL em 1981 e seguiu uma carreira acadêmica até se tornar docente na mesma instituição. Embora já tivesse consciência de sua orientação sexual, enfrentou dificuldades em aceitá-la plenamente. *Marcelo* recorda que, naquela época, a cena gay na cidade não favorecia a autenticidade e a visibilidade. “Eram todos muito enrustidos, tudo feito em segredo”, relembra. Ele destaca o caráter segregador das relações sociais nos ambientes frequentados pelas boates. Hoje, casado, observa a evolução da cidade em relação à aceitação da diversidade sexual, especialmente pelas gerações mais jovens. Quando pensa na Londrina noturna, suas preferências recaem sobre restaurantes e o Bar Valentino, em uma nostálgica alusão aos tempos passados.

Os participantes não demonstraram preocupação com o que iriam expressar, nem com a maneira de apresentar cada ideia, seja de forma cronológica ou de uma forma que fizesse sentido para eles e para o pesquisador. Todos pareciam, de certa forma, confortáveis com o desenvolvimento da conversa. É relevante destacar que, embora exista um procedimento metodológico extenso ao qual todo pesquisador deve

aderir, optei por transformar essa experiência em um diálogo informal, com o objetivo de garantir que o entrevistado se sentisse confortável e seguro em suas declarações. Para isso, o ambiente em que as entrevistas ocorreram foi crucial.

Algumas conversas ocorreram em um bar chamado “Sabor&Ar”, bastante conhecido pela população LGBTI+ da cidade. Trata-se de um ambiente ao ar livre que, aos finais de semana, fica repleto de pessoas conversando e dançando, geralmente ao som de algum grupo de pagode. Um dos entrevistados teve o encontro marcado na própria UEL, em uma lanchonete localizada entre o Centro de Letras e Ciências Humanas e o Centro de Educação, Comunicação e Artes. Dois participantes preferiram que a entrevista ocorresse em suas casas, devido a demandas particulares que os impediam, momentaneamente, de deixar suas residências. Outros optaram, ou foram escolhidos, para realizar a conversa por meio de videoconferência. As plataformas de videoconferência, como Google Meet, Microsoft Teams, Zoom, entre outras, tornaram-se ferramentas indispensáveis para a comunicação durante e após a pandemia de Covid-19. Para os pesquisadores, foi a única forma de realizar entrevistas que garantisse segurança, tanto para o pesquisador quanto para o entrevistado, como no caso da pesquisadora Virgínia de Souza (2021) que entrevistou homens pais solo beneficiários do Programa Bolsa Família através das plataformas devido aos decretos restritivos que vigoravam à época de seu trabalho de campo. Mesmo com o relaxamento das normas sanitárias frente à pandemia, essas plataformas continuam a ser úteis quando se precisa contatar pessoas que não conseguem se deslocar ou que têm agendas que não permitem um encontro presencial, como uma entrevista. Esse foi o caso de alguns interlocutores desta pesquisa, em especial *Josias*, que estava em horário de almoço quando participou.

Todos os interlocutores escolheram o dia e horário de suas entrevistas, bem como o ambiente em que esta ocorreria. Aqueles que optaram pelo formato remoto receberam prontamente um *link* da sala virtual onde seria realizado o diálogo. Durante os encontros, todos demonstraram tranquilidade e, em raros momentos, houve timidez no decorrer das falas. Em suma, com exceção de *Antonio*, todas as entrevistas duraram mais de uma hora, algumas chegando a três horas.

Diversas constantes foram identificadas durante as entrevistas: (1) a maioria dos participantes expressou alívio e conforto ao saber que, apesar da gravação das entrevistas, suas declarações seriam atribuídas a um pseudônimo — além do sigilo nos arquivos documentados —, permitindo-lhes falar livremente; (2) todos os

entrevistados demonstraram, em algum momento de suas vidas, uma atividade social significativa, evidenciada por detalhes sobre sua frequência e participação em locais de consumo e entretenimento; (3) a maioria dos interlocutores utiliza termos como “*bicha*”, “*viadinhos*”, “*poc*”, não como ofensa, mas para contextualizar outros homens homossexuais em seu discurso. Essa prática é comum nos espaços de sociabilidade em Londrina; (4) todos os interlocutores que frequentaram a boate Friends exibem um tom nostálgico ao lembrar o local. Embora cada experiência seja única, parece que recordar a participação na primeira boate GLS da cidade evoca, não apenas uma lembrança nostálgica, mas também um sentimento de que “*algo que acontecia lá não se repete mais*”, como mencionou *Marcelo*; (5) alguns participantes apresentam respostas “técnicas”. A impressão é de que estão participando de uma sabatina que exige seriedade e cuidado na fala, enquanto outros adotam uma postura mais descontraída e despreocupada, inclusive na forma como apresentam as informações; (6) todos reconhecem, em diferentes graus, a importância de uma militância política LGBTI+ na cidade, embora não saibam como acessá-la ou promovê-la.

De maneira fluida e amigável, todos os participantes desses encontros puderam compartilhar suas experiências — e “*morrências*”, como disse *Everton* durante a entrevista — a fim de contribuir não apenas para a pesquisa, mas, também, para um entendimento da vida social das pessoas LGBTI+ na cidade. Com idades entre 25 e 64 anos, cada interlocutor falou sobre suas dores e alegrias de ser LGBTI+ em Londrina, sobre como é vivenciar a vida noturna e, até mesmo, a respeito de momentos de militância política e/ou a ausência desses momentos. Cada um, com seu nível de instrução ou profissão, soube trazer à tona sua maneira única de ver e de vivenciar a cidade, de relatar como consumiu os lugares, as pessoas, as histórias.

Além dos 12 entrevistados apresentados acima, a pesquisa conta com a participação especial de três figuras importantes para a história da população LGBTI+ de Londrina: *Melissa Star*, *Paulo Wesley* e *Roni Lima*. Essas pessoas, embora desconhecidas por grande parte da população LGBTI+ da cidade, participaram e/ou contribuíram significativamente para o que conhecemos sobre essa população e suas experiências neste município.

*Melissa Star*, 54 anos, desempenhou o papel de *drag queen* que apresentava as atrações na Boate Friends, a primeira boate GLS do norte pioneiro do Paraná. Seu sonho de ser chacrete foi a motivação que impulsionou a criação de sua persona *drag*, cujo nome “*Melissa*” foi inspirado na ativista e travesti londrinense *Melissa Campus*.

Durante a entrevista, Melissa se emocionou profundamente, pois participou da boate por mais de 15 anos, deixando o local pouco antes de seu fechamento. Durante o período em que trabalhou na boate, Melissa se encontrava em um relacionamento abusivo que restringia todas as suas vontades, inclusive a de trabalhar fora de casa. Assim, apresentar-se na Friends todos os finais de semana foi a única maneira que encontrou para se sentir livre.

Melissa, assim como todas as *drag queens* que se apresentaram na Friends, fazem parte de um marco histórico importante para a população LGBTI+ de Londrina. Alguns interlocutores relataram suas experiências nesse local e, da mesma forma, Melissa também se lembra de muitos momentos que passou lá, seja apresentando, distribuindo panfletos ou convidando frequentadores novatos para subirem ao palco e dançar uma música. Sua contribuição para esta pesquisa é evidenciada na forma como a *drag queen* Melissa Star rememora os períodos de resistência, lazer e consumo, quando nossa população não tinha sequer outro espaço para socializar e vivenciar sua própria sexualidade.

Paulo Wesley e Roni Lima, respectivamente com 52 e 56 anos, desempenharam um papel essencial na cidade. Por mais de 25 anos, ambos estiveram à frente da Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS (ALIA) e foram responsáveis por fomentar e instrumentalizar diversos ativistas LGBTI+ na cidade, além de trabalhar ativamente em diversas campanhas de prevenção e combate às ISTs/HIV/AIDS. Paulo foi um dos ativistas londrinenses a participar de uma formação com a socióloga estadunidense Ruth Gunn Mota (Santos, 2007), enquanto Roni participava do Conselho Municipal de Saúde.

Durante a entrevista, ambos se esforçaram para detalhar com a máxima precisão tudo o que vivenciaram na ONG desde 1995, quando ingressaram. Mostraram fotos, relembrou vivamente atividades e eventos planejados. Foi por meio da ALIA, liderada por eles, que alguns momentos importantes da militância política ocorreram em Londrina, como a Pré-Conferência Municipal LGBTI+ de 2008 e a Conferência Municipal de 2015. Eles também são responsáveis por elaborar, juntamente com outros ativistas, a proposta de criação de um Conselho Municipal em defesa da pessoa LGBTI+, realizando um trabalho excepcional, nos bastidores, no ano de 2021. Paulo e Roni, juntamente com a ALIA, proporcionaram reflexões, debates e exemplos de articulação política em prol da população LGBTI+.

Paulo, Roni e Melissa não utilizam pseudônimos, e faço questão de que assim

seja. Suas entrevistas foram especialmente direcionadas: compreender a relação da boate Friends com a cidade sob a perspectiva de Melissa e entender como se construíram os momentos de militância política LGBTI+ em Londrina sob a ótica de Roni e Paulo. Mais do que narrar uma história, os três compartilharam suas vivências, refletindo sobre o presente à luz do passado, com o objetivo de entender como chegamos ao ponto atual. Melissa observa que as boates atuais esqueceram as *drags*, enquanto Paulo e Roni afirmam que, sem a ALIA, a militância parece estagnada. Tudo isso é verdade, em partes. Portanto, espera-se que as novas gerações compreendam a importância de olhar para trás e identificar o que pode ser aproveitado para manter os debates necessários, a cultura vibrante e o entretenimento local sempre ativo. Neste capítulo, examinamos o local onde esta pesquisa está situada. Olhar para Londrina além de suas fronteiras é mais do que um exercício de delimitação espacial, é um excelente preparo para o que virá a seguir. Perceber que os locais de consumo e entretenimento, espaços de sociabilidade, momentos de militância política e territórios constituídos coexistem, nos faz refletir sobre a dimensão que se busca retratar aqui. Embora a literatura sobre a população LGBTI+ e suas vivências em cidades do interior seja uma lacuna nas pesquisas referentes a esse grupo social, pretendo amenizar essa ausência tentando retratar, por meio de diversos olhares, como essas experiências se materializam em Londrina.

Nos próximos capítulos, voltaremos nossa atenção a outras questões que permeiam tanto a população LGBTI+, quanto a cidade de Londrina. Buscaremos analisar os fenômenos presentes nos espaços de sociabilidade, entretenimento e consumo, bem como refletir sobre os momentos de militância política do ativismo LGBTI+, com base nas informações obtidas nas entrevistas. Que essas histórias, contadas a partir das experiências e perspectivas dos interlocutores, nos permitam vislumbrar a diversidade existente, tanto na população LGBTI+, quanto na cidade.

### 3 O FERVO LONDRINENSE: O CIRCUITO LGBTI+ E AS REDES DE SOCIABILIDADE

“Londrina sempre teve buraco pras gays se enfiarem”, disse *Paulo* durante a entrevista. Embora essa afirmação possa ser interpretada de várias maneiras, no contexto da discussão, ela se refere especificamente aos locais de consumo, entretenimento e lazer. Como será discutido posteriormente, Londrina sempre teve alguns espaços onde a população LGBTI+ poderia se reunir para flertar, comemorar, celebrar, ou simplesmente relaxar após um dia desafiador.

Desde bares e boates, até festas alternativas e a Parada Cultural LGBTI+, Londrina, em seus 89 anos de história, ofereceu uma variedade de espaços que não apenas proporcionaram um ambiente acolhedor para as pessoas LGBTI+, mas, também, serviram como um refúgio onde esses indivíduos poderiam se encontrar e socializar sem medo. Isso permitiu que eles experimentassem a cidade de uma maneira única, conquistando espaços e cultivando oportunidades para o afeto. O antropólogo José Guilherme Magnani (2005, 2008, 2014) refletiu sobre esses locais e o que os conecta, criando uma espécie de rede que, embora não seja linear, possui uma certa similaridade. Ele se referiu a isso como *circuito*. É com base nessa proposta teórica que pretendemos explorar as formas de encontros e desencontros na cidade entre gays.

Para Magnani, circuito designa

o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, de forma que a sociabilidade que possibilita – por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos (2014, p. 12)

Conforme ilustrado pelo autor em suas obras, o circuito é uma construção dos próprios indivíduos através de trajetos<sup>38</sup>, podendo, ou não, resultar na formação de áreas específicas (manchas<sup>39</sup>). Em Londrina, por exemplo, como será discutido

---

<sup>38</sup> A noção de trajeto aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade ou no interior das manchas e levam de um ponto a outro através dos pórticos, marcos de transição na paisagem, pois configuram passagens. (Magnani, 2014, p. 12)

<sup>39</sup> Manchas são áreas adjacentes dentro da cidade com equipamentos que demarcam seus limites e possibilitam diferentes atividades ou práticas. Cada uma possui suas próprias características, competindo ou complementando umas às outras. Sendo mais integrada à paisagem, essas áreas

posteriormente, os bares e boates não estão localizados em uma proximidade que possa configurar uma *mancha de lazer*, com exceção do Bar Valentino e do Narciso Bar. Estes estabelecimentos, além de estarem na mesma rua, com o Lago Igapó como divisor, estão próximos a outra localidade conhecida por ser um ponto de encontro sexual entre gays. Nesse contexto, acredita-se que exista uma mancha de lazer que permite a sociabilidade de diversas formas, com diferentes equipamentos, complementando-se, conforme a conceituação do antropólogo. Além disso, podemos inferir que Londrina é repleta de subcircuitos que permitem uma variada sociabilidade, independentemente do local se identificar ou não como LGBTI+, contudo, acaba tornando-se parte do circuito por serem espaços escolhidos e estabelecidos por esses indivíduos com a intenção de socializar.

Portanto, neste capítulo, pretendo explorar os “buracos pras gays se enfiarem” e discutir um pouco sobre esses locais de consumo, mercado, ambientes de sociabilidade e o circuito LGBTI+ na cidade. A análise de cada um desses espaços é necessária para compreender a dinâmica de como a sociedade de Londrina percebe os corpos que desafiam as normas de gênero e sexualidade, que são o foco desta pesquisa. Ademais, ressalto que discutir esses ambientes é rememorar histórias contadas e/ou esquecidas da população LGBTI+ da cidade, é permitir que o que aconteceu nesses espaços seja valorizado como parte de uma história de construção maior do que esta pesquisa pode proporcionar.

Com a colaboração dos participantes do estudo, buscarei examinar esses ambientes e tentar entender as dinâmicas sociais que ocorrem nesses locais e entre os indivíduos que frequentam e participam dessas interações na cidade, além do que é inicialmente aparente. Navegar entre o passado e o presente, resgatar histórias e refletir sobre as construções que ocorrem entre sujeitos e espaços é um dos objetivos que compõem este capítulo.

### 3.1 “AQUI A GENTE ENCONTRA TODO MUNDO”: A IMPORTÂNCIA DOS BARES NA CENA LGBTI+ DE LONDRINA

Bares são componentes essenciais dos circuitos LGBTI+, tanto no Brasil

---

recebem um maior e mais diversificado número de usuários, criando oportunidades de encontros e não apenas relações de pertencimento (Ibid., p. 12).

quanto no exterior. Historicamente, eles representam, não apenas espaços de lazer, mas, também, de resistência, como exemplificado pelo *Stonewall Inn* nos Estados Unidos (Carter, 2010; Perroni *et al.*, 2019), que deu origem aos protestos e manifestações conhecidos globalmente como Paradas do Orgulho, e o *Ferro's Bar* no Brasil (Carvalho, 2023; Cassiano, 2023; Péret, 2012), que foi palco do levante organizado por lésbicas, conhecido como “Stonewall brasileiro”<sup>40</sup>.

Antes da inauguração da primeira casa noturna GLS, Londrina possuía vários bares que desempenhavam um papel crucial na sociabilidade dessa população marginalizada, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990. Nesses locais, era possível observar uma variedade de interações, desde conversas casuais e fofocas sobre a vida cotidiana, até flertes na mesa de sinuca. Apesar de a maioria dos bares serem abertos (sem cercas ou paredes), eram percebidos como locais seguros por seus usuários.

Reconhecer esses espaços como fundamentais para o circuito LGBTI+ na cidade é valorizar as relações, histórias e identidades que ali foram construídas. Da menor à maior escala, cada um desses lugares buscou reunir uma população e proporcionar a ela o direito ao lazer e à sociabilidade, diferentemente de outros espaços já existentes no município. Foi nas cadeiras de bares, nas mesas com estampas de cervejas, nas rodas de amigos, que conexões começaram a formar uma rede de apoio e convivência LGBTI+.

*Everton*, que se mudou para Londrina para estudar na UEL, ficou encantado com as diversas possibilidades que tinha na época. “*Era The Cross, David Club, Pé na Cova, Garagem Hermética, Bar do Jota, Valentino [...] tinha bares para todos os gostos e públicos, desde quem gostava de tomar uma cerveja e fofocar até quem queria um lugar mais intimista ou underground*”. Essa diversidade de espaços, aos poucos, encerrou suas atividades, mas suas histórias permanecem vivas naqueles que aproveitaram momentos únicos nesses estabelecimentos. Um deles é o *Vander*, que começou a se entender como gay frequentando o *The Cross*. “*Foi lá que conheci muitos viados, conheci o Dicésar (drag queen conhecida como Dimmy Kieer); se você*

---

<sup>40</sup> Por mais que seja popularmente conhecido como “Stonewall brasileiro”, o levante, no *Ferro's Bar*, que aconteceu em 1983, demonstra um descontentamento diferente em relação à revolta estadunidense. A manifestação promovida pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) aconteceu pelo fato de o dono do estabelecimento impedir a manifestação afetiva de lésbicas, bem como a distribuição de exemplares do jornal *Chanacomchana*, produzido pelo grupo. Essa revolta entra para a história como um marco do movimento LGBTI+ brasileiro importante e simbólico, seja pelo período que ocorre, seja pelo legado deixado (Artiaga; Borges, 2019; Locks, 2020; Péret, 2012).

*quisesse conhecer algum viado na cidade, era só colar no The Cross*". De fato, para conhecer alguém na cidade, era preciso frequentar os bares, ou através do bate-papo UOL, como apontam alguns entrevistados.

Embora todos os bares tenham sua própria história e representem memórias significativas para muitos indivíduos LGBTI+ que já frequentaram esses locais, gostaria de destacar dois estabelecimentos que tiveram impactos significativos, não apenas na minha história pessoal, mas também para várias gerações desses sujeitos em Londrina. O legado desses locais representa formas distintas de como eles se tornaram parte da história dessa população londrinense.

O primeiro deles é o *Bar do Jota*. Situado na Rua Professor João Cândido, em frente à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo (CMTU), este estabelecimento atravessou gerações, abrindo suas portas em 1980 e encerrando suas atividades em 2015. Thomás Meira (2009), ao discutir o circuito LGBTI+ na cidade de Londrina, identifica o Bar do Jota como um local de flerte e paquera. Um de seus interlocutores destaca que *"ali ninguém fica, ninguém beija. Porque os donos tratam a gente bem, o Joaquim do 'Jota' principalmente, mas tem um fator muito importante: você tá na rua. Ali as pessoas passam de ônibus, passam de carro e elas tão te vendo"*.

O Jota foi palco de diversos tipos de discussões, desde debates artísticos com a presença de nomes globais, como Paulo Autran, até discussões acaloradas sobre o cotidiano nesta cidade do norte do Paraná — isso quando não havia algum show improvisado de MPB. Em seus últimos anos, o bar, que estava aberto durante toda a semana, via, no domingo, o seu auge, pois era o ponto de encontro de gays e lésbicas, que lotavam, não apenas a parte interna, mas a calçada, o outro lado da rua e a escadaria da CMTU. Encontrar os amigos no Jota aos domingos se tornou uma tradição para muitos. Eles ficavam lá até fechar, por volta das três horas da madrugada, depois, subiam a Rua Professor João Cândido em direção ao Posto Maranatha, que ficava no alto da Avenida Higienópolis com a Rua Sergipe. Ali, a conversa e as bebidas continuavam até às 5:30 da manhã, horário em que os ônibus começavam a circular novamente.

Embora nunca tenha ostentado a placa de "bar gay" ou "bar GLS", o Bar do Jota foi crucial para o lazer e a sociabilidade de gays e lésbicas na cidade. Depois de 2010, havia alguns outros espaços que acolhiam a população LGBTI+, mas o Jota era tradicional, *"ali, não havia cerceamento de corpos, era do gay mais afeminado ao padrão, da lésbica mais caminhoneira à mais feminina"*, afirma Everton. Era um

ambiente que, desde sempre, cultivava em nós um sentimento de pertencimento e, para muitos, era o único local para socializar com pessoas semelhantes, para encontrar amigos, para paquerar, para se sentir livre.

Outro local que é importante, tanto para a cidade, quanto para a sociabilidade gay londrinense, é o *Bar Valentino*. Fundado em 1979, este bar estava localizado em uma região central da cidade, na Avenida Bandeirantes, e era um ponto de encontro, principalmente para estudantes universitários e artistas. Consagrado através de diversas publicações (Fernandes, 2020; Meira, 2009; Rezende; Demétrio, 2018), o Valentino era visto como um “ponto gay”, mas não porque foi projetado especificamente para essa população, mas, sim, pela funcionalidade que proporcionou a esses sujeitos em suas formas de estabelecer relações com pessoas do mesmo sexo. Na época em que foi fundado, não havia nenhum local privado e específico para a sociabilidade gay na cidade e isso levou gays e lésbicas que desejavam ter algum tipo de interação a ocupar espaços menos “conservadores”. Partindo dessa premissa, a população de gays e lésbicas começou a frequentar o Valentino na esperança de estabelecer ali um espaço de sociabilidade e lazer.

Por um período, essa abordagem não foi bem-sucedida, como relatado por *Roni*, que afirmou ter sido expulso do estabelecimento por beijar outro homem. “O *Valentino* era um lugar perfeito, a gente podia sentar, conversar e beber, mas se a gente beijasse... tchau”. No entanto, a designação de “ponto gay” surgiu de outra maneira. Após conseguirem inserção no espaço e frequentá-lo livremente, sem qualquer tipo de restrição, os gays utilizavam o ambiente para se encontrar, flertar e sair dali para explorar outros locais. Como *Leandro* relata, “[...] ali tudo começava. Eu conheço pessoas que ia lá no *Valentino*, tomava 2, 3 cervejas, flertava e saía dali pra casa (se morasse perto) ou para o *Zerão*, [...] saindo dali você tinha o *zerão*, que era completamente escuro”. A Área de Lazer Luigi Borghesi, mais conhecida como *Zerão*, é um espaço muito conhecido entre a população LGBTI+ de Londrina, tanto pelos *rolês* que acontecem lá, como batalha de rima, baile do LP, a Parada Cultural LGBTI+ de Londrina (1º, 2º e 3º edições) entre outros, quanto pela sua *geografia sexual*<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Richard Parker utilizou o termo como uma forma de conceituar locais públicos ou privados onde acontecem interações homoeróticas entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, não são quaisquer lugares, mas, antes, pontos estratégicos de conhecimento desses praticantes (geralmente, em banheiros públicos de shoppings ou terminais, matas ou locais com bastante vegetação). O antropólogo ainda diz que “ao se esconder no anonimato da cidade e se apropriarem do olhar do outro não como uma forma de controle social, mas como uma expressão do desejo, os entendidos neste mundo gay

O Bar Valentino, para muitos, tornou-se conhecido como um ambiente facilitador para práticas homoeróticas. E essa utilidade permaneceu mesmo após a mudança de local para a Avenida Prefeito Faria Lima, pois, agora, o ambiente atual fica de frente para o aterro do Lago Igapó, outro ponto marcado da geografia sexual de práticas homoeróticas.

Assim como o aterro, outros pontos da cidade<sup>42</sup> são marcados como ambientes de interação sexual entre gays (Parker, 2002). Esses locais foram pouco mencionados nas entrevistas, mas se mostram bastante significativos para esta pesquisa, uma vez que compõem, não apenas a *mancha de lazer* que existe entre Valentino, Narciso Bar e aterro do Igapó, como, também, integram o circuito LGBTI+ da cidade. No entanto, essa geografia sexual homoerótica configura um *subcircuito gay*<sup>43</sup> dentro do circuito principal. Segundo Magnani (2014), assim como o circuito, os subcircuitos são construídos através dos trajetos dos sujeitos que compõem e constituem esses espaços. Além disso, ao atribuir uma convenção e um grau de pertinência, os sujeitos constituintes desfrutam desse espaço e fazem dele um local de sociabilidade como qualquer outro, tornando-o, ao mesmo tempo, parte do circuito principal e exclusivo de determinados sujeitos. A exclusividade se dá devido ao fato de que esses locais de *pegação* são frequentados unicamente por homens gays cisgênero.

O fato de esses espaços serem pouco discutidos durante as entrevistas pode indicar o não reconhecimento desses locais como ambientes de sociabilidade. Pedro, o interlocutor que mais falou sobre essa geografia, conta que, em algumas vezes que frequentou esses lugares, ficava conversando e acabava não “fazendo nada”. No entanto, confessa que muitos não querem saber de conversa, veem o local apenas para interação sexual. Essa impressão também está presente na discussão feita por Thiago de Lima Oliveira e Silvana Souza Nascimento (2015), que refletiram sobre uma *cartografia da pegação* em João Pessoa e constataram, através da pesquisa etnográfica, que a maioria dos sujeitos que constituem esses espaços busca exclusivamente trocas eróticas e sexuais sem vínculos afetivos, marcando esses

---

são capazes de transformar o espaço de outra forma hostil do mundo heterossexual dominante em um campo de possibilidades eróticas” (Parker, 2002, p. 91).

<sup>42</sup> Existe uma lista extensa que circula pela internet e grupos de Telegram, WhatsApp e na rede social X, que enumeram os locais e melhores horários para se frequentar. A lista inclui espaços privados como *shopping center*, mercados, galerias, banheiros das universidades, até locais públicos, como matas, os arredores do autódromo, praças e fundo de vale.

<sup>43</sup> Nesse caso específico de subcircuito gay, me refiro estrategicamente ao termo “gay”, uma vez que os espaços marcados nessa geografia sexual são frequentados exclusivamente por homens gays cisgênero.

mesmos espaços por um processo de fluidez e eventualidade, o que, para esses sujeitos intermitentes, poderia não configurar um ambiente de sociabilidade ou parte do entendimento de viver a cidade.

No ano de 2010, a festa *Terça TILT*, concebida pelo jornalista Nelson Sato com o objetivo de atrair estudantes universitários com uma proposta musical voltada para o “indie rock”, começou a atrair a atenção da população LGBTI+, especialmente estudantes universitários gays e lésbicas. A adesão a essa proposta foi tão imediata que a festa rapidamente se tornou um importante ponto de encontro para a população LGBTI+ no local, consolidando o bar como parte integrante do circuito LGBTI+ da cidade. Hoje em dia, é praticamente impossível não reconhecer o Valentino como um marco significativo na história da população LGBTI+ de Londrina, especialmente no que se refere a espaços de sociabilidade.

A população LGBTI+ de Londrina guarda memórias dos bares que marcaram época entre seus frequentadores. Esses ambientes proporcionavam uma maneira única de vivenciar o espaço urbano, distinta das boates. Destacar esses locais é reconhecer sua importância na construção da cidade pelos sujeitos dissidentes, nas formas como as sociabilidades foram estabelecidas e na compreensão de como a cidade percebe esses corpos e vice-versa.

### 3.2 “TEM ESPAÇO PARA (QUASE) TODO MUNDO”: BOATES EM DISPUTA

Como observamos anteriormente, os bares têm sido uma parte integral do circuito LGBTI+ da cidade e sua importância na sociabilidade entre os indivíduos gays é inquestionável. Da mesma forma, as casas noturnas também têm historicamente composto esse circuito, não apenas em Londrina, mas em várias partes do país. O papel desses estabelecimentos como espaços de convivência e, para alguns, de resistência, tem se mostrado central na maneira como se estabelecem em relação à cidade e como são formados através de seus frequentadores.

Ao refletirmos sobre a dinâmica que ocorre entre o público e a boate, como veremos adiante, é possível perceber uma relação que vai além da ideia de consumo em si, mas que transforma o ambiente em um objeto de consumação, conforme destaca Isadora França (2012) em seu estudo sobre sociabilidades e lugares de consumo em São Paulo.

Para isso, primeiro é necessário voltar ao passado e falar um pouco sobre como surgiu a primeira casa noturna concebida para homossexuais e qual era sua relação com a cidade e seu público. Em seguida, nos concentraremos nas três principais boates existentes em Londrina e em quais são as aproximações e distanciamentos que cada uma oferece em prol da população LGBTI+, de acordo com nossos interlocutores. De qualquer forma, cada casa noturna que abriu suas portas pelo menos uma vez na cidade de Londrina deixou sua marca registrada na maneira como vemos e vivenciamos o ambiente urbano londrinense

A primeira boate GLS<sup>44</sup> inaugurada em Londrina foi a *Friends*, em 1991. Isolada do centro da cidade e cercada por motéis na saída para a cidade vizinha de Ibiporã, a boate trazia consigo uma proposta até então inédita no interior paranaense de acolhimento e sociabilidade gay<sup>45</sup>. Ela era composta por três espaços: o *lounge* de entrada, que lembrava bares burlescos com longos sofás vermelhos e um minibar à disposição de quem quisesse ficar por ali mesmo; a pista de dança, que contava com palco, camarote, espaço para o DJ ao canto e dois pequenos palcos para *gogoboys*; e, por fim, o *darkroom*, que era um corredor imenso com uma sala pequena ao final, que servia para interação sexual entre os clientes.

Assim, a *Friends* se desenhava como um paraíso para os gays que não podiam se relacionar em público e viam, ali, naquele espaço, uma forma de poder se divertir e vivenciar sua sexualidade longe dos “perigos morais” da cidade. Aos poucos, ela foi se tornando um referencial, não só na cidade, mas também fora dela, sendo diversas vezes eleita como uma das melhores boates GLS do sul do Brasil. Seja pela discotecagem, seja pelas apresentações únicas na cidade, a *Friends* atraía a atenção de todos. Em todas as noites de funcionamento, às três horas da madrugada, a *hostess Melissa Star* subia ao palco para anunciar as *drags* que fariam show naquela noite. Uma a uma, a cada música e performance, era nítido ver o sorriso e os olhares encantados dos clientes com o bate cabelo, as acrobacias e os *lipsync* das *drag queens*. Cada *drag* era ovacionada como se a própria artista que foi interpretada estivesse naquele palco. A sensação era de êxtase. A hora das *drags* era tão esperada quanto a hora do bolo em aniversário de criança (ninguém vai embora

---

<sup>44</sup> GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Usarei essa sigla quando me referir à *Friends* justamente por ela ter sido popularizada com essa sigla e, até os dias de hoje, qualquer pessoa que vá se referir à boate aponta esse detalhe.

<sup>45</sup> É importante ressaltar que a boate *Friends*, inicialmente, era pensada e voltada exclusivamente ao público gay, permitindo, com o passar dos anos, a participação de lésbicas e mulheres trans e travestis.

antes). Por uma hora — às vezes menos —, não existia outra coisa na boate. Os olhares e gritos eram voltados para o palco onde estava acontecendo o show. De *personator* à *caricatisse*, a marca registrada da Friends sempre foram as artistas montadas que subiam naquele palco e davam tudo de si pelo entretenimento. Muito antes de RuPaul chegar ao Brasil com suas temporadas televisionadas de um *reality show* de *drag queens*, as artistas da Friends, bem como de outras boates no Brasil (Bragança, 2019; PEREIRA, 2023), já faziam sucesso entre seu público. Não havia um que ficava em silêncio quando Thifayne La Close batia seu cabelo freneticamente, ou quando Morsa tropeçava e jogava glitter nos mais próximos do palco.

A diversidade era uma característica marcante do público que frequentava esse espaço. Ali, muitos encontravam a oportunidade que aguardavam durante toda a semana: a chance de expressar sua verdadeira identidade. Entre indivíduos gays mais afeminados e aqueles que ocultavam, socialmente, sua orientação sexual, o espaço ganhava vida e cor todos os finais de semana, pois era o único lugar na cidade que “permitia” a confraternização de gays, lésbicas e travestis sem qualquer tipo de censura ou olhares preconceituosos. Como alguns participantes da pesquisa apontaram durante as entrevistas, a Friends era um lugar de liberdade.

A Friends foi pioneira em oferecer um espaço GLS de entretenimento e consumo na cidade, e permaneceu assim, única, por quase duas décadas. Portanto, é importante destacar não apenas seu papel na construção de sociabilidades entre gays londrinenses, mas, também, a relação que mantinha com a cidade. A boate tinha uma boa inserção social. Não havia reclamações dos vizinhos, embora a localização da casa noturna fosse um pouco afastada de bairros residenciais. Sua programação era apresentada semanalmente em uma rádio local, que inclusive montava *stands* de promoções em frente à boate em dias festivos. A Friends chegou a ser homenageada com um selo comemorativo dos Correios quando completou 20 anos de existência. Em toda a sua história, seu maior embate foi contra o Ministério Público, quando este decidiu, por meio de uma recomendação, que as luzes do *darkroom* deveriam permanecer acesas como uma forma de “evitar” que os clientes fizessem sexo no local. É importante ressaltar que essa medida foi tomada durante um aumento nos casos de HIV-AIDS que afetavam todo o país. Pretendo discutir melhor esse episódio, mas deixarei para fazê-lo no próximo capítulo, onde abordarei a ação das ONGs e dos movimentos sociais.

A grande aceitação que a boate Friends teve, tanto pela sociedade, quanto pelo

município e pelas mídias locais, talvez tenha sido pelo fato de estar localizada longe do centro urbano e tradicional da cidade. Distante das famílias, das escolas, das igrejas, em um local periférico. O peso da moralidade que recaía sobre a boate talvez a tenha colocado naquele lugar, no “gueto”, onde era permitido que gays se reunissem e confraternizassem. Quanto mais longe do centro, melhor.

A boate Friends encerrou suas atividades em 2013, em meio a uma evasão gradual do público gay e à ocupação do público heterossexual. Seu legado como a primeira boate GLS de Londrina jamais será apagado, assim como o fim de suas atividades para esse público. O espaço que outrora fora sinônimo de liberdade para gays, lésbicas e travestis, tornou-se mais um reduto sertanejo para heterossexuais. Os proprietários da Cartel Lounge Bar (nome da casa noturna que sucedeu a Friends), chegaram a pensar em noites específicas para gays, a fim de atrair também esse público, mas a ideia não deu certo. Como diz *Melissa Star*, “*chegar naquele lugar e ver que não é mais o mesmo, é como se matassem nosso sonho e substituíssem ele. O espaço pode até ser o mesmo, mas não era mais a Friends, não tinha a mesma magia*”.

O encerramento das atividades da Friends também está relacionado a outros fatores que podem ter contribuído para a evasão do público. Um deles é a festa intitulada *Terça TILT* no bar Valentino, que teve sua estreia em 2003, mas foi popularizada entre a população LGBTI+ por volta de 2010. Como mencionado anteriormente, o Valentino desempenha um papel importante no circuito LGBTI+ e sua relação, tanto com a história da cidade, quanto com a construção subjetiva de seus frequentadores, evidencia sua importância, principalmente quando consideramos as sociabilidades gays. Essa festa, que inicialmente visava estudantes universitários da UEL, começou a atrair outros públicos, seja pela música que tinha uma pegada diferente da Friends, seja pela diversidade de frequentadores que não se via em outros lugares. A localização do Valentino, mais acessível para muitos em relação à Friends, fazia com que o primeiro fosse mais apreciado pelo público gay, principalmente no dia dessa festa. A *Terça TILT* acontecia quinzenalmente às terças-feiras — como o nome indica. A localização mais central, a facilidade de locomoção, os valores acessíveis e o ambiente acolhedor fizeram com que, pouco a pouco, o público gay migrasse da saída de Ibiporã para próximo do lago Igapó.

Outro fator é a inauguração da boate New York Lounge (NYL) em 2008. Originalmente, a NYL foi localizada na Avenida Bandeirantes, próxima ao Anfiteatro

do Zerão. O espaço era pequeno, mas lotava todos os fins de semana. Com o fechamento da Friends, a NYL se tornou a única boate LGBTI+ da cidade, recebendo toda a atenção deste público, que comparecia às sextas e sábados. Embora essa singularidade durasse por pouco tempo — aproximadamente dois anos —, a NYL foi fundamental para a inserção de novos cenários e formas de vivenciar a cidade, inclusive, foi por causa da NYL que o Narciso foi criado, posteriormente.

A casa noturna se popularizou rapidamente por sua localização central. No entanto, havia algumas diferenças entre ela e a Friends que tornaram seu público mais seletivo, como o custo para o consumo. No início, a NYL não oferecia *open bar* — nem mesmo esse conceito era implementado além das datas comemorativas da Friends e das festas universitárias —, tampouco faziam promoções para atrair clientes economicamente desfavorecidos. O nome da boate se estabeleceu sobre um “padrão” de consumo e de frequentadores que mantém, até os dias atuais, essa seletividade. Isso fez com que muitos indivíduos LGBTI+ viventes na cidade não encontrassem ali um local de sociabilidade, pelo menos, não para esses corpos especificamente segregados pela baixo poder aquisitivo.

No ano de 2014, as proprietárias da NYL optaram por uma mudança de localização com o objetivo de expandir suas instalações. A escolha recaiu sobre um terreno mais centralizado, situado na rua abaixo do terminal central. Durante o período de construção do novo empreendimento voltado para a comunidade LGBTI+ da cidade, as proprietárias estabeleceram um acordo com o proprietário de outra boate para alugar suas instalações. O intuito era atrair e fidelizar um público mais amplo que, posteriormente, frequentaria o novo espaço. Dessa forma, estabeleceu-se uma aliança entre as proprietárias da NYL e o proprietário da boate Blanc. No entanto, após a conclusão da NYL no centro da cidade e devido a alguns desentendimentos entre as partes, a sociedade foi dissolvida. Este fato gerou, na época, uma série de comentários que repercutiram entre o público e a população LGBTI+ frequentadora das boates, afetando mais do que apenas os espaços de convivência e sociabilidade.

Com essa cisão, o proprietário da antiga Blanc decidiu aproveitar que o espaço já estava sendo ocupado pela população LGBTI+ e já estava “marcado”, e decidiu abrir sua própria boate voltada para este público. Assim, em novembro daquele ano, nasceu o Narciso Club. A proposta inicial veio em parceria com uma boate gay de Maringá, a Lexus, contudo, a parceria não prosseguiu. O proprietário e a gerência decidiram administrar o negócio por conta própria, o que, a princípio, foi uma excelente

estratégia de gestão. A boate, por já fazer parte do circuito LGBTI+, começou a lotar todas as noites, rivalizando diretamente com sua concorrente, a NYL. E, quando menos se esperava, o Narciso Club optou pelo *open bar* como meio de consumação e marca registrada dali em diante, decisão que ocasionou um acirramento ainda maior na competição entre as casas noturnas, imbróglio que não ficaria apenas no campo dos proprietários e gerência das boates, mas também dos frequentadores que alimentavam essa rivalidade.

O Narciso Club começou a ganhar espaço, não apenas pela forma de consumo escolhida, mas por acolher e facilitar o acesso à sociabilidade e lazer entre pessoas menos favorecidas economicamente. Alguns interlocutores apontam a diferença de valores entre as duas casas: *“em uma boate você paga para entrar mais o que vai consumir. Se você bebe bem, então você não gasta menos que cem reais. Na outra boate, você paga trinta e cinco reais para beber a noite toda. Qual compensa mais? Pois é...”* (Roberto). Essa facilidade no acesso fazia com que muitos gays que não tinham condições de frequentar a NYL pudessem, finalmente, ocupar um espaço de sociabilidade e lazer. E foi nessas oportunidades (ou ausências de) que começou a se desenhar o público frequentador de cada ambiente, bem como a relação das casas para com estes.

Um aspecto notável é a postura progressista adotada pela boate Narciso, única em seu segmento LGBTI+, durante o período que antecedeu, coincidiu e sucedeu o governo de Jair Bolsonaro. Ao ingressar no estabelecimento, era possível observar, já na recepção, inscrições de #EleNão, estrelas e o numeral 13 nas paredes, fazendo alusão ao Partido dos Trabalhadores. Em 27 de outubro de 2018, sábado que precedeu o segundo turno das eleições presidenciais, a casa noturna promoveu um evento intitulado “Vai dar PT”, decorando o ambiente com ornamentos vermelhos em homenagem ao partido e ao seu candidato naquela eleição, Fernando Haddad. É relevante destacar que o proprietário do Narciso, um homem heterossexual e de orientação política à direita, votou em Bolsonaro. Supõe-se que a temática adotada em sua boate não tenha sido motivo de preocupação para ele, considerando que o estabelecimento estava lotado e a rentabilidade era garantida.

Durante o período da pandemia da Covid-19, ambas as boates, assim como outros estabelecimentos em geral, enfrentaram o fechamento e cancelamento abrupto de suas atividades. O Narciso Club se reinventou, após alguns meses, e começou a vender lanches e porções como uma forma de manter empregados, pelo menos os

funcionários registrados. Essa dinâmica permaneceu até meados de 2021. Com o avanço da vacinação e o relaxamento do isolamento social, os estabelecimentos puderam reabrir, desde que aderissem a algumas regras de funcionamento bastante rígidas, como uso de álcool em gel, distanciamento entre cadeiras e mesas, uso de máscaras quando o cliente não estiver se alimentando, horário de fechamento, capacidade máxima de 50% do ambiente e assim por diante (Santos *et al.*, 2021). Nesse período, o Narciso Club mudou seu nome para Narciso Bar e reabriu no estilo de bar, não oferecendo mais *open bar*, mas sim um *menu à la carte*, com lanches, porções e bebidas. A NYL, por outro lado, decidiu esperar um pouco mais, mas também reabriu com uma proposta semelhante à do Narciso, o que não deu certo, pois os frequentadores sequer respeitaram as normativas do município, arrastando as mesas para o lado e agindo como se a pandemia estivesse controlada. As proprietárias do estabelecimento, percebendo a repercussão negativa do episódio, tanto na mídia local<sup>46</sup>, quanto nas redes sociais, decidiram fechar o estabelecimento até que seu funcionamento fosse seguro para todos.

Após o pico da pandemia e com o avanço das vacinações no município, as boates puderam retomar, aos poucos, suas atividades, exigindo o comprovante de vacinação na entrada para permitir o acesso ao ambiente. Gradualmente, Narciso Bar e NYL abriram suas portas e retomaram suas atividades, garantindo diversão ao seu público. Em 2022, foi inaugurada, em Londrina, uma nova boate focada em um público bastante seletivo. A Viollet Club surgiu com a proposta de apresentar um estilo musical pouco tocado nas demais casas noturnas: o eletrônico e o tribal. Com esse estilo musical único e diferenciado, a boate atraiu um público bastante específico, não apenas por causa do gênero musical, mas pelo próprio perfil dos frequentadores.

A Viollet está localizada na Avenida Santos Dumont, próxima ao aeroporto da cidade, na zona sul. É um local onde o padrão de vida dos circundantes é elevado. Portanto, é possível inferir que essa boate não é para qualquer pessoa. Como veremos adiante, o perfil dos frequentadores é estabelecido de acordo com um padrão social aceitável e desejado, mesmo que seja voltada para o público LGBTI+.

Revisitar esse histórico é extremamente importante para compreendermos como as boates se relacionam entre si, com a cidade e com o público que as frequenta, e vice-versa. No entanto, como o foco deste trabalho está em compreender

---

<sup>46</sup> Ver em: <https://tarobanews.com/noticias/cidade/londrina-boate-promove-festa-apos-toque-de-recoher-e-orientacao-policia-rgOIY.html>

como a sociabilidade gay funciona em detrimento da cidade e, conseqüentemente, dos lugares de consumo voltados para esse público, pretendo refletir adiante sobre como se dá a relação entre os sujeitos gays, suas subjetividades e esses espaços construídos e constituídos que, à primeira vista, propõem uma forma de sociabilidade, mesmo que seletiva, e como isso reflete no entendimento desses sujeitos nesses espaços.

### 3.2.1 Da “Bicha Poc” Às “Gays Descamisadas”

Ao considerarmos e discutirmos sobre as casas noturnas, é essencial esclarecer que esses locais são espaços de lazer e consumo, e que é por meio deles que ocorrem as sociabilidades. Este é o ponto que pretendo refletir a partir de agora. Atualmente, Londrina conta com três boates LGBTI+: NYL, Narciso Bar e Viollet Club. Cada uma delas possui suas particularidades em relação ao espaço, formas de consumo, gêneros musicais e assim por diante, o que contribui para o interesse dos indivíduos gays em frequentar esses estabelecimentos. Com isso em mente, é importante lembrar que não apenas os espaços constroem os sujeitos, mas também os sujeitos constroem os espaços. Trata-se de uma relação de troca entre o sujeito e o espaço, e vice-versa.

Em vista disso, pretendo desenvolver um mapeamento que delinea a constituição do público em cada espaço, a interação entre o público e a boate, e os deslocamentos que ocorrem entre o público de uma boate e outros públicos e boates, com base nas declarações dos entrevistados. É importante enfatizar que as observações que se seguem são perspectivas individuais que buscam entender como esses indivíduos experimentam a cidade e socializam, considerando os locais de consumo e entretenimento como espaços “próprios” para essas interações. Não é minha intenção apontar uma “verdade” através dessas diversas perspectivas, mas sim refletir sobre a realidade que é percebida e vivenciada por esses indivíduos. Iniciemos com a NYL.

Esta boate, que está em operação há 16 anos, acumula histórias e memórias em suas paredes. O público que frequenta este local é diversificado, abrangendo desde gays mais velhos, que têm acompanhado a trajetória do estabelecimento desde o seu início, até jovens gays que estão explorando seu lugar nesses ambientes. As

relações que se formam aqui são fundamentadas em uma noção de *status*, especialmente considerando que esta boate desempenha um papel significativo na construção de sociabilidades gays em Londrina. Para alguns interlocutores, este local é percebido como elitista, devido à prática de cobrar uma taxa de entrada além do valor para consumação. No entanto, este “padrão” não é questionado pelos frequentadores assíduos, que utilizam essa “seletividade” para manter um certo *status*, reforçando a ideia de que o espaço é exclusivo.

Este posicionamento, adotado por alguns clientes, não se limita à “síndrome de Regina George”<sup>47</sup> ou a expressões faciais. Esta postura se manifesta em uma certa seletividade ou segregação, como se os frequentadores da boate A fossem mais dignos do que os da boate B. *Everton* compartilhou o seguinte relato: “*Houve um incidente em que ligaram para minha amiga informando que ocorreu um arrastão dentro do Narciso, e ela me ligou em estado de desespero para verificar se estava tudo bem*”. Para ele, foi uma tentativa de marginalizar o espaço e as pessoas, segregá-lo e difamá-lo com o objetivo de desencorajar outras pessoas a frequentá-lo. Esses casos eram bastante comuns, assim como outros interlocutores relatam já ter ouvido ou reproduzido a frase “*no Narciso só vai gente feia, e no NYL só vai gente bonita*”. Este comportamento evidencia um preconceito entre gays, marcado por uma relação de poder estabelecida e alimentada pela dinâmica da disciplinaridade dos corpos (Foucault, 2017).

A maioria dos entrevistados relata que, embora exista uma diversidade de frequentadores da NYL, há um padrão observável nesses clientes. Geralmente são brancos, bem-vestidos, que possuem uma condição financeira favorável, e corpos que se enquadram no que é considerado “padrão” pela sociedade. Isso não representa a maioria dos frequentadores do espaço, contudo, como *Lucas* aponta, esses são os corpos desejados no local.

O estabelecimento, que ostenta um letreiro em neon com a frase “onde você pode ser quem é”, não parece demonstrar preocupação com a falta de diversidade em seu ambiente. De fato, a atenção das proprietárias com relação a esse aspecto parece estar voltada especificamente para a dinâmica comercial, em detrimento da

---

<sup>47</sup> A expressão faz referência à personagem homônima do filme “Meninas Malvadas” (2004) que incentiva uma rivalidade feminina, bem como a se portar como superior em detrimento aos demais. A dinâmica de poder funciona numa relação de abelha, rainha e zangão. Esse termo é utilizado por LGBTI+, em sua maioria gays, para falar de pessoas soberbas que humilham seus semelhantes.

promoção de um espaço de sociabilidade e vivência LGBTI+. Este ponto torna-se evidente ao considerarmos os relatos dos interlocutores e suas experiências no local. A ausência de um número significativo de indivíduos identificados como “periféricos”<sup>48</sup> sugere a existência de um fator restritivo que impede a presença desses indivíduos nesse espaço. Embora o estabelecimento promova ações como duas horas de *open bar* no início, lista de desconto e similares, ainda persiste uma barreira social que impede que certos indivíduos frequentem e se sintam pertencentes a esse local.

A casa procura, por meio de várias estratégias, compensar a falta de diversidade entre o público através da contratação de funcionários, incluindo homens trans e *drag queens*, para atuarem como *hostess* e DJs. No entanto, até alcançar esse ponto foi um percurso bastante complexo, pois não se tratava apenas da vontade das proprietárias (que também tinham suas reservas), mas da receptividade do público. “A concepção era que se o rolê tinha *drag*, tinha *travesti*, era associado a *Friends* e [em 2014] a *Friends* era um fracasso”, disse *Everton*, ao lembrar o desafio que foi a inclusão de *drag queens* na NYL. A aceitação social ocorreu após a popularização de *RuPaul’s Drag Race* no Brasil, mesmo que, anos antes, as *drag queens* já brilhassem na *Friends*. É necessário fazer uma observação aqui. O público que demonstrava algum tipo de receio ou aversão a *drag queens* em ambientes como boates não pertencia à geração acima dos 30 anos, mas, sim, àquela abaixo dos 25. Nota-se esse ponto ao observarmos o comportamento no que se refere à relação público-boate.

*Everton*, que trabalhou nas casas noturnas, relata a dificuldade de inserir músicas e gêneros distintos nas festas. Ele afirma que não se trata apenas do posicionamento das proprietárias, mas sim de como o público vai reagir. “Se toca uma música que não agrada, você vê a pista esvaziar”. Ele também apresenta que a casa só decidiu aderir a estilos musicais diferentes do Pop por causa da alta do Funk na concorrente que, por um tempo, causou um esvaziamento da NYL. Esse relato nos mostra que, por um lado, a casa ouve seus frequentadores, pelo menos uma parcela significativa deles, e busca atender suas demandas, mas que, por outro lado, se fecha às novas possibilidades justamente pela ausência de adesão desse mesmo grupo de

---

<sup>48</sup> O termo “corpos periféricos” surge durante a entrevista como uma forma de classificar aqueles corpos que estão à margem da margem. No contexto da conversa, aparece sempre que se quer nomear gays afeminados, bichas pretas, travestis, homens trans, LGBTI+ que mora em regiões distantes do centro da cidade. Esse termo foi refletido por Luís Fernandes e Raquel Barbosa (2016), no qual implicam a noção de corpo periférico “como aquele do qual emanam signos desvalorizados pelos padrões constituintes da centralidade corpórea” (p.70). Para os autores, o corpo periférico não é, necessariamente, aquele que está à margem, mas aquele que é colocado à margem.

frequentadores.

Os frequentadores deste estabelecimento parecem adotar uma postura tradicionalista, no que concerne à maneira como desejam usufruir do local, como se a boate não necessitasse de modificações ou não precisasse atender a novas demandas, inclusive em relação ao público que a frequenta. No que se refere a essa mudança de público, *Roberto* relata que a NYL apresentou maior diversidade em 2023. Ele acredita que isso possa ter ocorrido devido à implementação do *open bar*, às sextas-feiras, por duas horas, e ao fechamento temporário do Narciso Bar.

Inaugurado em 2014, o Narciso Bar surgiu com uma proposta inovadora que desafiava as concepções pré-estabelecidas pelos gays de Londrina sobre o que seria um espaço de entretenimento e sociabilidade LGBTI+. Apesar de alguns efeitos colaterais, essa proposta foi eficaz ao promover a inclusão e facilitar o acesso de indivíduos economicamente desfavorecidos. A casa se destaca pela diversidade e acolhimento, embora também seja palco de conflitos. Alguns interlocutores veem o Narciso Bar como um “gueto”, pois seus frequentadores e o espaço em si são marginalizados pelo público-alvo a quem se destina.

A história do Narciso Bar é marcada pela cisão com as proprietárias da NYL, o que se acredita ter sido um estímulo para a criação de um espaço que não fosse apenas “mais do mesmo”, mas que pudesse ser reconhecido como um ponto de referência LGBTI+. O local possui duas pistas de dança, permitindo aos frequentadores escolher o gênero musical de sua preferência. A diversidade é evidente em todos os aspectos, desde os grifos na recepção que indicam um posicionamento político progressista, até na composição da equipe dos funcionários e embaixadores<sup>49</sup>. O Narciso foi pioneiro ao contratar uma mulher trans como embaixadora e hostess, além de incentivar a participação de *drag queens*.

O público que frequenta este espaço é, conforme descrito por *Roberto*, “*uma galera mais jovem, que gosta de beber*”. Segundo outros interlocutores, a clientela do estabelecimento é mais diversificada do que nas demais boates. O valor de entrada para o *open bar* funciona como um facilitador, atraindo muitas pessoas, especialmente aquelas de menor poder aquisitivo, o que nos apresenta um outro recorte além da idade: um recorte racial e social. “*É mais comum ver mais pessoas pretas no Narciso do que em outras baladas*”, ressalta *Antonio*. Com isso, podemos começar a

---

<sup>49</sup> Esse é o nome que a casa deu aos freelances que faziam lista de nomes com desconto para ingressar na boate.

compreender a distinção que se delineia entre as duas boates apresentadas até o momento.

Os interlocutores relatam que o ambiente diversificado que se formava facilitava um senso de pertencimento, diferenciando-se de outros espaços similares. *"Eu me sentia mais livre para dançar uma música no Narciso do que no NYL"*, afirma *Josias*, que percebe nesse local um público mais alinhado à realidade da cidade. Este comentário de *Josias*, que ecoa as palavras de outros interlocutores, revela um dado interessante. Alguns entrevistados enfatizaram que o público que frequenta tanto o Narciso quanto as festas alternativas LGBTI+ geralmente "reflete mais a realidade da cidade". Esta realidade se apresenta diversa, mas também singular, como no caso de gays afeminados, negros e periféricos, entre outros indivíduos, que não são tão bem acolhidos em outros espaços — exceto no Narciso e nas festas alternativas. Estes indivíduos precisam se reinventar para poder ocupar e socializar com outros, vivenciando a cidade.

Embora o local acolha um público diversificado e indivíduos que não são tão bem recebidos em outros ambientes, existem frequentadores de boates que expressam descontentamento com o Narciso. Entre as razões apresentadas por alguns entrevistados, a presença de um odor desagradável é a mais citada. *"O fato de ser open bar, as pessoas acabavam por pegar a cerveja, beber um pouco e se esquentava, jogava no chão para pegar mais. Isso acabava fermentando, sei lá, no espaço e fixando o mau cheiro"*, relata *Jonas*, que deixou de frequentar a boate por essa razão. Outros motivos são mencionados por diferentes interlocutores, como o estilo de música selecionado pelos DJs e a composição do público.

A relação entre o Narciso Bar e seu público é marcada por uma significativa abertura da casa às demandas dos frequentadores. Um exemplo disso é a inclusão de música funk na programação, em resposta a pedidos dos clientes. A decisão resultou em grande adesão do público, levando à instituição de uma noite dedicada ao funk todas as sextas-feiras. Além disso, a gerência busca estreitar laços com os frequentadores por meio de festas temáticas que incentivam a participação ativa do público, como a festa "Apertados", que oferece uma bebida específica até que o primeiro cliente vá ao banheiro, e a festa "Manda Nudes", que premia clientes que compartilham seminudez em suas redes sociais e marcam o estabelecimento.

Esses detalhes contribuíam para acolher o público, promovendo um sentimento de pertencimento. Consequentemente, esse acolhimento se estendia a outros grupos,

incluindo os heterossexuais. Este fenômeno não é exclusivo de Londrina, sendo observado em diversas regiões do país. Já foi tema de inúmeras tendências no Twitter<sup>50</sup>, no Facebook e até de relatos em jornais digitais disseminados na internet<sup>51</sup>. Nas baladas predominantemente heterossexuais, as mulheres são frequentemente assediadas. Diante disso, elas migram para as boates LGBTI+, onde sabem que não serão importunadas. No entanto, os homens heterossexuais, ao perceberem que as mulheres heterossexuais cisgênero estão frequentando as baladas LGBTI+, também começam a ocupar esse espaço. Essa migração resulta em uma espécie de sufocamento do público LGBTI+ e na sua eventual evasão do local, como alguns interlocutores acreditam que ocorreu com a boate Friends. No Narciso, há um fator adicional: é *open bar*. Segundo os entrevistados, isso facilita a presença de homens heterossexuais em busca de mulheres heterossexuais, numa caça predatória alimentada por bebida livre. *Pedro* afirma que o Narciso se tornou um pouco desconfortável para o público LGBTI+ com a chegada de homens heterossexuais, principalmente devido às brigas e confusões que eles causam, além dos casos de assédio que aumentaram após essa participação.

Até o momento, é possível identificar diferenças significativas entre os públicos das casas noturnas NYL e Narciso Bar. Essas diferenças se manifestam não apenas nos estilos musicais predominantes e na configuração dos espaços, mas também na maneira como esses públicos se constituem e percebem os outros. A rivalidade entre as duas casas existe há quase uma década e o público desempenha um papel importante nesse processo, seja elevando uma casa ao *status* de superioridade, rebaixando a outra a uma posição inferior, ou disseminando informações falsas sobre as casas ou seus frequentadores. Desde 2018, essas disputas se deslocaram parcialmente das redes sociais para o discurso prático. No entanto, é importante ressaltar que as disputas entre as casas têm um objetivo comercial, visando maximizar os lucros. *Everton* ilustra isso ao mencionar que a NYL contratou Tati Quebra Barraco na mesma noite em que o Narciso agendou um show com MC Carol, ambas figuras

---

<sup>50</sup> Ver em: <https://bcharts.com.br/t/qual-sua-opinio-sobre-heteros-frequentando-baladas-lgbt/80046>.

<sup>51</sup> Ver em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/postagem-sobre-balada-gay-viraliza-conversamos-com-o-autor-do-post>. Nesse outro relato, viralizado e documentado pela revista Veja, em 2016, um jovem hetero faz um texto na plataforma Facebook apresentando a diferença entre uma balada hetero e uma balada gay e porque as pessoas deveriam frequentar baladas gays. Todavia, por mais bem intencionado que seja, é possível perceber diversos estereótipos que tornam o espaço consumível ou não. Essas características atribuídas e estabelecidas também se encontram no cerne da pesquisa em discussão, uma vez que fazem com que hierarquizações sejam criadas, segmentando e marginalizando corpos e grupos específicos.

proeminentes do funk carioca.

Após a análise das duas principais casas noturnas LGBTI+ de Londrina, é possível identificar algumas semelhanças e diferenças bastante relevantes. No entanto, antes de nos concentrarmos nos aspectos que permeiam esses estabelecimentos, é imprescindível discutirmos sobre a última casa noturna que detém sua importância, tanto para o público gay, quanto para a análise que pretendo realizar.

Inaugurado em outubro de 2022, o Violet Club surgiu com a proposta de oferecer um espaço novo, sem vínculos com outros estabelecimentos existentes, e renovar a cena dos clubes de Londrina. De fato, apesar de não ter sido tão divulgado quanto as outras casas, o Violet inovou no gênero musical, introduzindo estilos pouco explorados nas outras boates. Desde a proprietária, que já participou de outras casas noturnas da cidade, até os DJs, todos se comprometeram a reinventar o espaço, criando um ambiente mais reservado, discreto e voltado para os amantes de música tribal e eletrônica.

O público do Violet Club, além de ser composto por entusiastas desses estilos musicais, apresenta características que não são comuns ou, até mesmo, permitidas em outras casas. Segundo *Lucas*, a boate era conhecida pelos “gays descamisados”, que exibiam seus corpos esculpidos pela academia enquanto dançavam, uma prática semelhante à observada em algumas boates famosas de São Paulo e Rio de Janeiro. *Roberto*, por outro lado, oferece uma perspectiva mais específica sobre as performances gays na boate. Para ele, a maioria dos clientes adota uma postura fetichista, demonstrando uma certa obsessão pelo “corpo perfeito”. Ambos os entrevistados, bem como *Pedro*, mencionaram o uso recorrente de substâncias entorpecentes nesse ambiente.

A interação entre o público e a boate era dinâmica, caracterizada por uma certa reciprocidade. Ambos, clientes e estabelecimento, compartilhavam de uma perspectiva intimista como estratégia para um lazer diferenciado. No entanto, essa dinâmica resultava em uma exclusão quase explícita de certos indivíduos. Embora não houvesse nenhuma sinalização proibindo a entrada, a exclusão era efetuada por meio de olhares, cochichos e conversas que transmitiam uma mensagem clara: seu corpo não é bem-vindo neste espaço. Segundo *Lucas*, pessoas negras, periféricas, mulheres trans, travestis, pessoas com corpos gordos e pessoas afeminadas eram, em sua maioria, mal-recebidas. A impressão que se tem é que esse ambiente é

exclusivo para aqueles que possuem uma passabilidade social, para aqueles que se enquadram e reproduzem o padrão heteronormativo.

No entanto, embora o público que frequenta esse espaço cerceie veladamente a sociabilidade de corpos não normativos, isso não significa que o mesmo tratamento seja aplicado quando esses indivíduos frequentam outros espaços da cidade. Muitos dos que frequentavam a Viollet também frequentavam a NYL e, ocasionalmente, o Narciso. Isso nos mostra que comportamentos similares podem representar não apenas uma postura do indivíduo, mas também a conveniência do espaço que permite essas práticas.

A Viollet Club encerrou suas atividades em fevereiro de 2024. Sua história foi marcada por uma tentativa de inovação que não parece ter recebido tanto apoio, mas que certamente ajudou a mostrar, de forma implícita, como esse equipamento de consumo foi utilizado como ponto de sociabilidade para gays considerados padrão e como eles se comportavam, com a anuência da casa, diante de corpos não normativos.

Ao analisar esses três estabelecimentos e suas particularidades, é possível vislumbrar uma variedade de distanciamentos, aproximações e interseções que circundam as sociabilidades gays na cidade. Entre idas e vindas, as casas, que possuem um segmento específico como público LGBTI+, nos mostram a diversidade que existe e resiste em Londrina. E não é possível observar essa diversidade sem perceber as relações de poder e interseções que existem tanto nas casas quanto nos frequentadores.

A heterogeneidade e as assimetrias do público que frequenta as boates são perceptíveis quando adotamos uma perspectiva interseccional (Belarmino; Dimenstein; Leite, 2022; Crenshaw, 2002) sobre essa demanda. E essa perspectiva é justificada, uma vez que as hierarquias sociais constituídas dentro desses espaços e por essas pessoas não operam exclusivamente no campo da sexualidade, mas, também, da raça/etnia, classe e gênero. Esmael de Oliveira (2009) analisou, em sua pesquisa, as representações desses espaços de sociabilidade através da lógica do espaço, circuito e estigmatização social.

Após ler sobre cada casa, a relação do público com a boate e com os outros espaços, podemos notar uma hierarquização que parte, principalmente, da relação estabelecida entre os frequentadores e o ambiente escolhido para frequentar. Afirmar que “fulano é feio por frequentar o espaço X e não o espaço Y” implica não apenas

em como as sociabilidades são desenhadas, mas em quais lugares elas podem ocorrer e com quem podem ocorrer. Não é comum encontrar discursos instituídos, como este, visando normatizar a possibilidade de agrupamento e sociabilidade de determinados grupos (Foucault, 2017; Puccinelli, 2014; Ribeiro, 2015).

De acordo com os relatos dos interlocutores, esses grupos apresentam uma hierarquização baseada em marcadores sociais da diferença, o que compreende a exclusão (Bento, 2017). Esta hierarquização contribui para que as relações de poder instituídas entre frequentadores e boates prevaleçam. Quando examinamos essa questão sob uma perspectiva interseccional, percebemos que a disputa por poder e reconhecimento ocorre em múltiplas frentes, como gênero, raça, classe social e, notavelmente, sexualidade.

A sexualidade, em particular, é negociada para se obter acesso a determinados espaços. Por exemplo, indivíduos considerados "afeminados" são relegados a uma posição de subalternidade, sendo associados a boates e festas específicas. Em contraste, aqueles que se conformam a uma expressão de gênero mais próxima da heteronormatividade, os chamados "gays quase hetero", ocupam lugares de prestígio, sendo privilegiados com as melhores mesas e companhias. Assim, estabelece-se uma hierarquização seletiva e excludente, onde a aceitação e o *status* estão intimamente ligados à conformidade com determinadas normas sociais e de comportamento.

Este processo de hierarquização não se restringe apenas à sexualidade. Ele também se manifesta em relação a outras identidades e características, como raça, etnia, deficiência e, até mesmo, o modo de vestir. Indivíduos de raças e etnias minoritárias, ou aqueles que possuem deficiências, frequentemente, enfrentam barreiras adicionais de exclusão e marginalização. Da mesma forma, o vestuário pode servir como um marcador social que determina a inclusão ou exclusão em determinados espaços sociais. Dessa maneira, a interseccionalidade das identidades e características pessoais desempenha um papel crucial na manutenção e reforço das estruturas de poder e exclusão nesses ambientes.

Carla Akotirene (2019) argumenta que essas dinâmicas de exclusão são profundamente enraizadas nas práticas sociais e culturais, refletindo e perpetuando desigualdades sistêmicas. A análise interseccional permite uma compreensão mais abrangente de como múltiplos eixos de opressão interagem para moldar as experiências individuais e coletivas. Portanto, ao abordar a hierarquização e exclusão em espaços sociais como boates, é essencial considerar a complexidade das

interseções entre gênero, raça, classe social, sexualidade e outras dimensões da identidade.

As casas noturnas desempenham um papel significativo no discurso estabelecido, uma vez que são simultaneamente constituídas pelos indivíduos e constituintes deles. De acordo com França (2012), ao consumir, não apenas os produtos disponíveis nos espaços, mas os próprios espaços, os frequentadores atribuem significados particulares às boates, reificando-as. Isso permite compreender por que a direção da NYL enfrenta dificuldades para alterar os estilos musicais tocados, desviando-se do “padrão TikTok” e do pop comercial, assim como permite entender porque o público da Viollet se sente tão à vontade em um espaço que apresenta tanta similaridade entre o público e a boate.

A maioria dos interlocutores indica que essa dinâmica, baseada em um comportamento segregacionista, está mudando, principalmente após a pandemia da Covid-19. No entanto, outros refletem que essa mudança pode não ocorrer tão rapidamente, pois é um comportamento praticado e incentivado nas redes sociais. Essas observações nos oferecem uma perspectiva ao nos confrontarmos com uma sociabilidade gay que está em constante mudança, seja influenciada pela questão geracional, que tende a ser modificada “naturalmente”, seja influenciada pelas mídias digitais, principalmente no período pós-pandemia.

### 3.3 INCLUIR OS EXCLUÍDOS: SURGEM AS FESTAS ALTERNATIVAS

Em Londrina, além das casas noturnas e bares que compõem a história e o circuito LGBTI+, existem também as festas alternativas. Esses eventos começaram a surgir na cidade por volta de 2013, como uma alternativa para proporcionar lazer além das tradicionais boates. Essas festas, geralmente realizadas em chácaras, atraíam um público extremamente diverso, desde pessoas que se enquadram nos padrões sociais, que afirmam nunca ter frequentado tais lugares, até os indivíduos mais dissidentes da população. Todos compartilhavam o mesmo ambiente com o objetivo de se divertir, conhecer novas pessoas e cultivar amizades.

Um exemplo é a festa *Evolution Open Bar*, que era amplamente divulgada e alcançou grande sucesso na cidade, chegando a esvaziar as boates nos dias de evento. Promovida mensalmente, essa festa representava uma forma de sociabilidade

que escapava do controle das casas noturnas. Além de ser *open bar*, o preço era extremamente acessível e, se alguém não tivesse dinheiro, sempre havia alguém disposto a “salvar a festa”, mesmo que fosse o próprio dono. Pessoas de cidades próximas organizavam caravanas para participar. O evento estava sempre repleto de novidades, atraindo, cada vez mais, o público das boates. A partir de 2016, a Evolution adotou uma nova abordagem, mantendo o *open bar* e as caravanas das cidades vizinhas, mas passou a permitir a entrada de menores de idade, o que proporcionou aos seus detratores a oportunidade perfeita para denunciar as irregularidades às autoridades. Em 2018, era quase impossível que uma edição do evento terminasse sem a presença da Guarda Municipal, o que resultou na diminuição dos frequentadores, até o encerramento das atividades, antes da pandemia, sem retomada até o presente momento. Existiram outras festas, como a *Maria VaiCazoutras*, que permitiam vislumbrar a sociabilidade e o mercado LGBTI+ além das boates, e visualizar um cenário em que era possível observar o público das casas, bem como aqueles que não frequentavam nenhuma boate, participando e consumindo esse espaço. A meu ver, esses empreendimentos alternativos preenchem as lacunas deixadas pelas boates, como acessibilidade, baixo custo para consumo, espaços inclusivos, escuta ativa sobre os interesses dos frequentadores ampliando o interesse daqueles/as que não se sentem mais pertencentes às boates, tanto na sociabilidade quanto no consumo e entretenimento.

Exemplificando isso, são as novas festas alternativas que têm surgido recentemente na cidade, conquistando espaço e, como aponta Lucas, “*dando trabalho para as boates*”. Não chegam ao nível da *Evolution Open bar*, mas podemos dizer que causam perturbações, uma vez que esses eventos se propõem a fazer exatamente o que as boates não fazem.

Com uma proposta abrangente e inclusiva em diversos aspectos, festas alternativas como *Frootaria*, *Limonada*, *Dumb*, *Poppets*, *Bloku da Elke*, entre outras, possuem características distintas que têm atraído a atenção e admiração da população LGBTI+ de Londrina. Esses eventos visam, não apenas dar visibilidade aos artistas locais, mas, também, a gêneros musicais que não fazem parte do *mainstream*, como o *hyper pop* e o funk não comercial. *Everton* relata que, em alguns momentos, na *Frootaria* (conhecida como a festa do Pop), a pista de dança pode ficar quase vazia, mas os produtores mantêm seu compromisso de dar espaço a todos os estilos de pop existentes na cidade. Ele destaca, ainda, que essa atenção especial se deve ao fato

de os organizadores e produtores serem artistas LGBTI+, e não empresários.

Ao investir em estilos musicais que são intencionalmente negligenciados pelas casas noturnas, essas festas alternativas atraem um público diferenciado, que busca nesses locais uma nova experiência de arte e sociabilidade. Nesse aspecto, esses espaços se destacam em relação às boates. *Everton* relata que o papel desses eventos alternativos vai além da proposta de diversão, demonstrando como esses locais de entretenimento devem, também, pensar politicamente. Um exemplo disso é a listagem para pessoas trans, travestis, não-binárias e pessoas negras que, não apenas promove a inclusão social desses grupos historicamente marginalizados, mas, também, facilita o acesso à sociabilidade que talvez não tenha sido proporcionado em outros espaços LGBTI+. Há ainda o recente surgimento da cena *ballroom* na cidade, através da *House of Ocean* e *House of Aurora*, que propõem repensar a noite e as vivências dissidentes de Londrina através de uma arte marginalizada, de grande importância para a população LGBTI+, preta e periférica, que teve origem nos guetos *queer* estadunidenses (Gusmão, 2021; Solana Tirado, 2021).

No entanto, existem pessoas que não apreciam o estilo musical tocado nessas festas, mas frequentam-nas mesmo assim, pois consideram esses locais bons para beijar, como aponta *Antonio*, que prefere as festas heterossexuais por causa da música, mas gosta de ir às festas alternativas devido ao valor da entrada e à facilidade de ficar com outros homens. Jonas também não se sente muito confortável nessas festas, pois, segundo ele, seu estilo é mais sertanejo, um gênero musical que dificilmente teria espaço nessas festas. De fato, a cidade de Londrina tem como estilo musical quase canônico o sertanejo e essas festas proporcionam inserções de estilos que não estão “hypados”. No entanto, as casas noturnas se rendem ao estilo da cidade em algumas ocasiões, principalmente quando se aproxima a ExpoLondrina ou o mês de festas juninas/julinas.

Essas festas têm demonstrado que não se trata apenas de lazer, mas também de vivência, sociabilidade e acolhimento de todos. É um movimento contra a corrente, afirma *Diego*, que “*escancara o enrijecimento das casas noturnas para estilos e talentos novos. Investem apenas no que é conhecido e esquece que o público pode querer mais, por isso vão a essas festas, para encontrar o que não encontram nas boates*”.

É relevante observar que, a partir de 2017, um movimento cultural e político começou a crescer exponencialmente em Londrina, em contraste com um cenário

nacional em declínio, que culminaria na ascensão de Jair Bolsonaro, um declarado homofóbico e adversário da cultura e da arte. Durante esse período, a cidade passou por grandes transformações, tanto na maneira como entendemos os locais de consumo para entretenimento quanto para sociabilidade nesses e em outros espaços. No mesmo ano, iniciou-se um novo projeto que mudaria não apenas as percepções apresentadas acima, mas também a maneira como a cidade passou a perceber os indivíduos LGBTI+, além da noite, das boates e das festas. Londrina teria que lidar com a presença de corpos dissidentes nas ruas, pois foi nesse ano que ocorreu a primeira Parada Cultural LGBTI+ de Londrina.

### 3.4 “A GENTE VIVE DE DIA TAMBÉM”: A PARADA CULTURAL LGBTI+ DE LONDRINA COMO FERVO DIURNO

Era maio de 2017, por volta das 15 horas de um sábado. Reunimo-nos no apartamento de Luana Cossentini<sup>52</sup>, próximo à UEL. Éramos 16 pessoas em uma sala pequena. Todos inexperientes, não tínhamos plena certeza do que estávamos fazendo ali, mas estávamos determinados a pensar e construir a primeira Parada de Londrina<sup>53</sup>. Saímos com mais perguntas do que respostas, mas estávamos dispostos a ver o que aconteceria. Mal sabíamos que, no início do segundo semestre daquele ano, realizaríamos uma passeata que levaria cinco mil pessoas às ruas de Londrina<sup>54</sup>, iniciando um ciclo que traria não apenas discussões sobre nossos corpos e vivências, mas também mudanças na maneira como a sociedade passaria a nos enxergar.

Este é um breve resumo de como ocorreram os primeiros passos do processo criativo que produziu o evento. A partir desse dia, dedicamo-nos a buscar todas as informações possíveis. Como se constrói uma Parada? O que precisa ter em um

---

<sup>52</sup> Luana Cossentini foi a primeira presidenta do Coletivo Movimento Construção (gestão 2017-2018).

<sup>53</sup> Há quem diga que a primeira Parada LGBTI+ de Londrina não aconteceu organizada pelo Coletivo Movimento Construção, em 2017, mas, sim, pelos estudantes de Artes Cênicas, no Restaurante Universitário da UEL, em decorrência de um ataque homofóbico em que membros de atléticas cercaram e ofenderam verbalmente a atriz Glamour Garcia, no ano de 2008. Todavia, como *Everton*, que estava presente e relata esse feito, entende que, por mais que a Parada do R.U. tenha sua finalidade política em trazer a memória para que não se repita, não deveria ser considerada a primeira da cidade justamente porque não envolve a cidade, mas, antes, apenas a população universitária. Alguns também dizem que a primeira Parada diz respeito a uma manifestação de mulheres trans e travestis que aconteceu, na década de 1990, no antigo coreto que ficava no começo calçada de Londrina.

<sup>54</sup> Ver mais em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/parada-lgbt-reune-5-mil-em-londrina-987465.html?d=1>

evento como esse? E se ninguém aparecer? Essas foram as dúvidas mais frequentes que permeavam nossas mentes durante todo o processo. Pensar na parte política e na parte artística foi desafiador, e pensar nesses pontos de forma separada e não interseccionada foi ainda mais trabalhoso. Afinal, qual era nosso objetivo com esse evento? A chamada feita no Facebook dizia:

“O dia em que iremos para as ruas, lutar, amar, dançar, beijar, enfim, vamos todas e todos manifestar pelo nosso direito à equidade, respeito e dignidade. Onde podemos vestir nossas cores e sermos nós mesmos, sem medo de qualquer julgamento. Seja você lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, transgênero, hetero ou como vocês se reconhecerem. Esse é o momento de nos unirmos por uma causa que lutamos há anos!”<sup>55</sup>

No dia 3 de setembro daquele ano, tomamos as ruas para celebrar o amor e a diversidade. Partindo do calçadão central da cidade, descemos pela Avenida Higienópolis, uma das principais vias, passamos pela rotatória com a Avenida Juscelino Kubistchek — que no ano seguinte se tornaria palco para manifestações da extrema-direita — até chegarmos ao Zerão. Tudo isso acompanhado por um trio elétrico e um sonho. Recordo-me de observar os corpos dançando, fantasiados, felizes e livres, bandeiras tremulando, beijos em toda parte, famílias inteiras, de avós a netas, prestigiando um evento histórico para esta cidade conservadora. Recordo-me do repórter do jornal local me perguntando: é festa ou protesto? “É tudo!” respondi. Anos depois, reflito sobre essa afirmação.

Quando anunciamos a realização do evento, a notícia se espalhou rapidamente. Choviam perguntas sobre como seria, quem cantaria, qual artista nacional estaria presente, se determinado DJ poderia tocar e assim por diante. Todas as interações do público ansioso nos deram um panorama de que se tratava de uma festa vespertina ao ar livre. Muitos que participaram, não apenas desse evento, mas também das edições subsequentes, escolheram estar presentes por ser uma grande festa. Mas e o caráter político? Historicamente, a Parada do Orgulho nasce como um protesto em memória à Revolta de Stonewall em 1969 (Andrews *et al.*, 2024; Bruce, 2016; Camargos, 2007). Como poderíamos então transformar um evento político, de luta por direitos, em uma grande festa? Simples, porque essa festa também é política.

*Antonio*, ao ser questionado sobre a Parada de Londrina, expressa sua

---

<sup>55</sup> Ver em: <https://facebook.com/events/s/1%C2%AA-parada-cultural-lgbt-de-lon/235375090306155/>  
Ver mais em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/primeira-parada-gay-e-realizada-em-londrina-987406.html?d=1>.

felicidade por sua cidade sediar esse evento. “*É tudo lindo, onde a gente pode mostrar que a gente existe, mostrar que a gente tá aqui [...] beijar todo mundo, dançar, ser feliz*”. A política aqui não se dá exclusivamente pelos gritos de guerra, discursos elaborados de ONGs e entidades ou por histórias compartilhadas no palco nos intervalos das atrações, mas, antes, pelo fato de colocarmos corpos dissidentes de gênero e sexualidade atravessando a cidade em uma tarde de domingo.

Colocar o corpo dissidente na rua, fazê-lo atravessar a cidade, ocupar espaços centrais que outrora foram pensados para “famílias tradicionais”, parece ser visto como transgressão por alguns setores mais conservadores dessa cidade. Não importa o que é dito no palco sobre saúde coletiva e mental, prevenção contra ISTs, combate à violência LGBTIfóbica, empregabilidade e sobre o direito de amar; nada disso possui peso quando o corpo dissidente ocupa espaços que, para eles, não deveria ocupar. E isso se reflete de diversas formas, seja no discurso moralista e desgastado de que “os LGBTs querem destruir a família” (Rodrigues *et al.*, 2016), seja em ações oriundas desses discursos, como a criação de projeto de lei que deseja impedir a participação de menores de 18 anos na Parada Cultural LGBTI+ sob a justificativa de que o evento “*se tornou um local de prática de exposição do corpo, com constante imagem de nudez, simulação de atos sexuais [...]*”<sup>56</sup>, incentivando o uso e o consumo de bebidas alcoólicas.

*Josias* apresenta uma interpretação mais detalhada sobre a Parada, pois acredita que muitos gays não apreciam o aspecto político que ela possui. Ele não está sozinho nesse pensamento. Muitos repetem a pergunta do repórter e ignoram que a origem do evento se dá devido ao cerceamento da liberdade de corpos dissidentes. Esses corpos estavam dançando, se divertindo, quando ocorreu a intervenção policial que gerou toda a situação. Considerar como verdade absoluta que a política LGBTI+ se constrói a partir de discursos no palanque e gritos de guerra, é ignorar, não apenas a história, mas também a potência que é beijar, abraçar, se fantasiar e dançar atravessando uma cidade onde 80% dos habitantes votaram em Bolsonaro, em 2018.

Portanto, é importante retornar àquela pergunta — “é festa ou protesto?” — e repetir sempre a resposta: “É tudo!”. É compreender que existe uma intersecção entre espaço de entretenimento, consumo e política que se reflete plenamente no evento

---

<sup>56</sup> O projeto de lei nº 158/2023, de autoria da vereadora Jéssica Ramos Moreno (PP-PR), vulgo Jéssica, visa qualificar a Parada Cultural LGBTI+ de Londrina como um ambiente impróprio para crianças e adolescentes.

da Parada, nos corpos que participam, nas apresentações realizadas, inclusive durante o processo de criação e produção. É necessário atentar-se que todas as formas de tentar impedir a realização do evento, como cortar a verba do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC) ou embargar os espaços públicos, representam um ataque direto à organização dos corpos LGBTI+ na rua, na praça, no bosque, na cidade. É uma tentativa de cercar e marginalizar corpos historicamente relegados ao lugar do gueto, da esquina, do bosque, com um alerta claro: “Vocês podem até viver, desde que ninguém veja!”. Considerando esse ponto, não existe maneira melhor de ser político do que colocando o corpo na rua e ocupando os espaços que nos impedem de acessar.

#### 4 ATIVISMO E CIDADANIA: DA ALIA À PARADA CULTURAL LGBTI+

A militância política e social em forma de “movimento” surge no Brasil, em 1978, com o agrupamento do SOMOS (Movimento de Afirmação Homossexual) (Facchini, 2003; MacRae, 2018; Trevisan, 2018). Em plena ditadura civil militar, um grupo de pessoas que estava exilado, retornou ao país trazendo diversas informações que estavam sendo debatidas no exterior. Os principais assuntos giravam em torno do conhecimento sobre a identidade homossexual, que não deveria ser entendida como algo fixo e universal, mas como uma condição atravessada por diversos marcadores sociais, como raça/etnia, classe, nacionalidade entre outros; e o enfrentamento à heterossexualização da sociedade (Louro, 2018; Trevisan, 2018).

Esse e outros debates foram externados através do jornal *Lampião da Esquina*, criado pelo mesmo grupo, com a intenção de divulgar as pautas e assuntos que atravessam essa população dissidente (Artiaga; Borges, 2019). Todavia, o alcance do folhetim era pequeno, permitindo que ele chegasse, geralmente a capitais, quase nunca chegando ao interior dos estados. Mediante essa falta de comunicação e acesso a mídias que se propunham a discutir a realidade da população de gays, lésbicas e travestis<sup>57</sup>, os debates acerca das identidades sexuais dissidentes da norma vão aparecer nos interiores tempos depois e geralmente associadas a epidemia de HIV-AIDS (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020; Parker, 2002). Londrina se encontra nesse ponto na história.

Esse capítulo pretende revisitar a história da militância política que deu origem aos debates sobre sexualidade, identidade de gênero, políticas identitárias e participação social em Londrina. Nesses 35 anos de luta que atravessam a história de pessoas e da própria cidade, não é possível garantir, como veremos, que Londrina teve um movimento social civil e organizado. Por isso, pretendo usar o termo “momento”<sup>58</sup>, compreendendo que a militância LGBTI+ de Londrina age até os dias de hoje de forma ocasional, de acordo com a conjuntura. Não existe uma organização social, a não ser quando ocorrem atividades de interesse coletivo, como a criação da lei N° 8.812/2002 ou a tentativa de implementação do Conselho Municipal LGBTI+.

---

<sup>57</sup> Esse uso remete a uma categoria de época.

<sup>58</sup> Segundo o dicionário Houaiss (2019), o termo “momento” pode ser descrito como: ocasião oportuna para a realização de algo; ou circunstância ou ocorrência de circunstâncias, conjuntura, situação.

Sem esses momentos estratégicos e sazonais, não houve manifestações, reuniões ou agrupamentos que pudessem caracterizar a existência contínua de um movimento social. Independente disso, esses momentos de militância política acontecem sempre norteados pela vontade de construir uma cidade mais justa e acolhedora para todos, como todo movimento LGBTI+ que existe no país.

Antes de relembrar a história desses momentos marcantes e importantes para a população LGBTI+ londrinense, faz-se necessário localizar a Parada Cultural LGBTI+ nesse enredo, de modo a compreender de onde ela surge para além da história contada no capítulo anterior. Tudo em Londrina, com relação à luta política das pessoas dissidentes, começa em 1989, sem *Lampião* e sem se quer ter noção sobre sexualidade e identidade de gênero, apenas buscando formas de alcançar a cidadania através do ativismo. Esse processo que será apresentado a seguir possui uma característica importante que marca a luta LGBTI+ local, que consiste na tentativa de institucionalizar a política LGBTI+.

#### 4.1A POLÍTICA DO FERVO: A HISTÓRIA POR TRÁS DA PARADA CULTURAL LGBTI+ DE LONDRINA

As Paradas do Orgulho ou Marchas da Diversidade carregam consigo um sentido amplo de fazer política (Jesus, 2011). No capítulo passado, vimos uma forma. Colocar os corpos na rua, ocupar espaços públicos, beijar à luz do dia sem que haja olhares de reprovação constituem um jeito de fazer Parada, tanto quanto falas imponentes que acontecem nos palcos. Da mesma forma, com as músicas, performances, diversos tipos de ritmos e corpos ganhando destaque mostram-se eficazes na forma como podemos ressignificar a política dissidente.

Historicamente, a primeira Parada ocorre no dia 27 de junho de 1970 em Chicago e participaram do evento 150 pessoas. Contudo, as atenções àquele ano se voltaram para “*Christopher Street Gay Liberation Day*”<sup>59</sup> que aconteceu na cidade de Nova Iorque (Bruce, 2016), em comemoração ao primeiro ano da Revolta de Stonewall. O público que era em torno de 3 mil a 20 mil, segundo organizadores,

---

<sup>59</sup> “Dia da Libertação Gay da Rua Christopher” (Tradução livre). Christopher Street é onde fica localizado o bar Stonewall, local em que aconteceu a batida policial, em 28 de junho de 1969, que deu origem à revolta dos frequentadores contra a ação.

carregavam faixas pedindo a libertação sexual. Entre beijos livres e andar de mãos dadas pelas ruas da cidade, os sujeitos marcavam no tempo um ponto histórico que seria difundido em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil.

A primeira manifestação dentro desses moldes espalhados pelo mundo com inspiração da *Christopher Street Gay Liberation Day*, acontece no Brasil em 25 de junho de 1995, logo após a 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), no Rio de Janeiro (Carvalho, 2021). A Marcha pela Cidadania teve por objetivo trazer visibilidade para o grupo social e as pautas que estavam sendo debatidas no encontro. Em 28 de junho de 1997, acontece em São Paulo a primeira Parada do Orgulho Gay (Facchini; França; Venturi, 2007; Pereira; Ramos; Coelho, 2016; Trindade, 2011) com a temática “Somos muitos, estamos em todas as profissões”. Aproximadamente duas mil pessoas participaram do evento. De lá *pra cá*, muitas edições vêm acontecendo anualmente tanto em São Paulo, quanto em diversas cidades do país.

Em Londrina, o evento começa 22 anos após a Marcha pela Cidadania no RJ, e apresenta, em sua concepção, elementos próprios das Paradas do Orgulho: passeata, artistas LGBTI+, discursos políticos, temas que visam discutir algum assunto que atravessa essa população. A escolha do nome “Parada Cultural” ao invés de “Parada do Orgulho” gerou algumas críticas na primeira edição do evento por parte de algumas pessoas, contudo a organização se justificou dizendo que a manifestação tem como um de seus objetivos dar visibilidade aos artistas locais, principalmente àqueles/as que são pouco consumidos pela população em geral. *Diego*, um interlocutor, disse que “*gosta de ir na Parada e escutar pessoas diferentes, que nem sempre estão tocando nas baladas, ver drags que infelizmente não tem espaço reconhecido nas casas, artistas de diversos ritmos*”. Esse sentimento também está presente em outros relatos, assim como a “exigência” de certos ritmos ou gêneros musicais que vem ocorrendo ano após ano.

Em relação à passeata, até o ano de 2019, o evento atravessava o centro da cidade em direção ao Zerão o que trazia visibilidade tanto para os participantes, quanto para os artistas, gerando também curiosidade por parte dos vizinhos que desconheciam a existência do evento. Ocorre que após a pandemia, quando a Parada voltou para o formato presencial, em 2022, não houve mais a marcha como de costume, inclusive, o local de realização foi alterado para o Centro Social Urbano (CSU) da Vila Portuguesa. Alguns interlocutores demonstraram insatisfação, pois, em

seu entendimento, a Parada é realizada em forma de passeata e não algo fixo. Para Antonio, por exemplo, “manter a Parada ‘parada’ dá a impressão de que está acontecendo um festival LGBTI+”. Na época da decisão, a organização do evento se manifestou em uma *live* para informar sobre a mudança. Ocorre que o Zerão estava passando por uma “revitalização”<sup>60</sup> e não haveria como o evento, que naquele ano contou com mais de 20 mil pessoas, acontecer em meio às obras. Todavia, o debate que se insere nessa seara vai muito além de ter ou não passeata, de ser ou não no Zerão. É necessário olharmos o conjunto das questões que se colocam. Por mais que o anfiteatro do Zerão seja um local de pertencimento LGBTI+, ocupar outros espaços, como o CSU, também é algo positivo. Principalmente por esse espaço ser palco do teatro tradicional da Paixão de Cristo que acontece anualmente nas sextas-feiras santas.

Não é apenas uma ocupação física, é também uma ressignificação de um espaço urbano que, outrora, tinha uma finalidade quase “sacramental”. Thiago Lacerda (2013) discute, em sua pesquisa sobre a Parada LGBT de Campinas e o espaço público, como essas ressignificações possuem um potencial simbólico, tanto para o evento, quanto para a cidade, e como a natureza desses espaços contribui para a forma que o evento é visto pela sociedade. Essa estratégia espacial (Moreira; Maia, 2017) imbrica não somente na necessidade de entender a cidade como um espaço concreto a ser ocupado, mas que tradições celebradas nesses lugares estão sendo colocadas em questão ao ocuparmos os mesmos espaços que elas. A subversão, que é marca registrada nas Paradas LGBTI+, se revela aqui, também (Mota, 2019).

Mais do que beijos, música, usar roupas que cotidianamente não usaria, passeatas, a Parada Cultural provoca, desde 2017, uma ressignificação na forma como o sujeito LGBTI+ é visto pela sociedade e como os espaços que ocupam atingem um outro ponto valorativo. A Secretaria Municipal de Cultura solicitou que os organizadores realizassem a edição de 2023 no Zerão, como forma de protesto em relação ao atraso da reforma (iniciada em 2021) e para fazer a cidade lembrar da

---

<sup>60</sup> Essa iniciativa de revitalizar o espaço gerou críticas de grupos sociais, como LGBTI+, membros da “Batalha de rima”, entre outros, que viram nesse projeto uma tentativa de higienização social. Recentemente, em março de 2024, a prefeitura anunciou que a revitalização não contemplaria o anfiteatro, apenas as quadras, bancos dispostos na pista de caminhada e escadas. Ver em: <https://folhadelondrina.com.br/cidades/zerao-sera-revitalizado-mas-anfiteatro-fica-de-fora-3247382e.html?d=1>

importância do lugar para grupos que anseiam por visibilidade. Nessa época, havia uma proposta surgindo entre os bastidores da prefeitura sobre a privatização do espaço, o que afetaria muitos grupos sociais que veem o Zerão como um espaço de sociabilidade. O coletivo Movimento Construção optou por não realizar a Parada lá, pelo fato de a arquibancada, bem como os espaços adjacentes não suportarem mais o público do evento.

Londrina, em estrutura, não possui lugar para abrigar festividades que passam de 20 mil participantes. O Carnaval londrinense de 2022, por exemplo, teve a participação de 50 mil pessoas e foi realizado nas proximidades do Jardim Botânico Municipal. Em contrapartida, a festa trouxe prejuízo ambiental<sup>61</sup>, o que fez com que a edição de 2024 fosse realocada diversas vezes até ter sua realização cancelada. Entretanto, diferente do carnaval — embora possuam similaridades em sua forma de expressão (Green, 2019), a Parada acontece para dar visibilidade. Se as edições que aconteceram no CSU, que é próximo ao centro, já foram vistas por alguns interlocutores como uma tentativa de “esconder a Parada da sociedade”, a revolta poderia ser maior se o evento fosse realocado para o Jardim Botânico, por exemplo. E, de certa forma, os críticos teriam razão.

Há anseio, por parte da organização de realizar o evento no Autódromo Internacional Ayrton Senna, um local fechado. Aqui, há uma problemática. Quando a Parada LGBTI+ se propõe a ocupar espaços, a pretensão não deve ser ocupar espaços privados, mas, sim, espaços públicos, pois nossas existências são questionadas, violentadas e negociadas nesses lugares. Não que não haja espaços privados de sociabilidade e festa que não deem visibilidade ao público que os consome, mas o intuito estabelecido de uma Parada LGBTI+ vai mais além. A intenção de provocar a sociedade, de “viver de dia”, perde seu sentido.

Ao pensar em realizar o evento em local privado, os produtores caminham contra a história da própria luta na cidade que, historicamente, desde 1989, vem lutando para garantir a ocupação de espaços públicos e a participação social. A Parada, seja ferveo ou luta, é um local de encontro de uma diversidade de sujeitos, histórias e memórias, que vêm de muito antes da reunião inicial, em 2017. Nesse evento, imbricam-se militâncias políticas que não começam nele, mas veem nesse espaço uma forma pública de celebrar suas conquistas. A Parada, portanto, é política

---

<sup>61</sup> Ver em: <https://mppr.mp.br/Noticia/MPPR-em-Londrina-apura-possivel-ocorrencia-de-danos-ambientais-ao-Jardim-Botanico-do>

de todos os segmentos, desde os menos aos mais institucionalizados. É o desdobramento de ações políticas que desembocam na possibilidade de ocuparmos os espaços públicos atualmente. Diante disso, torna-se necessário entendermos como chegamos até aqui, não apenas discutindo se é fervo ou luta, mas como ambos os espectros se complementam na tentativa de pôr em prática algo que vem sendo almejado desde antes de a Parada Cultural existir.

#### 4.2 MOMENTOS DA LUTA POLÍTICA LGBTI+ LONDRINENSE

Após compreender a dimensão fervo-luta e a importância da Parada Cultural LGBTI+ de Londrina como ponto de encontro na história dessa população, faz-se necessário olhar ao passado e tentar compreender onde começam esses momentos de militância. Esses momentos se apresentam de várias formas, seja na tentativa de captar recursos para manter uma ONG funcionando, seja na tentativa de aprovar o Conselho Municipal LGBTI+, ou na hora de pensar e formular as ações formativas que ocorrem antes da Parada Cultural.

É importante salientar que a história da militância política na cidade começa, assim como descrito por Parker (2002), com o agravamento da epidemia de HIV-AIDS, uma vez que apenas o eixo Rio-São Paulo, e outras localidades que tiveram acesso ao jornal *Lampião de Esquina* (Trevisan, 2018), por exemplo, começaram a discutir a sexualidade a partir da ideia de identidade e não atrelada ao vírus do HIV, como aconteceu nos interiores. O entendimento desse grupo social em Londrina só foi acontecer após a década de 1990, com a participação de ativistas da cidade em formações e instrumentalizações voltadas à ideia de cidadania e dignidade, com a fundação do Grupo Homossexual Londrinense e a ONG *Adé Fidan*, cujos focos eram refletir a vivência dos corpos dissidentes na cidade e seu direito à existência.

Portanto, é necessário olhar para a construção das militâncias políticas que fizeram parte, direta ou indiretamente, da Parada Cultural, bem como de outras conquistas em prol da população LGBTI+, como a lei N° 8.812/2002, o ambulatório para pessoas trans e travestis, políticas fortalecidas de combate e prevenção das ISTs, entre outras questões, como veremos adiante.

#### 4.2.1 A Primeira ALIAda

No ano de 1989, foi fundada, em Londrina, a Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS - ALIA. Essa organização, que foi composta por professores universitários da UEL, psicólogos, pessoas que vivem com HIV e funcionários públicos do município, tinha a missão de desenvolver ações de defensoria dos direitos civis e humanos de pessoas vivendo com HIV ou AIDS, e de promover o desenvolvimento de atividades científicas e sociais, visando a prevenção e o combate à Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - AIDS<sup>62</sup>.

Assim como outras ONGs-AIDS que surgiram no país no mesmo período (Grangeiro; Silva; Teixeira, 2009; Sousa *et al.*, 2012), a ALIA tem por objetivo central e primário contribuir para a redução da vulnerabilidade de grupos sociais frente às DST/HIV/AIDS – HV e às comorbidades relacionadas ao quadro clínico de AIDS, por meio de ações socioeducativas de promoção à saúde, prevenção de doenças e na ampliação do acesso à assistência e a equipamentos de proteção individual (preservativos). Essa era a urgência no momento, afirma Paulo, dizendo que sendo essa primeira necessidade atendida, objetivava-se frear o avanço da epidemia.

No princípio, a ALIA recebeu fomento do Banco Mundial, em parceria com o Banco do Brasil, para que suas atividades fossem realizadas. Esse recurso não apenas ajudou a colocar diversos projetos em prática, como possibilitou que o ativismo LGBTI+ nascesse na cidade. Como dito anteriormente, o foco total da associação era o combate à epidemia, contudo, uma das regras do fomento proporcionado pelo Banco Mundial era de que houvesse engajamento de lideranças entre o público-alvo, ou seja, homens gays, homens que fazem sexo com outros homens (HSH), pessoas trans, travestis e profissionais do sexo. Através dessa demanda, começa, não só em Londrina, como em todo o Paraná, a instrumentalização de ativistas e facilitadores que possibilitaram compreender a identidade homossexual para além do vírus.

Antes de entrarmos nessa formação de ativistas e em suas ramificações em prol da população LGBTI+ londrinense, cabe ressaltar alguns pontos urgentes da história da ALIA que preparam o terreno para a luta por direitos que viria nos anos posteriores. De sua fundação até metade da década de 1990, a atuação da ALIA se deu estritamente em parceria direta com a Secretaria Municipal de Saúde e com o

---

<sup>62</sup> Descrição encontrada no site da ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS). Ver: <<https://abiaids.org.br/categoria/recomendamos/links-nacionais>>.

Conselho Municipal de Saúde de Londrina - CMS, a partir de 1992. Esse trabalho consistia em criar ações socioeducativas de combate à epidemia de HIV-AIDS, distribuição de camisinhas, de gel lubrificante e de panfletos explicativos em eventos na cidade; capacitação de profissionais de saúde e voluntários; dentre outros. Contudo, durante as formações realizadas no município, os membros da ONG perceberam que seria necessário trabalhar mais do que a prevenção e a conscientização do vírus, seria necessário ampliar o leque de possibilidade e compreender as vulnerabilidades que atravessavam essas pessoas.

A partir desse ponto, alguns membros voluntários da ALIA começaram a encontrar brechas nos contratos com as entidades financiadoras para poder investir na formação e capacitação de lideranças e ativistas LGBTI+ da cidade. Em 1993, a associação começa a dar suporte técnico e estrutural à ideia embrionária do que viria a ser o Grupo Homossexual Londrinense (GHL). As reuniões do GHL aconteciam nas dependências da ALIA, inicialmente, e esta, posteriormente, passou também a dar formações aos membros do grupo. Edison Bezerra da Silva<sup>63</sup>, que era membro da ALIA e fundador do GHL, passou a investir, juntamente com alguns recém ativistas da causa LGBTI+, em outras formações.

Em seguida, no ano de 1995, aconteceu no Rio de Janeiro, o 3º Encontro Nacional de Travestis e Liberados e a 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA)<sup>64</sup>(Aguião, 2018; Câmara, 2015; Facchini, 2003). Segundo Roni, foi uma oportunidade perfeita para que eles pudessem justificar, frente aos órgãos responsáveis, a inclusão das pautas de direitos humanos, o que incluiria a compreensão social da pessoa LGBTI+, bem como de outros grupos socialmente vulneráveis. O tema da conferência era a cidadania, tendo como pauta a criação de uma lei que reconhecesse a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização de qualquer discriminação baseada na orientação sexual.

É possível ver, no Brasil, que, a partir da década 1990, há um engajamento crescente na luta por direitos humanos básicos para a população LGBTI+, como o

---

<sup>63</sup> Edison Bezerra da Silva foi um importante ativista da causa LGBTI+ londrinense. Ele, por algum tempo, foi conhecido como Minibi Ballesteiros, enquanto se identificava como travesti. Passou por um processo de destransição, motivado pela violência que via contra travestis. Da mesma forma, viu na cisgeneridade uma forma mais fácil de encarar os desafios da luta política pelos direitos da população LGBTI+, em especial das pessoas trans e travestis. Foi fundador e coordenador, junto com Scarlett O'Hara Costa, da ONG Adé Fidan. Também foi Miss Travesti Londrina no ano de 1982, sendo sucedida pela ativista travesti Melissa Campus, no ano de 2002. Atualmente, Edison mora em Presidente Prudente, no interior de São Paulo.

<sup>64</sup> Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/13/cotidiano/2.html>.

reconhecimento da união civil entre duas pessoas do mesmo sexo, a criminalização das violências motivadas por orientação sexual (e posteriormente, por identidade de gênero), a adoção homoparental, entre outros (MacRae, 2018; Quinalha, 2022; Trevisan, 2018). Contudo, em Londrina, esse tipo de pauta ainda era pouco aventado. A preocupação que se tinha, segundo Paulo e Roni, era de incluir gays, lésbicas e travestis no debate sobre prevenção do HIV e de como capacitá-los para ocupar seu espaço dentro da esfera pública e social.

Essa instrumentalização começaria a ganhar robustez em 2001, quando uma socióloga estadunidense chamada Ruth Gunn Mota, financiada pelo Ministério da Saúde, veio ao Brasil, especificamente no estado do Paraná, para dar formação a um grupo de 19 ativistas de diversas ONGs-AIDS do estado (Santos, Tiago Moreira dos, 2006; Santos, 2007). Esse projeto, intitulado “Ativismo e Cidadania” — que no ano seguinte, se transformaria em Rede Paranaense de Ativismo e Cidadania - REPACI — tinha por objetivo capacitar pessoas que vivem com HIV/Aids, estimulando-as na busca de seu direito à cidadania e do controle social das políticas públicas de saúde (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS, 2002). Para Ruth Gunn, *“a melhor forma de se prevenir contra o vírus não é necessariamente tendo conhecimento sobre ele, mas sim tendo consciência da situação de risco em que se encontra”*<sup>65</sup>, ou seja, para ela, a prevenção ao HIV acontece mediante o conhecimento sobre a situação de vulnerabilidade social em que o sujeito se encontra e não sobre o vírus em si.

Em maio de 2002, esse projeto foi realizado, pelos membros voluntários da associação, em uma edição especial apenas com pessoas trans e travestis. Com a participação de 19 pessoas, o encontro aconteceu na Fazenda Santa América, em Alvorada do Sul – PR, e tinha como objetivo fazer com que as participantes acessassem a sua cidadania encoberta pelo estigma social, discriminação e marginalização, e ocupassem os espaços sociais. Essa edição foi um piloto para outras que viriam a acontecer em outros lugares do estado. Mais do que apenas trabalhar com as vulnerabilidades sociais que circundam esses corpos, o que os membros da ALIA se propuseram a fazer, seguindo os treinamentos de Ruth Gunn, foi, justamente, instrumentalizar essas pessoas para lutarem por seus direitos frente a uma sociedade que constantemente os cerceia.

O impulso que esse treinamento trouxe fez com que os membros da ALIA se

---

<sup>65</sup> Ver: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/so-informacao-nao-muda-atitude-29496.html?d=1>

engajassem nas mais diversas formas de ativismo na cidade, mas sem perder seu objetivo principal. Cabe ressaltar que a associação nunca se colocou como um movimento social, tampouco como movimento LGBTI+ organizado em Londrina, contudo, podemos dizer que a ALIA pavimentou o caminho para que outros grupos, com atividades voltadas as causas LGBTI+, tivessem todo o aporte necessário para sua organização social. Esse ponto ficará mais nítido quando falarmos sobre os outros momentos de militância política na cidade.

Ainda no ano de 2002, aconteceu um fato mencionado no capítulo anterior envolvendo a boate Friends e o Ministério Público<sup>66</sup>. Ocorre que, Paulo e Roni, membros efetivos da ALIA e do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, eram responsáveis, junto à Comissão Municipal de DST/HIV/Aids, pelo monitoramento epidemiológico na cidade. Diante da alta dos diagnósticos positivados no ano anterior e da ligação que parte desse grupo possuía com a frequência massiva à boate Friends, eles se viram na necessidade de conversar com os donos do estabelecimento, a fim de garantir que o espaço distribuísse preservativo, gel lubrificante e panfletos informativos. De início, houve uma recusa por parte dos donos, pois havia um certo medo em “estigmatizar” o ambiente. Diante da negativa, Paulo e Roni se viram na necessidade de acionar o Ministério Público do Estado do Paraná, juntamente com a Vigilância Sanitária, pedindo que se posicionassem, pois

considerando que o Código do Consumidor coloca que qualquer fornecedor de produto que incorra em risco ou danos à saúde deste usuário, é de obrigatoriedade expressa que o proprietário desse estabelecimento deva exercer ações informativas ou de distribuição/dispensação de insumos de proteção (Londrina, 2005, p. 8)

O MPPR, na pessoa do promotor de justiça, Paulo Tavares, não apenas aceitou a reclamação proposta pela ALIA, como também emitiu uma recomendação de que a boate Friends mantivesse o *darkroom* com as luzes acesas durante o período de funcionamento. Essa decisão não agradou os ativistas do Adé Fidan, que foram

---

<sup>66</sup> Esse episódio, além de ser relatado na entrevista que fiz com Paulo e Roni, também foi citado na entrevista com Melissa Star e com outro interlocutor. Algumas informações sobre esse capítulo da história LGBTI+ de Londrina pode ser visto na Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Londrina (Londrina, 2005), que aconteceu no dia 17 de maio de 2005. Nessa ocasião, o Conselho discute o mérito de não mais conceder preservativos à boate Friends por se tratar de uma entidade privada, com fins lucrativos. A discussão que acontece é interessante, pois mostra que, na cidade, já havia um avanço significativo nas discussões sobre prevenção das ISTs, que permitia colocar em prática a lei municipal nº 5.571/1993 que diz que motéis e estabelecimentos similares devem distribuir gratuitamente preservativo juntamente com folhetos esclarecedores sobre AIDS.

convocados para uma reunião com o promotor.

Na ocasião, o ativista e psicólogo atuante na ONG, Wiliam Perez, disse ao promotor que, com luz acesa ou luz apagada, nada ia impedir os gays de fazerem sexo, pois isso acontecia em muitos outros lugares da cidade, inclusive à luz do dia. Essa fala foi acompanhada pelos colegas presentes e fez com que a recomendação do MP mudasse. Após a visita do promotor junto com a Vigilância Sanitária à boate, as mudanças exigidas foram acatadas, como, por exemplo, a melhoria na iluminação do ambiente *darkroom*, a distribuição gratuita de preservativos e a fixação de cartazes sobre prevenção às ISTs-HIV-Aids em pontos estratégicos. É importante ressaltar que, após essa visita, travestis da ONG Adé Fidan faziam uma espécie de “blitz da prevenção” em dias específicos na boate, momento em que invadiam a pista distribuindo preservativo para todos os presentes. Em outros dias, na ausência das travestis, esse empenho era feito pelas *drag queens* da casa.

Durante os anos seguintes, 2003 e 2004<sup>67</sup>, a ALIA foi responsável por organizar na cidade as duas edições do Festival da diversidade sexual - Mix Brasil Londrina, com ações culturais e promoção da visibilidade sexual. Esse evento provocava, na cidade, debates sobre sexualidade, prevenção ao HIV e outras ISTs; e sobre arte e cultura, através de apresentações musicais, performances, peças de teatro, filmes e documentários (Santos, Fátima Carneiro dos, 2006). Havia, também, rodas de conversas sobre diversos assuntos que perpassam a diversidade sexual.

Em 2008, a ALIA teve um papel importante na construção e realização da Pré-Conferência Municipal de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros em atendimento à convocação da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT a ser realizada na capital do país. O mesmo aconteceu em 2015, na preparação da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Londrina, em decorrência da convocação da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, realizada entre os dias 24 e 27 de abril de 2016, em Brasília - DF.

Após esses eventos, Paulo e Roni, enquanto gestores da ALIA, se colocaram

---

<sup>67</sup> É possível ver como a mídia londrinense cobria as edições do festival.

Veja em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/boca-a-boca-500442.html?d=1>

<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/festival---diversidade-sexual-em-debate-499945.html?d=1>

<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/festival---aperitivo-mix-no-filo-489196.html?d=1>

<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/evento---a-diversidade-em-foco-456426.html?d=1>

à disposição para cobrar o poder público frente às demandas apresentadas nas conferências. É importante ressaltar que as conferências municipais, principalmente, são formas de garantir a participação popular na definição das políticas públicas, como analisam Julio Strubing Müller Neto e Elizabeth Artmann (2014), ao observarem os discursos sobre representatividade e a participação popular em conferências municipais da saúde em cinco municípios do Mato Grosso entre 2009 e 2010; e Daniele Pereira Canedo (2008), ao analisar a presença social da população baiana na 2ª Conferência Estadual de Cultura realizada em 2007.

Roni, durante a entrevista, menciona sobre essa importância e sobre as negociações que acontecem nesses espaços. Ele diz

*“a gente ainda está começando a entender de que servem esses espaços de conferência. Fala muito, escreve muito e, no final, vira o que? Vira política pública? Fica para sempre? O que que é política do governo, o que que é política de estado? De governo, vai embora. Chega o Requião, chega em outro, chega em outro, mas a de estado tem que permanecer, coisas assim, têm que ser pétreas. Então, a gente parou de negociar aquela coisa do ‘que trocar a tua tigela de angu por um parafuso inútil?’. Porque, muitas vezes, a cidadania é isso. Você ainda não tem um discernimento das forças que estão ali sendo negociadas e tudo mais, e que realmente importa, e que realmente validam. E você vai sendo levado como massa no meio da política também. No nosso ativismo infelizmente tem muito disso”.*

Por isso, o foco da ALIA, para além das políticas de enfrentamento à epidemia do HIV-AIDS, foi instrumentalizar a população vulnerável para ocupar os espaços públicos, a começar pelas conferências municipais.

A associação tinha uma boa inserção nas Secretarias e Conselhos Municipais, principalmente na área da Saúde, Assistência Social, Mulheres e Direitos Humanos, o que facilitava qualquer tentativa de idealizar projetos que visassem o protagonismo de pessoas em vulnerabilidade social por meio de ações socioeducativas.

Em 2015, antes da Conferência Municipal LGBT, a ALIA participa da construção do Fórum LGBT de Londrina e Região, cuja finalidade é dialogar com o poder público a fim de criar políticas públicas que atendam essa população. Veremos adiante que esse grupo, que não chegou a se organizar em formato de ONG, efervesceu o debate sobre identidades sexuais e de gênero em Londrina e atuou ativamente na captação das assinaturas dos candidatos à prefeitura do município no pleito de 2020, na tentativa de aprovação do projeto de lei que pretendia criar o Conselho Municipal LGBT em 2021.

Entre os anos de 2018 e 2019, os membros da ALIA se propõe a dar formação

sobre *advocacy*<sup>68</sup> e cidadania para o Coletivo Movimento Construção, que organiza e produz a Parada Cultural LGBTI+ da cidade. Essas instrumentalizações aconteceram abordando diversos pontos, entre eles, a forma como a Parada poderia ser utilizada como ferramenta para a promoção de políticas públicas. Em tempos de ascensão do bolsonarismo, esse curso ofertado fez com que os membros do Coletivo se deparassem com uma possibilidade de ação que ia além de colocar o trio elétrico na rua. Entender a dimensão que é a Parada e aonde se pode chegar com esse amplitude era uma das metas propostas por Paulo e Roni ao grupo.

Nesse mesmo ano, a ALIA perdeu seu principal patrocínio da *Johnson & Johnson* (2005-2018), o que fez com que ela precisasse sair de sua sede, à época, na zona norte da cidade. Devido a algumas parcerias de benfeitores, a associação conseguiu uma sala em um prédio comercial na zona sul. Continuou oferecendo suporte ao Coletivo Movimento Construção, bem como servindo de local para reuniões sazonais do Fórum LGBT.

Ao completar 30 anos de existência da entidade, em 2019, um almoço foi organizado a fim de levantar fundos para que suas atividades continuassem, pois, sem o fomento de empresas privadas ou do poder público, não havia como a associação se manter. Nesse evento, Roni destacou o histórico da ALIA no enfrentamento à epidemia de HIV-AIDS, lembrou quando era necessário contrabandear o AZT, pois ainda não havia sido disponibilizado na cidade. Contou história de famílias, grupos, donas de casa, crianças e jovens que vivem com HIV e que passaram pelo acompanhamento da associação. Por fim, lembrou, em tom crítico, que o município de Londrina possui recurso para manter a ONG funcionando, mas não o fazem por motivos políticos.

A Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS, que, pela lei municipal N° 4.965/1992, foi declarada de utilidade pública, encerrou suas atividades em 2021. Após não conseguirem recursos financeiros para manter a sede aberta, Paulo e Roni deslocaram todo o material de 33 anos de luta para sua casa, onde pretendem

---

<sup>68</sup> Segundo Marlene Libardoni (2000), *advocacy* é um conceito, ainda em construção, cujo significado varia conforme o contexto social e político de cada nação. Esse conceito vem adquirindo novos conteúdos e significados à medida que diferentes grupos sociais vão se envolvendo no trabalho de incidência política. Trata-se, ainda, de uma forma relevante de participação de atores sociais que influem sobre o debate público e nas agendas políticas. Em relação à população LGBTI+, o ativista Toni Reis (2022) analisa a importância do *advocacy* na atual conjuntura do país diante da ascensão do conservadorismo e da decadência de políticas públicas em prol dessa população e de outras minorias sociais.

digitalizar e disponibilizar na internet como forma de acervo, a fim de preservar a memória e a história dessa entidade.

A ALIA, conforme podemos ver, serviu como base para muitos momentos de luta política, em especial para a população LGBTI+. A relação entre essas duas realidades é tênue, o que permitiu que grupos dessa população aproveitassem os recursos que vinham para a prevenção e combate à epidemia e se instrumentalizassem para lutar por políticas públicas de sobrevivência, como aconteceu em Curitiba devido às ações do Grupo Dignidade (Ramos; Maior, 2021).

Sem essa participação efetiva da ALIA na construção de lideranças ou reflexões acerca da população LGBTI+ londrinense, sua vulnerabilidade frente às demandas institucionais e à ausência de políticas públicas eficazes, é possível aferir que pouco teríamos alcançado. Essa entidade funcionou como motor para energizar as necessidades dessa população e seus anseios frente às lutas por cidadania e dignidade. Operou nos bastidores, a fim de garantir que todos fossem protagonistas em suas causas, desde pessoas trans e travestis no trato da emergência de direitos específicos, até pessoas vivendo com HIV e sua forma de encarar uma sociedade que os estigmatiza. Adiante, veremos momentos de militância LGBTI+ em que a ALIA não foi protagonista, mas esteve sempre junto, auxiliando de forma direta e indireta, seja no fornecimento de estruturas, tecnologias e treinamentos, seja por meio do *advocacy*, para garantir, ao menos, que o grupo *in loco* fosse escutado.

#### 4.2.2 Os Bingos Do Domingo À Tarde

O Grupo Homossexual Londrinense (GHL) surge em 1995, tendo, como fundador principal, Edison Bezerra. As circunstâncias de sua formação derivam do fato de que, até aquele momento, a ALIA atendia e tinha como foco específico pessoas que conviviam com HIV-AIDS. Por conseguinte, Bezerra percebeu que, após ser convidado a trabalhar na ALIA devido a sua facilidade em lidar com as travestis, fazia-se necessário a criação de um grupo que pudesse dialogar e debater temas pertinentes à população de gays, lésbicas e travestis, sem que o foco fosse a epidemia. O nome escolhido para o grupo, segundo Bezerra, causava impacto na cidade, pois, no imaginário social, ainda pairava a ideia que ligava homossexuais ao HIV-AIDS.

O grupo fazia, com frequência, bingos e festas abertos ao público em geral para angariar recursos para sua subsistência. Fazia, também, bailes para a socialização da própria população, uma vez que, na época, só existiam a boate Friends e o bar Valentino como estabelecimentos conhecidos por esse público. A proposta desses encontros era que aqueles que não possuíam condições de ir às festas privadas, pudessem se divertir, criar vínculos e, caso fosse de interesse da pessoa, participar das reuniões que aconteciam quinzenalmente.

Por falta de recursos financeiros e sem projetos, Bezerra e os demais participantes decidiram encerrar as atividades do grupo nos anos 2000. Além disso, Melissa Campus (Meu amor, Londrina é trans e travesti - Melissa Campus, 2019) explica que o nome já não representava mais todos que dele faziam parte. O grupo já era formado por maioria de travestis e estas se puseram a pensar, junto com Bezerra, em outras possibilidades de nomes, ações, formas de enfrentamento à violência e de combate à epidemia de HIV-AIDS.

Para além das dificuldades elencadas acima, que culminaram no fechamento do GHL, é importante compreender que, nessa época, manter um grupo ou ONG sem recursos financeiros e sem o reconhecimento social adequado era difícil, ainda mais quando se trata de um grupo marginalizado e excluído por causa da epidemia que afetava todo o mundo. Contudo, isso não acontecia apenas em Londrina. As demandas da população LGBTI+ no Brasil só começaram a ser incorporadas em políticas governamentais a partir de 2001, após a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas, que resultou na criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (Vergili; Brasil; Capella, 2015). Para além do destacado, o GHL também não possuía em seu nome a representatividade que o grupo almejava, uma vez que a maioria das integrantes era travesti. Estas, com o fim do grupo, se reuniram com Edison a fim de organizar uma ONG. Assim surge a Adé Fidan.

#### 4.2.3 A Instrumentalização Das Travestis

Com o encerramento das atividades do GHL, alguns ativistas que estiveram à frente do grupo se reuniram para pensar em alternativas para promover uma movimentação em busca de melhorar a vida da população LGBTI+. Foi quando, em 2001, decidiram por abrir uma nova ONG pensada na população de gays, lésbicas e

travestis de Londrina. Essa entidade foi batizada pela travesti Scarlett O'Hara Costa de "Adé Fidan" que, em nagô, significa "homem de fino trato".

Para que pudessem colocar em prática as atividades que haviam planejado, o presidente da ONG, Edison Bezerra, escreveu um projeto intitulado "Casa de Vivência – Saara Santana". Esse projeto tinha como finalidade o acolhimento e a profissionalização das travestis, resgatando sua autoestima e instrumentalizando-as para torná-las facilitadoras e ativistas. Edison ressalta que *"se acontecesse alguma coisa, como o fechamento da Adé Fidan, que elas pudessem caminhar com as próprias pernas"* (Meu amor, Londrina é trans e travesti - Edison Bezerra, 2019). Se podemos dizer que Londrina teve um momento focado e contínuo de militância política em prol das pautas da população LGBTI+, esse momento foi durante a existência da Adé Fidan.

Essa ONG, que já vinha da experiência do GHL e da parceria com a ALIA, possuía diversas atividades, como a Cozinha Piloto, em que as travestis preparavam conservas e *coffee breaks* para eventos e seminários a pedido da Secretaria da Saúde; artesanato feito e exposto no centro da cidade pelas travestis; salão de beleza com curso profissionalizante para as participantes e também oficinas de ativismo, que buscava formar as frequentadoras da ONG acerca de temas como direito, políticas públicas, cidadania, prevenção ao HIV-AIDS e outros assuntos que eram pertinentes para suas caminhadas.

No ano seguinte à fundação, as ativistas perceberam que poderiam propor políticas públicas frente aos casos de violência homofóbica que estava acontecendo na cidade<sup>69</sup>, em especial nos estabelecimentos comerciais. Diante do descaso do poder público em atender as reclamações que vinham, tanto da ONG, quanto da ALIA, elas se reuniram com a então vereadora Elza Correa, mostrando diversos projetos de lei que haviam sido aprovados e sancionados em favor da população GLS. A vereadora apresentou o projeto, que foi aprovado com uma votação expressiva, transformando-se na lei municipal N° 8.812/2002<sup>70</sup>, que prevê penalidades aos estabelecimentos na cidade que discriminarem qualquer pessoa em razão de sua orientação sexual. Em junho de 2002, Londrina estabelece um marco para a causa LGBTI+ tornando-se a primeira cidade no estado a aprovar e sancionar uma lei que

---

<sup>69</sup> Não existe fonte documentada dessas violências relatada pelas participantes, uma vez que tudo era registrado na delegacia como lesão corporal ou agressão.

<sup>70</sup> Ver em: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2002/web/LE088122002consol.html>

penaliza atos de violência homofóbica, seguida apenas por Foz do Iguaçu<sup>71</sup>, no mesmo ano.

Devido ao seu envolvimento político e institucional, a ONG acabou ganhando reconhecimento público, inclusive sendo declarada de utilidade pública através da lei N° 8.828/2012<sup>72</sup>, fazendo com que as travestis acessassem espaços antes recusados a elas. Com o recurso financeiro advindo do projeto Casa de Vivência - Saara Santana, a inclusão social das pessoas trans e travestis que participavam do projeto ficou cada vez mais latente nos eventos da cidade. É retomado o concurso Miss Londrina Travesti, no ano de 2003, que acabou elegendo Melissa Campus. No ano de 2004, sob a direção do psicólogo voluntário da ONG, William Peres, as travestis protagonizaram o espetáculo “Eu quero viver de dia” no Festival Internacional de Londrina (FILO), cuja intenção era discutir a vida e o modo de viver travesti na cidade de Londrina.

Por 3 anos consecutivos (2004, 2005 e 2006), as frequentadoras da Adé Fidan fizeram a abertura do carnaval londrinense, abordando temas que remetiam sempre ao respeito, a busca por cidadania e direitos e a prevenção das ISTs. A discussão que permeia a ideia de travestis e carnaval é extensa dentro das Ciências Sociais (Catelan; Klein, 2020; Green, 2019; Penenrey Navarro, 2014), o que nos permite compreender como essa aceitabilidade durante as festividades tornava este um ambiente favorável e “respeitoso” para as travestis. Entretanto, a perseguição e marginalização desses corpos nunca deixou de ser uma questão (Ferreira; Suguihiro, 2024; Peres, 2005). Por isso, as ações sociais planejadas da Adé Fidan, com enfoque em trazer autoestima e dignidade para essas pessoas, fez um diferencial em suas vidas, como é possível observar no documentário “Meu amor, Londrina é trans e travesti”<sup>73</sup>, idealizado pela travesti Christiane Lemes, que conta a história da ONG através do olhar delas.

Na busca de tentar ampliar os trabalhos da ONG e atender outros públicos, Edison Bezerra submete ao Ministério da Saúde um novo projeto chamado “Boa noite, cidadão”, cujo objetivo era atender, informar e distribuir preservativos para os trabalhadores sexuais masculinos na cidade. Esse trabalho era realizado pelas

---

<sup>71</sup> Ver em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2002/272/2718/lei-ordinaria-n-2718-2002-dispoe-sobre-as-penalidades-a-pratica-de-discriminacao-em-razao-de-orientacao-sexual-e-da-outras-providencias>

<sup>72</sup> Ver em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/2002/883/8828/lei-ordinaria-n-8828-2002-declara-de-utilidade-publica-a-instituicao-ade-fidan-com-sede-e-foro-neste-municipio>

<sup>73</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/@londrinaetransetravesti807>

próprias travestis, que se revezavam todas as noites para poder atender esse público. Em Londrina, os michês ficam no bosque central, ao lado da Catedral Metropolitana. Embora houvesse resistência no início, aos poucos, as travestis foram conquistando esse público, o que tornou o trabalho mais fácil, segundo o relato de Marla Rocha<sup>74</sup>.

Contudo, como os recursos que estruturavam financeiramente a ONG vinham do poder público, houve um momento em que atrasos nos repasses foram acontecendo de forma gradual, o que prejudicou o andamento da instituição. Em diversas ocasiões, Edison Bezerra expôs a situação para o jornal local, dizendo que os governos federal e municipal não estavam depositando mensalmente o valor do último projeto aprovado, o que impossibilitava que o trabalho fosse feito. Esse imbróglio foi arrastado até que, em 2006, houve um contingenciamento do verbas na área da saúde no país, que fez com que diversas ONGs-AIDS entrassem em suspensão ou encerrassem suas atividades.

Em 2007 foi a vez da Adé Fidan: sem recurso dos governos e na iminência de precisar “colocar a mão na massa” para levantar recursos para manter a entidade em pé, alguns voluntários acabaram debandando, o que causou um déficit muito grande para a entidade. A ONG atendia, segundo Bezerra, mais de 2000 gays, 57 garotos de programa, 75 travestis e mulheres trans e mais de mil heterossexuais (a maioria entre adolescentes e jovens) na busca por preservativos. É importante ressaltar que, somente em 2015, Londrina passa a adotar uma política de distribuição de camisinhas e gel lubrificante em Unidades Básicas de Saúde, antes disso, esse trabalho era feito pela ALIA e pelo Adé Fidan em parceria com o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e o Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) da cidade.

Por mais que a ALIA ainda estivesse em pé, a população LGBTI+, bem como os/as trabalhadores sexuais, não voltariam a ser assistidos da mesma forma como eram pela ONG. Projetos como os da Adé Fidan, faziam o diferencial para essa população historicamente marginalizada. Sem mais o que fazer, após o encerramento das atividades, algumas travestis que trabalhavam nessa ONG voltaram para a prostituição, outras conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal ou em secretarias do município, como é o caso da Vanessa Murça, que trabalhou por muito tempo na Secretaria de Assistência Social.

No ano seguinte ao fechamento do grupo, haveria a pré-conferência LGBTI+

---

<sup>74</sup> Entrevista da Marla Rocha para a minissérie documental “Meu amor, Londrina é trans e travesti”. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=3RI-gEXjLXY&t=389s>

na cidade, organizada pela sociedade civil, o que traria um novo horizonte para a luta pelos direitos dessa população, mas que não perduraria, visto que nenhuma movimentação foi feita até o ano de 2015, meses antes da 1ª Conferência Municipal LGBTI+. Com o fim da Adé Fidan, finda-se também qualquer entidade, no formato de ONG, pensada exclusivamente para o público LGBTI+ na cidade. Revela-se, ainda, algo apontado por *Bezerra, Paulo e Roni*: sem dinheiro não há a instrumentalização de ativistas. Nasce e se estabelece uma cultura de que é necessário ter dinheiro para fazer as movimentações políticas na cidade. Isso não está totalmente errado, mas, também, não está certo, como veremos adiante.

A descontinuidade das políticas de fomento que fortaleciam as ONGs, como a Adé Fidan, afetou mais do que sua continuidade. Afetou o processo de cidadania das travestis e demais grupos atendidos pela ONG, assim como aconteceu em outras entidades que cumpriam o mesmo papel social (Ornat; Silva; Chimin Junior, 2015). Contudo, mesmo com o encerramento das atividades, a ONG Adé Fidan possuía um reconhecimento social que lhe permitia acessar alguns espaços públicos importantes, fazendo com que a luta social não acabasse por ali. Reivindicações como ambulatório especializado para atender pessoas trans e travestis e um abrigo para pessoas LGBTI+ em situação de rua foram pautas que eram caras à ONG e que continuaram na luta daquelas/es que ficaram após o fim da entidade. As travestis que permaneceram decidiram atuar como ativistas, então se agruparam no movimento ElityTrans. Fortalecer o vínculo que criaram durante os anos de ONG e buscar novas conquistas foi a saída que elas encontraram para solidificar a atuação política que haviam conseguido durante esses anos. Essa expressividade fica mais evidente durante a Pré-conferência de 2008 e a formação do Fórum LGBTI+ de Londrina e Região, que desempenharia um papel importante para a população LGBTI+ londrinense.

#### 4.2.4 A Tentativa De Unificar As Disputas

O ano de 2015 é marcado por uma mudança conjuntural expressiva no país. Tanto no Congresso Nacional, quanto em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, começam a ser protocolados projetos de lei com a finalidade de reprimir supostas doutrinações em âmbito escolar, a chamada Escola Sem Partido (Baldan;

Freitas, 2017; Miguel, 2016; Nicolazzi, 2016). A população LGBTI+, particularmente, estava sofrendo com outro fenômeno que possui similaridade, tanto em método, quanto em ação sobre os indivíduos. Aqui, falamos da “ideologia de gênero” que, desde de 2015, rende debates intermináveis sobre a suposta “doutrinação” que crianças sofrem por pessoas LGBTI+ (Luna, 2017). Este último, todavia, não é um fenômeno exclusivo do Brasil, atingindo especialmente a América Latina, como aponta Jairo López (2020) ao analisar a interferência da ideologia de gênero na região; e os impactos e resistências da população LGBTI+ latina.

Diante dessa conjuntura e da emergência de esforços, tanto para compreender essa ofensiva, quanto para dialogar com os setores públicos a fim de garantir a estabilidade dos direitos já adquiridos, é que uma nova conferência foi convocada pela presidenta Dilma Rousseff para o ano de 2016, com o intento de escutar as demandas dessa população. Como temática central “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, a Conferência buscou abarcar, em todas as etapas (municipal, livre e estadual), temas pertinentes, como políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social, enfrentamento à violência, educação, cultura, segurança pública entre outros (Conselho Nacional De Combate À Discriminação E Promoção Dos Direitos Da População LGBT, 2016).

Para discutir essa demanda em nível municipal, alguns ativistas remanescentes da ONG Adé Fidan, assim como de outros movimentos sociais e entidades, se juntaram para formar o Fórum LGBTI+ de Londrina e Região. Com a proposta de avançar nas discussões sobre as pautas desse grupo social e dialogar com o poder público a fim de colocar em prática as demandas elencadas na Pré-Conferência de 2008, o Fórum começou a trabalhar seguindo os passos de outros grupos, partindo de uma proposta de formação e instrumentalização para ir à ação.

Diante dessa demanda, foram feitos diversos treinamentos e formação com foco na Conferência LGBTI+ e outros planos de inserção política, como apoio a possíveis candidaturas à Câmara dos Vereadores e diálogo constante com aqueles/as já eleitos. É possível considerar que os primeiros anos do Fórum foram focados em cobranças ao poder público frente aos relatórios produzidos nas conferências, na instrumentalização de ativistas e na luta contra projetos de lei que buscavam deslegitimar nossas identidades.

Passado o evento, duas metas foram estipuladas como urgentes: a criação de um conselho municipal consultivo e voluntário para pessoas LGBTI+ e a instalação de

um ambulatório para atender pessoas trans e travestis<sup>75</sup>. Fato é que essa demanda foi engavetada pelo prefeito na época, o que fez apenas com que os esforços para tentar garantir os produtos do relatório final fossem maiores do que o necessário.

Entretanto, mesmo com diversas questões sucedendo, dentro e fora de Londrina, houve um resfriamento na animosidade dos ativistas da cidade, o que fez com que o Fórum se distanciasse de seus objetivos. Por mais que a ALIA e outros poucos continuassem na cobrança pelas demandas já apresentadas, aparentemente, nada faria o grupo se movimentar como antes, até o ano de 2018.

Com a ascensão de um candidato à presidência que carregava consigo um discurso de aversão à população LGBTI+, o debate sobre “ideologia de gênero” e “escola sem partido” ganhou ainda mais força após as eleições municipais de 2016. Em Londrina, foi eleito um vereador que propôs, assim como outros em outras localidades, a proibição da abordagem de questões de gênero nas escolas. Era, definitivamente, a junção das duas pautas da extrema-direita que havia chegado ao parlamento municipal. Ao olharmos o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município (LOM), em sua justificativa, vemos um ataque direto e não comedido à carta de Yogyakarta (Alamino; Vecchio, 2018; Rodrigues; Hernandez, 2020), que lista princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, ou seja, o projeto que se propunha a proibir que se fale sobre “gênero” nas escolas no limite do município tem como justificativa negar o direito da população LGBTI+.

Esse episódio foi importante para que os ativistas pudessem compreender o perigo que se apresentava na Câmara de Vereadores. Nesse mesmo ano, o autor de tal projeto foi eleito deputado federal com votos conquistados mediante um país que se encontrava submerso em teorias conspiratórias contra a população LGBTI+ e os movimentos sociais como feministas, negro e estudantis (Abouid, 2020; Casado, 2020; Checa; Scisleski, 2018). O pânico moral que surge anterior a essa data, explode numa extrema-direita que consegue chegar ao topo: elege deputados (estaduais e federais), senadores e o presidente da República. Isso tudo se tornou folego para encarar o próximo desafio, que seriam as eleições municipais de 2020.

---

<sup>75</sup> Essa meta era uma reivindicação antiga dessa população, uma vez que o ambulatório multidisciplinar mais próximo se encontra em Curitiba. Além disso, o público preterido dessa demanda relatou, antes e durante a conferência de 2015, como a saúde municipal não estava preparada para acolher pessoas trans e travestis. Essa meta também foi apresentada na Conferência Municipal de Saúde de Londrina pela ALIA no mesmo ano.

Organizando-se com antecedência, diante do cenário caótico em que o país se encontrava, os ativistas do Fórum se planejaram, juntamente com outros movimentos e entidades<sup>76</sup>, para criar um termo de compromisso e apresentá-lo aos candidatos à prefeitura da cidade. Essa ideia, que já foi realizada em diversos momentos em outros lugares (Santos, 2016), se mostrou como uma importante estratégia para engajar, não apenas a população LGBTI+ local, como também aqueles que estavam concorrendo ao pleito.

Intitulado “*Dez pontos por uma Londrina sem LGBTfobia*”, o termo de compromisso listava entre seus itens o Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI+ elaborado durante a pré e a conferência municipais, uma coordenadoria/assessoria de direitos humanos e cidadania LGBTI+ dentro da estrutura do poder executivo; apresentar e sancionar projetos de leis com a finalidade de garantir defesa, proteção e promoção da cidadania LGBTI+; decretar o uso de nome social de travestis e pessoas trans no âmbito municipal, entre outros. Dos dez candidatos ao cargo de chefe do executivo, cinco<sup>77</sup> assinaram o termo e se propuseram a auxiliar nas demandas da população LGBTI+ na cidade.

Ao findarem as eleições municipais, o candidato Marcelo Belinati (PP) foi reeleito. As expectativas dos ativistas eram boas, uma vez que, desde seu primeiro mandato, Belinati sempre se colocou à disposição para conversar com a população LGBTI+, inclusive, dando apoio institucional para a realização da Parada Cultural LGBTI+ da cidade. As cobranças não cessaram até que o então vencedor do pleito colocasse em prática os itens concordados durante a assinatura do termo.

No primeiro ano do segundo mandato, Belinati convoca alguns ativistas ligados ao Fórum LGBTI+ para anunciar duas medidas: (1) a implementação do ambulatório trans e travesti na rede pública de saúde do município e (2) o envio do projeto de lei para a criação do Conselho Municipal dos Direitos LGBT.

O primeiro foi efetivado na Secretaria Municipal da Saúde (SMS). O ambulatório que atende pessoas trans e travestis na cidade, fica no centro, no mesmo local que o

---

<sup>76</sup> Esses foram os grupos que compuseram a força tarefa para coletar as assinaturas: Coletivo Elity Trans, Coletivo de Homens Transexuais de Londrina – Resiliência T, Rede LGBT Ubuntu, Roda de Conversa: Sexualidade e Espiritualidade/ Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Mães pela Diversidade Londrina.

<sup>77</sup> Os candidatos que assinaram foram Barbosa Neto (PDT), Boca Aberta (PROS), Carlos Scalassara (PT), Marcelo Belinati (PP) e Márcio Sanches (PC do B). Os demais, não se manifestaram sobre o termo. Ver mais em: <https://templondrina.com.br/eleicoes-2020/termo-de-compromisso-lgbt-tem-desao-de-metade-dos-candidatos-a-prefeito/>

Centro Integrado de Doenças Infecciosas (CIDI). Segundo a SMS, dentre os serviços oferecidos estão: acolhimento e atendimento de enfermagem; acompanhamento integral de saúde com profissional de Medicina de Família e Comunidade: saúde mental, acompanhamento de doenças crônicas, hormonização; solicitação de exames laboratoriais e de imagem, os quais são realizados nos laboratórios conveniados com a Prefeitura; apoio do serviço social do CIDI; encaminhamento ao Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais (CPATT) de Curitiba, quando necessário (para os que querem de entrar para fila de cirurgia e acesso aos medicamentos da hormonização gratuitamente)<sup>78</sup>.

O segundo foi escrito e pensado pelo Fórum LGBTI+, juntamente com a ALIA, e entregue nas mãos do prefeito para que ele revisasse e encaminhasse em forma de projeto de lei. Logo em seguida, em questão de semanas, o projeto já estava protocolado na Câmara de Vereadores da cidade. Pretendo discorrer melhor sobre esse episódio que foi singular na história da população LGBTI+ de Londrina. Todavia, faz-se necessário ressaltar que o Fórum LGBTI+ foi fundamental para esse processo, pois não se trata apenas da apresentação do projeto, como veremos adiante, mas também de gerenciamento de crise, controle de danos, esclarecer desinformações que tangenciaram o debate por parte da oposição e, sobretudo, se comportar de fato como um movimento social organizado.

Pensando nisso, é importante revermos onde a estrutura política do Fórum é gerida. Foi entre a pré e a conferência municipais LGBTI+ que a ideia de juntar um grupo de pessoas, sem nenhum aporte financeiro — a não ser a estrutura e tecnologias da ALIA, é claro —, a fim de tentar colocar em prática tudo o que foi discutido em dois eventos que aconteceram em conjunturas distintas, com temáticas diferenciadas, mas com foco em melhorar e atender à demanda de uma população que se mostrava emergente na cidade após a ONG Adé Fidan.

Na tentativa de institucionalizar a luta política LGBTI+ na cidade de Londrina, o Fórum foi a entidade que mais se aproximou desse feito. Mesmo sem recursos financeiros próprios, oriundos de entidades internacionais ou nacionais que propõem financiamento de projetos de cidadania, como vimos em relação à ALIA ou à Adé Fidan, o Fórum conseguiu se mobilizar e articular diálogos com o poder público, fomentar atividades de formação, bem como organizar movimentações políticas que

---

<sup>78</sup> Ver em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=111231>

visavam institucionalizar, de forma permanente, as políticas LGBTI+. Acredito que a falta de articulação interna tenha prejudicado a continuidade das ações de fortalecimento. Mesmo desmobilizado, o Fórum continua atuando de forma simbólica em todos os espaços em que são pautadas as políticas dessa população. E essa articulação política e central desse grupo fica mais evidente quando olhamos para a mais recente tentativa de corporificar a pauta LGBTI+ dentro das dinâmicas do Estado, através da criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+.

#### 4.2.5 O Caminho Para Uma Cidadania Plena

As conferências municipais, livres, estaduais e nacional de políticas públicas têm por objetivo central a participação civil, que guia as demandas da população. As primeiras conferências nacionais que aconteceram no país foram a de Educação e Saúde, ambas em 1941. Para Roni, *“esse é o melhor caminho para se conquistar políticas públicas e ser ouvido pelo poder público”*. É nesse lugar que a população, qualquer que seja o segmento, pode se sentir representada, mesmo que seja apenas cinquenta por cento daqueles que são eleitos como delegados/as. E a representação, aqui, é a palavra-chave, pois é através e sobre ela que as políticas são discutidas e pavimentadas (Faria; Silva; Lins, 2012; Müller Neto; Artmann, 2014; Pogrebinski; Santos, 2011).

Mesmo que a maioria das propostas aprovadas nessas conferências não seja regulamentadas pelo poder executivo ou legislativo, é importante salientar que a participação social não apenas ajudou a estruturar essas demandas, que podem ser cobradas posteriormente através de outros canais, como também a construir um diálogo e a negociar com o poder público a sua inserção em espaços institucionalizados de poder (Mello *et al.*, 2012). E é assim que a conferência LGBTI+ nasce no país.

O Brasil foi o primeiro país no mundo a produzir uma conferência de políticas públicas pensada para a população LGBTI+. Contudo, essa demanda necessitou ser negociada em outras instâncias para que pudesse ser realizada. Antes de 2008, data da 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, a população LGBTI+ se inseria em outras conferências como Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social, para que suas demandas pudessem ser ouvidas.

Em Londrina, a negociação para tentar realizar uma conferência de acordo com a convocação federal esbarrou no tempo, pois, quando os membros da ALIA souberam do chamamento, já era tarde demais para fazer as movimentações necessárias e imprescindíveis para a realização de um evento desse porte. Contudo, sem esmorecer, a ONG, juntamente com outros ativistas de partidos políticos e de coletivos populares, como a União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES) e a Central de Movimentos Populares de Londrina (CMP), entraram em contato com o prefeito Barbosa Neto (PDT), que acatou o pedido de realizar uma pré-conferência para discutir exclusivamente as demandas locais da população LGBTI+. Com a temática “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros”, o evento aconteceu dia 10 de maio de 2008, nas dependências da Câmara Municipal de Londrina. Estiveram presentes 79 pessoas: 39 do gênero feminino (1 bissexual, 6 lésbicas, 32 heterossexuais, 1 mulher trans); 1 travesti; 40 do gênero masculino (1 bissexual, 22 gays, 14 heterossexuais, 1 homem trans); e 2 que não responderam.

Por não ser necessariamente vinculada à Conferência Nacional, a comissão organizadora optou por acrescentar outros textos na discussão dos eixos, que fazem sentido com a realidade da cidade, como a lei Nº 8.812/2002; e com a internacionalização das demandas, como Os Princípios de Yogyakarta. Os eixos versavam sobre: (1) saúde e a população GLBT; (2) educação e a população GLBT; (3) segurança pública e justiça para GLBT e (4) trabalho e emprego para a população GLBT. Cada eixo possuía um texto-base que foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Pensando de forma interministerial, o texto-base trazia discussões pertinentes dentro de cada campo, o que possibilitava aos participantes vislumbrarem suas realidades através dos textos e formular propostas e moções, de apoio ou repúdio, para serem aprovadas na plenária final.

Entre as propostas que foram apresentadas para aprovação na Pré-Conferência, se destacam:

1. Que o Poder Público executivo e legislativo crie uma lei municipal que transversalize as temáticas GLBT nas políticas públicas: da saúde, assistência social, educação, e nos serviços de proteção especial voltados aos ciclos de desenvolvimento da vida: adolescentes, jovens, adultos e idosos, promovendo uma sociedade livre e diversa na cidade de Londrina.
2. Que o Ministério Público do Trabalho de Londrina incida junto ao setor público e ao setor empresarial privado, no ambiente do trabalho e emprego,

inserindo as questões de inclusão social e de oportunidades equiparadas para a população GLBT.

3. Que o Poder Público Municipal e a sociedade civil organizem e formalizem um Conselho Municipal de Políticas Públicas à população GLBT para reflexão e a elaboração de propostas das políticas municipal e a implementação do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

4. Propomos que os Conselhos Consultivos e Deliberativos de Políticas Públicas constituídos no município de Londrina, ampliem em suas cadeiras representativas, respeitando a paridade, à representação do segmento GLBT, tendo, por exemplo: o Conselho Nacional de Saúde, que em 2006 ampliou o quadro de conselheiros que o compõe, abrindo cadeira representativa para o segmento GLBT. (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS et al., 2008).

Além das propostas, foram apresentados também, moções de apoio sobre algumas atividades em prol da população LGBTI+, como leis em tramitação no Congresso Nacional, a saber: PLC 122/2006 – criminalização das práticas homofóbicas; PL 1151/1995 – reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo; PLC 72/2007 – direito à alteração do prenome para pessoas trans e travestis; PEC 66/2003 – inclusão da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal; PL 2383/ 2003 – proibir que planos e seguros privados de assistência à saúde discriminem parceiros homossexuais; PL 674/2007 – que regulamenta o artigo 226 da CF para a união estável e direito ao divórcio; PL 508/2007 – alteração no Código Civil, no que diz respeito a igualdade de direitos sucessórios entre cônjuges e companheiros de união estável; e emenda ao PL 1756/2003 – direito a adoção por casais homoafetivos.

Não obstante, foi apoiada a criação de um Centro de Referência de Direitos Humanos em Londrina que atenda as especificidades da população LGBTI+. Houve a aprovação, por parte dos deputados estaduais, do projeto de lei que dispõe sobre a criminalização da discriminação por orientação sexual no território do estado do Paraná, a inserção e realização da I Conferência Municipal GLBT de Londrina no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) da cidade, e por fim, a realização de seminários temáticos com as políticas setoriais do município (secretarias da saúde, educação, assistência social e da mulher), contando com a participação da população LGBTI+ londrinense, com o objetivo de lhe dar visibilidade e problematizar suas vulnerabilidades a fim de encontrar, no poder público, formas institucionais de solução.

Esse último ponto é particularmente interessante, pois revela um horizonte até

agora não explorado nos momentos de militância política, embora fosse um desejo cultivado e existente na ALIA, que é a inserção transversal da população LGBTI+ nas políticas institucionais estabelecidas (Mello; Avelar; Maroja, 2012; Pereira, 2016). Ao passo que existem discussões que apontam que essa população busca privilégios, outras, no entanto, mostram que esses sujeitos buscam apenas operacionalizar suas demandas de forma transversal dentro das próprias políticas existentes na sociedade. Os projetos de lei que foram apresentados acima, por exemplo, buscam ampliar direitos já constituídos ou propõem uma nova interpretação do texto existente. Não há criação substantiva de direitos, logo não há privilégios.

Outro ponto importante, para a história da população LGBTI+ londrinense, é que essa Pré-Conferência foi produzida, realizada e organizada totalmente pela sociedade civil. Geralmente, a comissão organizadora das conferências de políticas públicas conta com uma paridade entre sociedade civil e poder público, algo regulamentado no decreto de convocação. Todavia, esse evento, que ocorreu de forma singular, não teve o apoio do poder público como deveria, o que demonstra um amadurecimento dos momentos de militância política na cidade a ponto de conquistarem esse espaço e garantir, mesmo que minimamente, que as demandas dessa população dissidente fossem escutadas.

Em 2015, diante de uma conjuntura instável no país, os trâmites para a realização da conferência em Londrina foram seguidos e publicados no Jornal Oficial do Município. Estava marcada a 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Londrina. Agendado para 24 de outubro daquele ano, o evento contou com apoio integral da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e foi convocado via Decreto Municipal N° 1.214/2015, preenchendo os requisitos para que fizesse parte da etapa municipal no cronograma estabelecido pelo decreto federal que dispunha sobre a 3ª Conferência Nacional LGBT.

Com a temática “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais” e o objetivo principal de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e promoção dos Direitos Humanos e cidadania de pessoas LGBTI+ nos três âmbitos da esfera pública, a organização da sociedade civil foi composta pelo Sindicato dos Bancários de Londrina e Região; Espaço Londrinense da Diversidade LGBT; Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS (ALIA); Coletivo ElityTrans; Coletivo

Fruta Cor; e Coletivo Quizomba (UNE).

Diferente da edição de 2008, esse evento teve, não apenas o reconhecimento apenas da gestão municipal, como também da mídia local<sup>79</sup> e isso é importante, pois foi a primeira vez, depois do fim da ONG Adé Fidan, que a população LGBTI+ apareceu na mídia de forma positiva.

O público que esteve presente também se intensificou, e uma parte disso aconteceu pelo fato da UEL, através do Coletivo Fruta Cor e do Serviço de Bem Estar à Comunidade (SEBEC), organizarem e apoiarem institucionalmente a realização do evento de forma integral, fazendo com que a comunidade acadêmica tivesse conhecimento da conferência para além do círculo social da militância londrinense. Nessa edição participaram 147 pessoas, sendo 127 da sociedade civil e 20 do poder público.

**Tabela 1** - Representação presente na Conferência

	Tipo de Representação	
	Sociedade Civil	Poder Público
Bissexual	24	0
Gay	36	3
Lésbica	26	2
LGBT Negro Indígena	11	1
Trans feminina	3	0
Trans masculino	3	1
Representante de Instituição	19	13
Não indicou representação	5	0
Total	127	20
<b>Total Geral</b>		<b>147</b>

*Fonte:* (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS *et al.*, 2015, p. 4)

Com essa diversidade de público, mesmo que a maioria não frequente o evento na condição de delegado/a, o regimento interno aprovado garantia a todos os/as participantes o direito à voz, como é de praxe em conferências de políticas públicas.

A discussão foi feita em cima de quatro eixos: (1) Políticas Transversais, Participação Social e Sistema Nacional LGBT; (2) Educação, Cultura e Comunicação/Mídia em Direitos Humanos; (3) Segurança Pública e Justiça; e (4) Marcos Jurídicos e Legais para o Enfrentamento à Violência, que contavam com texto-

<sup>79</sup> (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS *et al.*, 2015, p. 5)

base e um relatório pré-estabelecido de até 12 propostas, em que os participantes designavam qual âmbito (municipal, estadual e/ou federal) seria responsável por aquela ação. Era possível, também, incluir outras propostas, todavia, o tempo para a realização dos grupos de discussão ficou prejudicado devido ao cronograma aprovado no início dos trabalhos.

Tal como em 2008, houve moções aprovadas, tanto de apoio (ao projeto de lei municipal que institui o “Dia Municipal de luta contra a homofobia”; à PL 470/2013 do Senado, que trata do “Estatuto das Famílias”; e ao PL 5002/2013, também conhecido como Lei João W. Neri); quanto de repúdio (contra a retirada da temática de gênero e raça dos Planos de Educação; contra o PL 12 n. 6.583/2013, que versa sobre o “Estatuto da Família”; e contra a PEC 171/1993, que estabelece a redução da maioria penal no Brasil).

Como já dito anteriormente, 2015 foi o ano em que se inicia o debate sobre a “ideologia de gênero” nas escolas e o avanço em todos os âmbitos da federação do projeto “Escola sem partido” (Luna, 2017; Miguel, 2016). Contudo, na conferência também foi lembrado e discutido o “Estatuto das Famílias”, que dispõe sobre o reconhecimento pleno das famílias constituídas pela população LGBTI+ como dignas de direitos e deveres, conforme a Constituição Federal, em oposição ao “Estatuto da Família” (PL 2.285/2007 e 6.583/2013) que visam considerar família apenas aquela constituída por um homem, uma mulher e filhos/as.

É sabido, historicamente, que a população LGBTI+ luta pelo direito à família, não apenas para se encaixar dentro de uma norma sistêmica de aceitação social, mas para garantir direitos básicos, seja ao parceiro/a, seja aos filhos/as dessa união (Natividade, 2020). Então, esse assunto, em especial, assim como a adoção, o direito à herança, o direito à inclusão do parceiro/a como dependente nos planos de saúde e o seguro proteção, configura demandas que permeiam a história dessa população desde antes da ebulição da epidemia de HIV-AIDS (que reforçou a importância dessas realizações). Embora essa prática tenha consistido numa ideia de assimilação social e tenha causado discussão entre os membros de grupos pioneiros no Brasil, como o SOMOS (Trevisan, 2018); em cidades do interior, como Londrina, houve um outro dimensionamento dessa questão uma vez que começamos a discutir identidade, direito e cidadania a partir da ebulição da epidemia de HIV, como podemos ver na seção que versa sobre a ALIA.

Portanto, esse assunto sobre família, embora faça parte de uma política de

assimilação (Louro, 2001) que visa adequar a existência LGBTI+ a partir de parâmetros heteronormativos, não diminui o impacto que essa questão teve frente ao desenvolvimento das pautas e debates a cerca dessa população.

A Conferência de 2015 teve um impacto positivo frente aos agenciamentos que aconteceriam em anos seguintes, ao criar um espaço para cravar a bandeira e descobrir as possibilidades que poderiam ser alcançadas dentro da esfera pública. As cobranças que aconteceram pós-evento ficaram a cargo da ALIA, que oficiou a prefeitura na tentativa de conseguir, ao menos, um diálogo. Na gestão Kireff, que estava terminando em 2016, nenhuma resposta às reivindicações fora dada, o que fez com que tudo o que foi discutido fosse engavetado, esperando um próximo gestor que se colocasse à disposição de ouvir as demandas desse grupo social.

Como vimos, um ponto comum entre os dois eventos é a solicitação da criação de um conselho municipal, via projeto de lei, para que a população LGBTI+ pudesse, não apenas discutir suas próprias demandas de forma institucional com a segurança de que seriam ouvidas, mas que fosse devidamente consultada sempre que um projeto de lei ou tomada de decisão fosse afetar diretamente a vivência dessas pessoas. Na ausência de um movimento social organizado e popular, um conselho municipal seria a forma ideal de estar dentro da institucionalidade e, ainda, organizar necessidades transversalizadas com outros setores da máquina pública.

Esses eventos, anteriormente detalhados, buscaram mostrar como a institucionalização da política LGBTI+, na cidade de Londrina, sempre se construiu através dos pilares da participação social. Embora as Conferências possuam, em suas organizações, um caráter discursivo e decisório, é possível notar algo mais do que isso. É interessante observar uma evolução considerável de 2008 a 2015, com discussões mais amadurecidas, bem como o aumento na participação popular. Atualmente, a população LGBTI+ se prepara para a 2ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que irá acontecer em 2024. Todo o processo, estabelecido pela ALIA e demais entidades e grupos de ativistas, culminou nessa possibilidade que hoje é feita de forma mais segura para discussão das pautas pertinentes a essa população.

#### 4.2.6 “Mesmo Na Derrota, Pautamos A Cidade”

Os conselhos municipais são ferramentas de debate e construção que viabilizam a participação popular nas tomadas de decisões do município (Martins *et al.*, 2008). Responsáveis por elaborar planos, revisar políticas públicas, auxiliar na criação de leis, realizar pesquisas e produzir dados sobre um determinado grupo social, essas instituições fazem com que os grupos que representam tenham as suas questões sendo pautadas dentro da esfera pública, podendo garantir que sejam assistidas de alguma forma (Santos *et al.*, 2013). Dentro dessa seara, o poder é compartilhado entre sociedade civil e poder público a fim de que todos possam participar da construção, negociação, decisão e consulta daquilo que for pertinente ao grupo representado (Carvalho; Teixeira, 2000; Ramos *et al.*, 2012).

Em relação à população LGBTI+, a reivindicação de participação social através de conselhos municipais de políticas públicas surge como demanda após a década de 1990 (Trevisan, 2018; Vicenzi, 2021), com a necessidade de interação com o poder público e as instâncias institucionais, a fim de garantir cidadania e diálogo. Todavia, os conselhos só começaram a ser implantados depois dos anos 2000, mediante uma agenda extensiva de reivindicação por parte desse grupo.

No Paraná, essa luta se arrastou por mais tempo, sendo apenas em 2016, que o estado teve o primeiro conselho municipal LGBT empossado na cidade de Ponta Grossa<sup>80</sup>. Na capital, Curitiba, a aprovação só veio a acontecer no ano de 2023. É importante ressaltar que desde 2013, o estado conta com um Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná, que prevê a criação e fomento de políticas de participação popular entre seus objetivos (Paraná, 2013).

O conselho de políticas públicas nasce, não só como demanda de conferências, mas dentro das próprias, uma vez que as eleições acontecem nesses eventos. Isso só mostra o quanto é caro à população LGBTI+ esse espaço de debates e disputas, a fim de conseguir ainda mais espaço dentro da institucionalidade dos governos. Até o momento, o estado do Paraná conta com 2 conselhos e 1 comitê (Foz do Iguaçu) estabelecido. Cascavel é a única cidade, atualmente, que discute através de audiência pública a criação dessa política.

---

<sup>80</sup> Ver em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/31449>.

Como vimos anteriormente, em Londrina, a demanda pela criação de um conselho municipal surge na Pré-Conferência de 2008 e é reforçada na Conferência de 2015. Todavia, com a inanição da gestão municipal à época dos eventos, essa demanda só foi atendida no ano de 2021, após diversas conversas entre a prefeitura, o Fórum LGBTI+ de Londrina e Região e a ALIA. Depois de o prefeito solicitar um esboço do projeto de lei, os ativistas LGBTI+ das duas entidades se reuniram a fim de formalizar esse documento e entregá-lo o quanto antes, visto que havia chegado o momento que estava sendo discutido por anos dentro das reuniões. Em abril daquele ano, Belinati protocola na Câmara Municipal dos Vereadores o projeto de lei N° 76/2021 que propunha a criação do Conselho, de acordo com as informações apresentadas e negociadas entre poder público e entidades da militância política.

Após alguns vereadores terem acesso ao conteúdo do projeto, inicia-se em Londrina uma saga constante, até o dia da votação, contra uma política pública que se propõe consultiva, voluntária e de direito do grupo requerente. Essa escalada foi prontamente acompanhada pelos veículos de informação da cidade, que, por dias, chamavam os dois lados para dissertar sobre a necessidade ou não desse conselho.

De um lado, vemos argumentos que atravessam a história de população LGBTI+ da cidade, através dos debates nas conferências, das negociações com o poder público, das inserções em outras instituições públicas. Vemos apontamentos que mostram a importância de se ter um espaço que pense políticas públicas para esse grupo, da mesma forma que existem conselhos que pensam as políticas para idosos, mulheres, pessoas com deficiência, juventude, igualdade racial, entre outros, compondo um quadro de 29 entidades consultivas. De outro, vemos uma tentativa de emplacar a narrativa de que o conselho seria deliberativo, ou seja, com poder de decisão, e que seus membros receberiam uma espécie de salário da prefeitura, o que configura uma desinformação que poderia ser checada na primeira página do projeto de lei. Ou seja, estavam associando a implementação do conselho a uma forma de doutrinar as políticas municipais.

O debate iniciou-se em outro patamar, tendo em vista que, enquanto os ativistas estavam correndo a cidade em busca de apoio, a oposição, em suas redes sociais, disseminava inverdades sobre o conselho, convocando seu público para estar na CML no dia da votação para pressionar os vereadores/as que se mostravam indecisos. O esforço dos ativistas também se espalhava dentro da Câmara, onde foram conversar com todos os parlamentares a fim de explicar a importância do

conselho e de tentar conseguir apoio nesse projeto. No dia 9 de setembro, o projeto foi tirado de pauta pelo representante do prefeito na CML a pedido dele. No mesmo dia, manifestantes de grupos ligados à Igreja Batista e a movimentos conservadores<sup>81</sup>, alimentados pelos vereadores da extrema-direita, estiveram no local, para requererem uma audiência com o prefeito e tentar barrar o projeto a todo custo. 50 pessoas estiveram no local segurando faixas que reproduziam a desinformação espalhada pelas redes sociais de que o conselho era deliberativo e seria financiado pelo município.

No começo de setembro, a população LGBTI+ de Maringá também teve seu projeto de criação do conselho rejeitado pela Câmara Municipal<sup>82</sup>. O diálogo entre os ativistas das duas cidades era constante, pois a mesma estratégia usada pela oposição de lá, parecia ser a daqui, com diferença apenas para a forma como a militância política de cada cidade decidiu reagir.

Durante o processo de tramitação do projeto, diversos órgãos e entidades foram consultados, dentre eles conselhos de pastores, igrejas evangélicas, mitra arquidiocesana entre outros, com o intuito de tentar embasar algo que não tinha embasamento. Em contrapartida, os membros do Fórum LGBTI+ escreveram uma carta de apoio à criação do conselho<sup>83</sup>, que teve adesão de mais de 200 entidades, órgãos e pessoas físicas, dentre elas ex-prefeitos da cidade, professores universitários, políticos de diversos espectros, deputados, torcida organizada do Londrina Esporte Clube, associações, bares e boates LGBTI+, entidades religiosas, grupos LGBTI+ de outras cidades etc.. Um documento que pedia “Verdade, Ciência, Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito” reforçava a importância e a urgência da implementação dessa política.

No dia 23 de setembro, um dia após a divulgação da carta de apoio, a CML coloca em votação o PL N° 76/2021. Sabendo que essa matéria entraria em pauta, ativistas LGBTI+ convocam todos a irem à Câmara para tentar pressionar os vereadores que estavam indecisos. Esse chamamento público se deu de várias formas, como por meio das redes sociais, da mídia local e do “boca a boca”. Nesse momento, vivenciamos um importante momento na história LGBTI+ na cidade, com a

---

<sup>81</sup> Ver em: <https://cbnlondrina.com.br/materias/apos-protesto-e-divulgacao-de-fake-news-camara-retira-de-pauta-projeto-que-preve-a-criacao-do-conselho-municipal-dos-direitos-lgbt-em-londrina>

<sup>82</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/09/02/camara-de-maringa-rejeita-projeto-de-lei-que-previa-criacao-de-conselho-dos-direitos-lgbti.ghtml>

<sup>83</sup> Ver em: <https://redelume.com.br/2021/09/22/mais-de-200-entidades-apoiam-conselho/>

união de diversos segmentos em prol da causa. Vimos boates rivais se juntarem e compartilharem o mesmo conteúdo, vimos quem nunca esteve engajado ajudando na divulgação e participando no dia da votação. No que se refere à oposição, manifestantes evangélicos e conservadores também estavam mobilizados como da vez anterior, com mais faixas e mais gritos. Findada a votação com 12 votos contrários, a proposta foi rejeitada<sup>84</sup>. O “lado cinza” comemorou com os joelhos dobrados ao chão, com gritos de “glória” e “graças a Deus”. O “lado colorido”, por sua vez, lamentou a derrota, contudo já previa o resultado. A vitória veio de outra forma.

Alguns interlocutores disseram que, embora a derrota tenha sido sofrida, ela já era prevista tendo em vista a composição da CML de Londrina. A maioria dos parlamentares são de direita/ extrema-direita, além disso, o período que os articuladores tiveram para dialogar e negociar foi muito curto. Já os ativistas<sup>85</sup> que estiveram à frente de todo o processo, falam que o movimento LGBTI+ de Londrina sai fortalecido e pronto para articular outras demandas pendentes das conferências.

Para *Everton*, o movimento esfriou depois da derrota na Câmara. *“Tinha tudo para engajar numa organização social para reivindicar outros espaços, aproveitar a união de diversas frentes, como as boates, mas tudo se foi. Não teve organização no pós-votação”*, avalia. Esse apontamento também foi reiterado na fala de outros interlocutores, principalmente daqueles que tiveram ou que buscaram formas de entender o que estava acontecendo naquele momento para poder ajudar. Finda-se mais um momento da militância política LGBTI+ de Londrina.

\*\*\*

Como pudemos ver, durante todo capítulo, houve diversas manifestações, “ondas”, “momentos” de articulação em prol da luta pelos direitos da população LGBTI+ na cidade. Contudo, não se pode afirmar que há um movimento social organizado, embora esses momentos, mesmo que de forma desordenada e não linear, tenham como norte a organização social de outros movimentos sociais LGBTI+ como a ABGLT (Lima, 2018; Pereira, 2020), de São Paulo, ou o Grupo Dignidade e a Aliança Nacional LGBTI+ (Silva, 2021; Silva; Castro; Siqueira, 2021), de Curitiba.

A singularidade que parece expressa é de que (1) a ALIA foi fundamental para

---

<sup>84</sup> Ainda 5 vereadores votaram a favor e 2 estiveram ausentes. Ver em: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/noticiadetalha.xhtml?origem=0&idnoticia=2600#:~:text=Os%20vereadores%20de%20Londrina%20rejeitaram,aus%C3%A2ncias%2C%20o%20PL%20foi%20rejeitado.>

<sup>85</sup> Ver em: <https://redelume.com.br/2021/09/23/mesmo-com-rejeicao-ao-conselho-militantes-veem-movimento-lgbt-fortalecido/>

o entendimento da subjetividade LGBTI+ que permanece até hoje no ativismo londrinense; (2) o que foi dito por Paulo e Roni em relação à necessidade de fomento para instrumentalização e, depois, partir para o diálogo, se apresentou como meia-verdade, pois, no último momento — sobre o conselho municipal — não houve a necessidade de recursos financeiros para que a organização acontecesse, o que leva a pensar que, por vezes, a falta de organização no passado tenha acontecido pelo fato de colocar os recursos financeiros num patamar de indispensabilidade desnecessário.

Comecei o capítulo falando sobre a força aglutinadora da Parada Cultural LGBTI+ de Londrina, que agrega, em seu aporte festivo, o encontro entre segmentos políticos, sejam institucionalizados ou não, em prol da população LGBTI+ da cidade. Depois de passarmos por todo esse histórico, em 2024, movimentações político-ideológicas por parte do legislativo municipal tentam sufocar a Parada por ser um espaço potente que tem a capacidade de congrega todas essas diferenças.

A investida contra a Parada e a população LGBTI+ da cidade acontece desde 2020, quando a atual legislatura foi diplomada. De lá para cá, a tentativa de sucatear os direitos garantidos e criminalizar o ativismo e o movimento de rua vem sendo gradualmente exposta através dos projetos de leis apresentados na CML. Entre eles, temos o PL nº 109/2024, que dispõe sobre a proibição do uso de linguagem inclusiva nas escolas municipais e nas bancas examinadoras dos concursos da cidade; o PL nº 79/2024, que proíbe a utilização de livros com conteúdo erótico (entende-se por “conteúdo erótico” qualquer livro que supostamente “tente induzir conteúdo sexual adulto a crianças a fim de distorcer a percepção delas sobre sexualidade”); o PL nº 56/2024, que veda a liberação de verbas públicas para eventos carnavalescos, passeatas, marchas e espetáculos. Há, ainda, represálias que já passaram por sanção do prefeito ou promulgação do presidente da Câmara, como a Lei nº 13.653/2023, que dispõe sobre a proibição de qualquer publicização, por meio de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que faça alusão a gênero ou orientação sexual; a Lei nº 13.770/2024, que proíbe a participação de atletas trans em esportes de acordo com o gênero identificado; e, por fim, a Lei nº 13.816/2024, que proíbe a participação de crianças e adolescentes na Parada Cultural LGBTI+ de Londrina, mesmo com a presença dos pais.

Esse imbróglio, que parte de agendas anti-LGBTI+ e de um populismo conservador no país inteiro (Alvares, 2022; Aragusuku *et al.*, 2019), tem se mostrado

promissor na cidade através de um elemento singular: a proponente dos projetos de lei supracitados é uma vereadora lésbica de direita. A necessidade de articulação desenhada desde o início, juntamente com o desejo de institucionalização da política LGBTI+, faz com que figuras públicas tentem investir de forma massiva no desmonte dessas atividades que tendem a aglomerar e fortalecer vínculos de grupos socialmente marginalizados.

Com a 2ª Conferência Municipal sendo pautada, juntamente com a Parada Cultural LGBTI+, esperamos que novos ares de luta e resistência pairam sobre o município e sobre a população LGBTI+, a fim de que consigamos conquistar outros espaços representativos, como a Câmara dos Vereadores, e dar prosseguimento ao projeto de institucionalização de nossas lutas e fortalecimentos dos vínculos, como acontece anualmente na Parada da cidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS

Nessas considerações (nada) finais, procurarei lembrar alguns pontos importantes da presente pesquisa, que foram apresentados no decorrer dos capítulos, e tencioná-los na busca por respostas que poderão vir, em outros momentos, através de outras perspectivas. O trabalho apresentado até aqui não poderia findar-se num amontoado de reflexões frias sobre o tema apresentado, sem questionar se realmente há um final a se considerar.

De fato, ao olharmos as histórias da população LGBTI+ de Londrina retratadas através do olhar dos interlocutores, veremos que há muito a ser debatido. É preciso o desenvolvimento de maturação, escuta ativa e análise de outros pontos que ficaram de fora dessa equação. Seria necessário ouvir outras demandas, outros corpos e corpos, outros grupos dentro dessa população, traçar rotas sobre diferentes subcircuitos que compõe, direta ou indiretamente, o circuito LGBTI+ da cidade. Ponderar posicionamentos políticos que divergem dos aqui apresentados, na busca de compreender quem luta, por que luta e por quem luta. E, mesmo assim, poderíamos não atender a *todes* que precisam ser ouvidos e que vivenciam a cidade, tanto quanto os que aqui foram escalados.

Costurar realidades e olhares não é uma tarefa fácil. É um mundo de possibilidades que atravessa a realidade cotidiana das Ciências Sociais e demonstra a relevância de estudar determinado tema. O que se apresentou, nas páginas anteriores, mostra uma colcha de retalhos que objetivava diagramar uma realidade múltipla, repleta de facetas que desenham a subjetividade interiorana da população LGBTI+ de Londrina e, pretende, encontrar aportes e territórios característicos desse grupo social.

Dito isso, parto para as reflexões que me chamaram a atenção durante o processo de escrita e análise da dissertação. As considerações a seguir, assim como a presente pesquisa, não estão ou serão findados num ponto final, pois entendo que se trata de uma construção constante, que demanda tempo, revisão, profundidade e interesse pelo que se deseja pesquisar.

Durante as entrevistas, um eixo desenhado pelas interlocuções foi sobre uma coexistência entre militância política e espaços de consumo e entretenimento. Como é possível verificar no capítulo 3, muitas são as nuances que atravessam aqueles lugares, contudo não há como dizer que não existe um posicionamento político

expresso em cada ambiente. É importante dizer que o “político”, aqui, não se trata de uma questão exclusivamente partidária, mas, antes, de como as casas noturnas e espaços de sociabilidade, bem como as pessoas que os frequentam, gerenciam suas permissões e permanências. Temos, por um lado, uma boate que restringe a entrada a determinados grupos baseados em marcadores sociais da diferença, por outro, há uma casa noturna que não possui tal limitação, então, temos um nítido debate sobre a importância dos marcadores sociais da diferença — e, nesse caso, da exclusão (Bento, 2017) — em relação a quem pode ou não acessar determinados espaços.

Atualmente, não é possível enxergar uma politização “benéfica” dos espaços de sociabilidade como as boates. As festas alternativas, por outro lado, desempenham um papel importante que pode significar uma saída futura para esse imbróglio. Todavia, segundo os interlocutores, a Parada Cultural LGBTI+ de Londrina consegue unir esses “dois mundos”.

Ao rever as falas e apontamentos dos entrevistados sobre essa questão, me parece um pouco equivocada ponderar que, só porque há gritos de guerra ou falas políticas, que a Parada se torna mais politizada que outros ambientes. Acredito, assim, que nos falta aplicar filtro (ou retirar os excessos de filtro) sobre como enxergamos as potencialidades políticas que tangenciam a população LGBTI+ e sua forma de ser e estar em sociedade.

Outro ponto que foi corriqueiramente mencionado nas entrevistas é a utilização do termo “comunidade” para expressar uma noção de “condição de possuir algo em comum” (Williams, 2007, p. 103). Esse termo, que nas interlocuções aparece sempre acompanhado com “gay” ou “LGBT”, ou, ainda, quando posto sozinho, direciona o sentido da frase para essa intenção, aparenta querer apresentar uma ideia horizontal de unicidade e luta pelos mesmos objetivos, o que não condiz com a realidade colocada pelos próprios interlocutores, assim como pelo que foi tensionado anteriormente.

No capítulo 3, por exemplo, podemos verificar que não há, necessariamente, uma “comunidade”, quando olhamos para a relação dos públicos que frequentam as boates. Ao lembrar falas como *“na boate A só vai gente feia, e na boate B só vai gente bonita”*, presenciamos mais do que uma rivalidade pontual entre duas casas e/ou dois públicos distintos, mas, sim, uma relação de disputa que se mostra, neste caso, através do discurso sobre beleza, quem pode ou não ocupar determinados espaços, fomentando, assim, uma espécie de hierarquização social. E esse discurso

(re)produz opressões que se interseccionam com outras violências, constituindo sujeitos de direito dentro e fora da própria “comunidade”. E, se há constituição específica de sujeitos, ou seja, aquele que é e aquele que não é, então não dá para dizer que existe uma “comunidade” única que possui algo em comum.

Segundo Parker (2002), após o surgimento das redes de solidariedade relacionadas ao HIV/AIDS, na década de 1980, desenvolveu-se um conceito de “comunidade gay”. Esse conceito foi amplamente aceito como uma representação ideal, frequentemente associada à imagem de uma comunidade branca, masculina, de classe média e anglo-saxã, tanto no senso comum, quanto na maior parte da literatura de pesquisa.

Embora a análise do autor tenha sido feita entre 1982 e 1997, ainda hoje é possível ver o reflexo dessas construções idealizadas sob um guarda-chuva criado na tentativa de tornar isonômico todos aqueles que são dissidentes de gênero e sexualidade a partir do conceito de “comunidade”.

E esse conceito se apresenta ainda mais conflitante com a realidade, quando, nas falas dos interlocutores, aparecem apontamentos de que é mais fácil ser gay em Londrina do que ser mulher trans ou travesti. Como visto anteriormente, segundo Ferreira e Suguihiro (2024), do ano de 2008 a 2022, foram registrados 16 casos de violência contra LGBTI+, sendo 12 contra mulheres trans e travestis. Em relação às mortes, foram registrados 24 assassinatos, sendo 15 de mulheres trans e travestis, no mesmo período.

A desigualdade se intensifica quando vemos que, na Câmara de Vereadores do município, a maioria dos projetos que atentam contra a cidadania da população LGBTI+ estão voltados para as pessoas trans e travestis, como a proibição do uso do banheiro de acordo com o gênero e a proibição de pessoas trans em esportes de acordo com o gênero.

Por isso, durante a construção desta dissertação, não foi utilizado o termo “comunidade”, pelo fato de que, a meu ver, não há indícios de que exista tal “ideal weberiano”, segundo Parker (2002), de senso comum aplicado na realidade de Londrina, pelo contrário, a pluralidade de corpos, identidades e vivências comprova essa diferenciação. Contudo, isso não significa que não exista uma solidariedade que une essa população em determinados momentos. Existe, mas como demonstrado, essa união acontece de forma pontual e momentânea, sem quaisquer perspectivas de aprofundamento.

Outro ponto para se refletir nessas considerações é sobre a militância política na cidade e sua forma de atuação. Como vimos, desde o início, a ALIA esteve em todas as construções e movimentações políticas que envolvessem a população LGBTI+ na cidade, servindo como base, tanto para a instrumentalização de novos ativistas, quanto para dialogar com o poder público em busca de pautar as necessidades desse grupo social.

Ocorre que, com o passar do tempo, conforme podemos ver na cronologia traçada no capítulo 4, a militância política LGBTI+ se tornou, de certa forma, dependente da ALIA, seja por recursos, seja por *advocacy*. Alguns interlocutores apontam que o que falta para que exista um movimento social LGBTI+ na cidade são recursos financeiros e organização social, a mesma tese apresentada pelos membros da ALIA. Contudo, esse cenário de disponibilidade de recursos aliada à devida organização já foi experimentado anteriormente, dando origem ao Fórum LGBTI+ de Londrina e Região, que acabou se tornando dependente da ALIA para pautar o debate com o setor público e com a sociedade em geral.

No fim das contas, a ALIA foi responsável por movimentar a política LGBTI+ na cidade, propondo debates e aplicando recursos oriundos do Banco Mundial. E, diante deste cenário, com o fim da ONG, os ativistas ou aqueles que desejam conhecer as pautas LGBTI+ e lutar, a seu modo, por uma Londrina mais justa, não sabem por onde começar, pois não há recursos disponível e nem organização social.

Desta forma, enquanto a população LGBTI+ local possuir o pensamento de que “recursos financeiros são fundamentais, e sem eles não tem como começar”, o “movimento” LGBTI+ de Londrina continuará sendo sazonal, dependente e responsivo, não tendo força política e/ou social para mudar a realidade da cidade. Como visto no último capítulo, quando foi pautado o PL do Conselho LGBT, vimos o potencial de articulação social e política que essa população pode fazer, cuja materialização se deu quando mais de 200 pessoas e entidades assinaram a carta em apoio à aprovação do projeto. Diante disso, é possível vislumbrar um futuro em que haja um engajamento de todas as frentes ligadas a essa população, na cidade, em prol de uma Londrina menos desigual.

Nessa dissertação, existem outros pontos a serem flexionados e trabalhados. Da mesma forma, acredito que este trabalho atuou na direção de abrir uma porta para uma discussão maior, que dependerá de tempo e de análises mais profundas e significativas. Portanto, acredito que não sejam considerações finais, mas, sim,

“considerações iniciais”, pois, após o último ponto final, os debates aqui levantados, continuarão acontecendo, se modificando, se adaptando e evoluindo, enquanto a população LGBTI+ de Londrina continuará a fazer a cidade a seu modo, constituindo territórios e criando formas de pertencimento para além dos espaços de sociabilidade. E, enquanto (sobre)vivemos, continuaremos pautando, respirando, refletindo, amando, beijando e descobrindo as diversidades que essa população, em uma cidade interiorana, tem a oferecer, seja para a literatura, seja para as práticas de vida e vivência.

## REFERÊNCIAS

- ABOUID, Philippe Oliveira. **Política e imaginários no enfrentamento da LGBTifobia**: a abordagem do Canal das Bee sobre o “kit-gay” e a “ideologia de gênero” nas eleições presidenciais de 2018. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34985>. Acesso em: 11 maio 2024.
- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura).
- AGUIAR, João V. S.; PESTANA, San F. Performatividades do vestir. *In*: 8º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA, 2022, Evento Remoto. **Anais Colóquio de Moda**. Evento Remoto: Abepem, 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. [S. l.]: Pólen Editorial, 2019.
- ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel; VECCHIO, Victor Antonio Del. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. 113, p. 645–668, 2018.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. *In*: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinicius Nobre (org.). **Territórios Em Movimento: Cultura E Identidade Como Estratégia De Inserção Competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004.
- ALVARES, Diogo Gonçalves. **Populismo conservador e agendas anti-LGBT no Brasil e na Rússia: um estudo comparado**. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- AMARAL, Wagner Roberto do; CAMPOS, Margarida de Cássia; LIMA, Ângela Maria de Sousa (org.). **Democratização Da Educação Superior: Ações Afirmativas Na Universidade Estadual De Londrina**. Londrina: UEL, 2024.
- ANDREAN, Rosangela Aparecida de Souza Costa; SILVA, Claudia Neves da. Londrina terra de oportunidades: para quem?. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. e3261–e3261, 2019.
- ANDREWS, John *et al.* **O livro da história LGBTQIAPN+**. tradução: Ana Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo *et al.* Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s. l.], v. 2, n. 04, p. 05–33, 2019.

ARTIAGA, Larissa Silva e; BORGES, Rosana Maria Ribeiro. A imprensa LGBT brasileira sob a ótica da folkcomunicação: uma análise dos jornais Lampião da Esquina e Chana com Chana. *In: ANAIS DE ARTIGOS COMPLETOS DO XIII SEMINÁRIO NACIONAL DE MÍDIA E CULTURA*. Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2019. p. 610.

ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE INTERDISCIPLINAR DE AIDS *et al.* **Relatório Final - 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Londrina**. Londrina: ALIA, 2015.

ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE INTERDISCIPLINAR DE AIDS *et al.* **Relatório final: Pré-Conferência Municipal de Políticas Públicas para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros**. Londrina: [s. n.], 2008.

ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Relatório técnico narrativo: projeto “Ativismo e Cidadania”**. Londrina: ALIA, 2002. Mimeografado.

AYALA, Estefania Victoria. “También somos familias”: experiencias y demandas LGBT por el acceso a la gestación por sustitución en Argentina. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 29, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n4/e15192023/es/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BALDAN, Merilin; FREITAS, Nivaldo Alexandre de. DOSSIÊ ESCOLA SEM PARTIDO E FORMAÇÃO HUMANA. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/571>. Acesso em: 11 maio 2024.

BEIDACK, Andréa Rodrigues Dos Santos; FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. **Boletim de Geografia**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 147–163, 2012.

BELARMINO, Victor Hugo; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. Cidade, sociabilidade gay e afeminação: uma experiência interseccional. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 100–120, 2022.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/11398>. Acesso em: 22 maio 2024.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2015.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em público. *In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (org.)*. **Sexualidades transgressoras: Una antología de estudios queer**. 1. ed. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

BRAGANÇA, Lucas. Fragmentos da babadeira história drag brasileira. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35812>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRINT, Steven. Gemeinschaft Revisited: A Critique and Reconstruction of the Community Concept. **Sociological Theory**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–23, 2001.

BRUCE, Katherine McFarland. **Pride Parades: How a Parade Changed the World**. New York: NYU Press, 2016.

BUENO, Victória Jandira; FRAGA, Nilson Cesar. Formação socioespacial e concentração fundiária na Região Imediata de Londrina (RIL): terra do café, da soja e de pouca comida plantada. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 1–17, 2022.

CÂMARA, Cristina. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, [s. l.], v. 5, p. 373–396, 2015.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. **Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo**. [S. l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395192>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CAMILO, Gabriel Henrique. No centro da arte e do debate de temas contemporâneos: uma nova (des)ordem artística em O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu. **Dramaturgia em foco**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 116–132, 2022.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia**. 2008. 190 f. Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10590>. Acesso em: 8 maio 2024.

CARDOSO FILHO, Carlos Antonio. A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 28, p. 242–251, 2016.

CARTER, David. **Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution**. 1. ed. New York: Griffin, 2010.

CARVALHO, Henrique Rabello de. Corpos dissidentes e o direito à cidade no Rio de Janeiro: da repressão às Paradas do Orgulho LGBTI+. **Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito**, [s. l.], n. 8, p. 328–3446, 2021.

CARVALHO, Flora Villas. Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall inn e o Ferro's bar como lugares de memória LGBTQIA+. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 219–248, 2023.

CARVALHO, Maria do Carmo A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C. Conselhos gestores de políticas públicas. [s. l.], 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/jspui/handle/11465/1503>. Acesso em: 14 maio 2024.

CASADO, Laís Campos. **Pânico moral e seus profetas: a moralização do projeto “Escola Sem Homofobia” nas eleições presidenciais de 2018**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43329>. Acesso em: 11 maio 2024.

CASSIANO, Roberta Ribeiro. Quando o silêncio não protege: vestígios para uma genealogia do movimento/pensamento sapatão. *In*: EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO LGBTQIA+. 1. ed. Divinópolis - MG: Meus Ritmos Editora, 2023. p. 128.

CATELAN, Carlos; KLEIN, Eloisa. ‘Travesti’, uma investigação: A inserção do termo pelo jornalismo brasileiro. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2020, Salvador. **43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador: Intercom e UFBA, 2020. p. 1–12. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2153-1.pdf>.

CHAMBERS, Samuel A. Revisiting the closet: Reading sexuality in six feet under. *In*: READING SIX FEET UNDER. 1. ed. London-New York: I. B. Tauris, 2005. p. 174–190.

CHAMBERS, Samuel A. Telepistemology of the Closet; or, The Queer Politics of Six Feet Under. **The Journal of American Culture**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 24–41, 2003.

CHECA, Maria Eduarda Parizan; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho. O silêncio como discurso: o projeto de lei “escola sem partido” e a invisibilidade da juventude LGBT na lógica da mordação. **Revista Nanduty**, [s. l.], v. 6, n. 8, p. 91–113, 2018.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 27–44, 2012.

CIMBALUK, Lucas. **A criação da aldeia Água Branca na terra indígena Kaingang apucarantina: “política interna”, moralidade e cultura**. 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COLASANTE, Tatiana. Memória invisível: a identidade territorial dos “esquecidos” em Londrina. *In*: I SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL E XXXIV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2018, Londrina. **Anais do I SINAGGET e XXXIV SEMAGEO**. Londrina: UEL, 2018. p. 1157–1174.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT. **Relatório final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: CNCD/LGBT, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, p. 171–188, 2002.

CUNHA, Fábio César Alves da. **A metrópole de papel: a representação “Londrina metrópole” na institucionalização da região metropolitana de Londrina**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/05/05\\_FABRICIO\\_PEDROSO\\_BUAB.pdf](https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_FABRICIO_PEDROSO_BUAB.pdf). Acesso em: 19 maio 2024.

DESSUNTI, Elma Mathias *et al.* Convivendo com a diversidade sexual: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 3, n. 61, p. 385–389, 2008.

DUGGAN, Lisa. **The Twilight of Equality?: Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy**. Boston: Beacon Press, 2004.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, [s. l.], 2003. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2510>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas, Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. **Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10<sup>a</sup>. Parada do Orgulho GLBT de São Paulo - 2006**. São Paulo: APOGLBT, 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/2483316/Sexualidade\\_cidadania\\_e\\_homofobia\\_pesquisa\\_10a\\_Parada\\_do\\_Orgulho\\_GLBT\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo\\_2006](https://www.academia.edu/2483316/Sexualidade_cidadania_e_homofobia_pesquisa_10a_Parada_do_Orgulho_GLBT_de_S%C3%A3o_Paulo_2006). Acesso em: 16 maio 2024.

FARIA, Cláudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p. 249–284, 2012.

FEITOSA, Cleyton; SILVA, Elder Luan Dos Santos; ZACARIAS, Vinícius Santos Da Silva. Reflexões críticas da mesa "Ser “gay” de interior”: vivências, existências e resistências político-afetivas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 310, 2020.

FERNANDES, Frederico Garcia. Experimentalismo, voz e coletivos poéticos: um estudo da cena cultural londrinense na contemporaneidade. **Literatura: teoria, história, crítica**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 421–447, 2020.

FERNANDES, Luís; BARBOSA, Raquel. A construção social dos corpos periféricos. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 25, p. 70–82, 2016.

FERREIRA, Leonardo; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. Territórios LGBTIAP+ de Medo, Morte e Resistência em Londrina. **Revista NERA**, [s. l.], v. 27, p. 1–22, 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo Lugares, Consumindo nos Lugares. Homossexualidade, Consumo e Subjetividades na Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

FRESCA, Tânia Maria. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **GEOGRAFIA (Londrina)**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 143–166, 2007.

GALDINO, Claudio Francisco. **A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos; CEZAR, Pedro Henrique. Memória pioneira versus memória indígena: persistências e contradições no norte do Paraná. *In*: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, O XXXV ENCUESTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL E A XX SEMANA DE HISTÓRIA, 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2015. p. 2851–2861.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo Da; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 87–94, 2009.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GUEDES, Claudiane Aparecida. **Só os kit chave: um estudo sobre moda e estética funk das quebradas paulistanas**. 2022. 93 f. Monografia (Bacharel em História da Arte) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

GUSMÃO, Roney. **Memória, corpo e cidade: voguing como resistência pós-moderna**. [S. l.]: Editora UFSM, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2009.

HANKE, William. **Espaço, interseccionalidades e vivência cotidiana gay na cidade de Ponta Grossa, Paraná**. 2016. 227 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

HOUAISS, Antônio. **Momento**. *In*: MINIDICIONÁRIO HOUAISS. São Paulo: Editora Moderna, 2019.

IANNICELLI, Ana Carolina Puttini; MONTEIRO, Circe. A cidade noturna: análise de condicionantes socioespaciais nas atividades noturnas em bairros residenciais do Recife. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, 2020. **XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020**. [S. l.]: Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2117/336511>. Acesso em: 24 maio 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico - Município de Londrina**. Curitiba: IPARDES, 2024. Caderno Estatístico.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 87–94, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/8042>. Acesso em: 16 maio 2024.

LACERDA, Thiago William Felício. **A parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16177>. Acesso em: 16 maio 2024.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. *In*: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa Oliveira dos (org.). **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Qualitativa**. [S. l.]: CEIE/SBC, 2021. v. 3.

LEITE, Yatiara da Silva. Entretenimento como fator de desenvolvimento socioeconômico em Londrina. **Revista F@pciência**, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 53–63, 2012.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 08, n. 02, p. 207–221, 2000.

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12382>. Acesso em: 14 maio 2024.

LOCKS, Wagner. Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar. *In*: MEDIUM. 19 ago. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@wagnerlocks/democracia-tamb%C3%A9m-para-as-l%C3%A9sbicas-uma-luta-no-ferros-bar-6481a9460260>. Acesso em: 21 abr. 2024.

LONDRINA, Conselho Municipal da Saúde. **Ata da 144ª Reunião Ordinária**. Londrina.: Conselho Municipal de Saúde de Londrina, 2005. Disponível em: Acesso em: 3 maio 2024.

LÓPEZ, Jairo Antonio. La “ideología de género” y las resistencias frente a los derechos LGBT en América Latina. *In*: SILVA, Vergugo Teodoro; AMBROSI, Claudia Astudillo. **Género, Feminismo y Derechos Humanos: Reflexiones desde el Sur**. 1. ed. Cuenca, Equador: Universidad de Cuenca, 2020. p. 57–76.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. e175018, 2017.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. *In*: GREEN, James N. *et al.* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39–62.

MAGNANI, José Guilherme Cantor *et al.* **Etnografias urbanas: Quando o campo é a cidade**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, [s. l.], n. 15, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2041>. Acesso em: 9 abr. 2024.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, [s. l.], v. 17, p. 173–205, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002187515>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. **Geosul**, [s. l.], v. 29, n. 58, p. 89–114, 2014.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, [s. l.], n. 50, p. 83–102, 2017.

MARINHO, José Aparecido. **A história do Festival de Teatro de Londrina (FILO) - 1968 a 2000**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MARTINS, Marcelo Feijó *et al.* Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 151–185, 2008.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; DELIBERADO, Raquel de Medeiros. O Festival Internacional de Londrina e a ditadura: práticas estudantis e movimentos culturais na

década de 1960. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, O XXXV ENCUENTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL E A XX SEMANA DE HISTÓRIA, 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2015. p. 1651–1662.

MCGEOCH, Graham G. E vos, quem dizeis que eu sou? A recepção do Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Ceú no Brasil. **REFLEXUS - Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões**, [s. l.], v. 13, n. 22, p. 441–459, 2019.

MEIRA, Thomás Antonio Burneiko. “... **Da força da grana que ergue e destrói coisas belas**”: uma etnografia dos circuitos de lazer noturno em Londrina - PR a partir do Bar Valentino. 2009. Mestrado em Antropologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102010-153907/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MELLO, Luiz *et al.* Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [s. l.], v. 6, n. 07, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238>. Acesso em: 11 maio 2024.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 27, p. 289–312, 2012.

MEU AMOR, LONDRINA É TRANS E TRAVESTI - EDISON BEZERRA. Londrina: [s. n.], 2019. 1 vídeo (10 min 04 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rbOloSg83GM&t=276s>. Acesso em: 9 maio 2024.

MEU AMOR, LONDRINA É TRANS E TRAVESTI - MELISSA CAMPUS. Londrina: [s. n.], 2019. 1 vídeo (10 min 04 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rbOloSg83GM&t=276s>. Acesso em: 9 maio 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, [s. l.], v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 11 maio 2024.

MOREIRA, Juliane Roberta Santos; CARVALHO, Alessandra Izabel de. Modulações do Discurso, Interpretações e Memórias sobre a Geada Negra de 1975 e a Cafeicultura Paranaense. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 288–317, 2021.

MOREIRA, Juliane Santos; CARVALHO, Alessandra Izabel de. Um processo envolto em duas atmosferas: a diminuição do cultivo cafeeiro no Paraná – Brasil (1960-1975). **Revista Inclusiones**, [s. l.], p. 42–54, 2018.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues; MAIA, Carlos Eduardo Santos. Estratégias espaciais na parada LGBT em Goiânia, Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 263–281, 2017.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; VIEIRA, Marcelo; FINKLER, Mirelle. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 31, p. e200662pt, 2022.

MOTA, Cássio Henrique Naves. **Espaço urbano e subversão pela existência corporificada Queer em Uberlândia/MG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27453>. Acesso em: 16 maio 2024.

MÜLLER NETO, Julio Strubing; ARTMANN, Elizabeth. Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 30, p. 68–78, 2014.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [s. l.], p. 343–372, 2020.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido?. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre., v. 3, n. 5, p. 82–85, 2016.

OLIVEIRA, Vênancio de. **II Relatório: Impacto econômico da UEL na economia paranaense**. Londrina: Sindiprol/Aduel, 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Nas fronteiras da sexualidade: uma análise sobre os processos de construção e apropriação do espaço em boates GLS do centro da cidade de Manaus**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

OLIVEIRA, Thiago de Lima; NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpo aberto, rua sem saída. Cartografia da pegação em João Pessoa. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [s. l.], p. 44–66, 2015.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alcides Baptista. Espaço, ONGs LGBT e cidadania no sul do Brasil. **Espaço e Cultura**, [s. l.], n. 38, p. 35–64, 2015.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná**. [S. l.]: Governo do Estado do Paraná, 2013. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/plano\\_estadual\\_direitos\\_lgbt.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/plano_estadual_direitos_lgbt.pdf). Acesso em: 12 maio 2024.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Na batida da concha - um aprendiz de antropólogo no mundo das homossexualidades**. 1. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

PENENREY NAVARRO, Julio. Carnaval de Sodoma de Pedro Antonio Valdez: retratos y vestiduras travestis. **Perífrasis. Revista de Literatura, Teoría y Crítica**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 77–93, 2014.

PEREIRA, Lívia Maria. Drag queens, de dubladoras à cantoras: comunidades imaginadas, afetos e sociabilidades nas pistas de dança. **ANAIS DO 2º SIMPÓSIO POPFILIA**, [s. l.], v. 2, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/popfilia/popfilia-2023/trabalhos/drag-queens-de-dubladoras-a-cantoras-comunidades-imaginadas-afetos-e-sociabilida?lang=pt-br>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de Direitos Humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 115–137, 2016.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014). **Sociologias**, [s. l.], v. 22, p. 228–263, 2020.

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim; RAMOS, Calliandra Sousa; COELHO, Ruan. A diversidade de cores da Parada LGBT em São Paulo. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, [s. l.], n. 18, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3123>. Acesso em: 16 maio 2024.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/4713>. Acesso em: 11 maio 2024.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Publifolha, 2012.

PERRONI, Thaís Cattani *et al.* As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 97–108, 2019.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Dados**, [s. l.], v. 54, p. 259–305, 2011.

PUCCINELLI, Bruno. Na esquina do Bar d’A Lôca: produção de sexualidades no cruzamento com a produção da cidade de São Paulo. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [s. l.], v. 23, n. 23, p. 109–124, 2014.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha; FACIOLI, Lara; RIBEIRO, Luci. “Meu filho, minhas regras”: pânico morais, direitos sexuais e o projeto neoliberal de educação na cidade de Londrina (PR). *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; HENNING, Carlos

Eduardo (org.). **Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 98–136.

RAMOS, Michelle de Fátima *et al.* Conselhos setoriais: perfil dos conselheiros e sua influência na tomada de decisão. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 21, p. 61–70, 2012.

RAMOS, Jeferson; MAIOR, Paulo Souto. Inventando a dignidade: a emergência da luta homossexual organizada no Paraná. *In: MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIA NO SUL DO BRASIL*. 1. ed. [S. l.]: Editora Appris, 2021.

REIS, Toni. Advocacy LGBTI+ em tempos de conservadorismo e retrocessos sociais. **COR LGBTQIA+**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 23–40, 2022.

REZENDE, Isabela Yankous Vale Santos; DEMÉTRIO, Silvio Ricardo. A Polifonia do Bar Valentino: O Espaço Como Suporte Para A Narrativa Visual De Uma Geração. **COMCID - Encontro de Pesquisadores de Comunicação e Cidade**, [s. l.], v. 1, p. 116–129, 2018.

RIBEIRO, Andressa. O Beco dos Artistas e o estigma: intersecções de gênero, sexualidade, raça e classe social. **ILUMINURAS**, [s. l.], v. 16, n. 37, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/53154>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RIBEIRO, Cristine Jaques; MORAES, Camila de Freitas; KRUGER, Nino Rafael Medeiros. A universidade e os corpos invisibilizados: para se pensar o corpo LGBT. **Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 357–372, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 4. ed. [S. l.]: Atlas, 2017.

RICKLI, Elidiane Mattos. **Violência contra estudantes universitários no ambiente acadêmico: uma análise por sexo**. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RODRIGUES, Alexsandro *et al.* Racismos/sexismos e o extermínio da população LGBT: o que os discursos cristãos e das Escrituras como lei têm a nos dizer?. **Dimensões**, [s. l.], n. 36, p. 136–160, 2016.

RODRIGUES, João Paulo Ribeiro; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], p. 207–248, 2020.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Imprensa e memória: a geada negra de 1975 no Estado do Paraná. **Revista Labirinto (UNIR)**, [s. l.], v. 27, p. 210–222, 2017.

SANTOS, Fátima Carneiro dos. A Composição da Paisagem Sonora em: Corpo Re-construção Ação Ritual Performance. **XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM)**, [s. l.], p. 785–789, 2006.

SANTOS, Luzianne dos *et al.* A importância da participação popular no Conselho Municipal de Educação do município de Estância/SE. *In: VI JORNADA*

INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/aimportanciadaparticipacaopopularnoconselhomunicipal.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

SANTOS, Tiago Moreira dos. Ativistas e Ativados: Subjetividade e Política no Movimento de Soropositivos no Paraná. **Ilha Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2, p. 144–168, 2007.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], p. 147–186, 2016.

SANTOS, Tiago Moreira dos. Doença, política e subjetividade no ativismo soropositivo no estado do Paraná. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 29–44, 2006.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos *et al.* (org.). **Londrina contra o Coronavírus: Ações empreendidas para o combate à pandemia na cidade de Londrina**. 2. ed. Londrina, PR: NIGEP-CESA-UEL, 2021.

SANTOS, Vinicius Henrique dos. **O fazer cidade das prostitutas: invasão, ocupação insistente e a instalação da prostituição em regiões morais de Londrina**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. **Revista de Estudos da Comunicação**, [s. l.], v. 15, n. 36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/22452>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, Maria Nilza da. A cidade de Londrina: Desigualdade, território e pertencimento étnico-racial. *In*: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s. n.], 2013. Disponível em: [https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364565704\\_ARQUIVO\\_Anpuh2013-textofinal.pdf](https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364565704_ARQUIVO_Anpuh2013-textofinal.pdf). Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A transformação do estigma em orgulho: redes de sociabilidade LGBT na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista de Estudos Universitários - REU**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 409–424, 2020.

SILVA, Danuzio Weliton Gomes da. **O papel do ativismo político na promoção da diversidade LGBT na Universidade de Brasília**. 2021. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/41915>. Acesso em: 14 maio 2024.

SILVA, Danuzio Weliton Gomes da; CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Ativismo LGBT organizacional: debate e agenda de pesquisa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 434–462, 2021.

SIQUEIRA DE CARVALHO, Marcia. Violência urbana: breves considerações sobre a cidade de Londrina. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, [s. l.], v. 12, 2008. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/114786>.

SOARES, Marco Aurélio de Almeida. **O “lugar de fala” dos LGBT’s na universidade: (des)sexualizando as identidades de gênero e a sexualidade**. 2023. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023.

SOLANA TIRADO, Miguel. **La cultura del VOGUING: un recorrido desde Estados Unidos hasta Francia**. 2021. bachelor thesis[s. l.], 2021. Disponível em: <https://rodin.uca.es/handle/10498/25543>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SOUSA, Adelaine Maria de *et al.* A política da AIDS no Brasil: uma revisão da literatura. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 62–66, 2012.

SOUZA, Virgínia de. **Homens beneficiários do programa Bolsa Família: pobreza, formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar**. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Intelectuais e vida cultural em Londrina-PR (1950-1979). **Arquivos do CMD**, [s. l.], v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/22020>.

TAROCCO FILHO, José. **Impacto econômico da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2006**. 2014. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

TOMMASINO, Kimiye. Os novos acampamentos (Wãre) Kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 66–71, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brazil: Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo. **Revista Gênero**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31092>. Acesso em: 16 maio 2024.

VERGILI, Guilherme E.; BRASIL, Felipe G.; CAPELLA, Ana Cláudia N. Institucionalização e descentralização do movimento LGBT no Brasil. **Revista Psicologia Política**, [s. l.], v. 15, n. 34, p. 563–585, 2015.

VICENZI, Piero Dutra. **Sujeitos, cores e entraves: uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas**. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2021.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“A única coisa que nos une e o desejo”:** produção de si e sujeitos do desejo na vivência da homossexualidade em **Campina Grande/PB**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

VILLALBA, María Emilia; BOY, Martín; MALTZ, Tatiana. Militancias LGBT y políticas de Estado: de la represión a la ciudadanía sexual. Argentina, 1969-2015. **Ts. Territorios-REVISTA DE TRABAJO SOCIAL**, [s. l.], v. 2, p. 47–64, 2018.

WASELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012 : os novos padrões da violência homicida no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

WARNER, Michael. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**, [s. l.], v. 4, p. 3–17, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: Um vocabulário de cultura e sociedade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

YAMAKI, Humberto. **Mini atlas da Colônia Internacional: as terras da CTNP**. 1. ed. Londrina: Edições Humanidades, 2008.

## ANEXOS

## ANEXO A – TABELA DOS INTERLOCUTORES

Nome <sup>86</sup>	Idade	Raça/etnia	Escolaridade	Profissão
Jonas	34	Branco	Ensino superior completo	Professor
Felipe	31	Branco	Ensino superior completo	Advogado
Marcelo	56	Branco	Pós-Graduação completa	Professor
Diego	37	Branco	Ensino superior completo	Designer
Vander	34	Branco	Ensino médio completo	Motorista de aplicativo
Everton	34	Negro	Ensino superior completo	Professor
Lucas	25	Negro	Ensino superior completo	Contador
Josias	32	Negro	Ensino superior incompleto	Gerente de RH
Pedro	39	Negro	Ensino superior completo	Funcionário público
Antonio	26	Negro	Ensino fundamental completo	Caixa de supermercado
Roberto	31	Negro	Ensino superior completo	Designer
Leandro	64	Branco	Pós-Graduação completa	Professor
Paulo Wesley	52	Branco	Ensino superior completo	Caseiro e ativista LGBTI+
Roni Lima	56	Branco	Ensino superior completo	Caseiro e ativista LGBTI+
Melissa Star	54	Branca	Ensino médio incompleto	Drag queen e mãe de santo

<sup>86</sup> Nessa lista constam os nomes dos interlocutores que participaram de forma anônima, bem como de outros que participaram como pessoas-chave e/ou figuras históricas. Optei por não colocar o nome do Edison Bezerra na lista pelo fato do mesmo não ter sido entrevistado com a mesma intenção que os demais. Contudo, independente da forma como a entrevista foi realizada, ele ganha destaque nessa dissertação por sua importante atuação frente à luta política em prol da população LGBTI+ de Londrina.

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
LONDRINA - UEL

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Discreto e longe do meio: a política de identidade assimilacionista como mantenedora da regulação dos corpos gays.

**Pesquisador:** MARCOS ALEXANDRE SALES

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 68402123.0.0000.5231

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DA NOTIFICAÇÃO**

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:**

**Data do Envio:** 17/05/2024

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.835.936

**Apresentação da Notificação:**

Trata-se da apresentação de um relatório final de pesquisa.

**Objetivo da Notificação:**

Trata-se da apresentação de um relatório final de pesquisa.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Não se aplica.

**Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

O Pesquisador informa no relatório que "Durante o processo de trabalho de campo e escrita, o projeto sofreu alterações em seu título, atualizado para 'Sociabilidades gays na cidade de Londrina'. Não houve comunicação à Plataforma Brasil sobre essa alteração, uma vez que a mudança ocorreu próximo ao envio do presente relatório final". Destaca que não houve

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

**UF:** PR

**Município:** LONDRINA

**Telefone:** (43)3371-5455

**CEP:** 86.057-970

**E-mail:** cep268@uel.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 6.835.936

nenhum problema durante a execução do projeto. Sobre os resultados da pesquisa informa que: „Uma parte do resultado final será publicado no evento „Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática“, que acontecerá entre os dias 29/07 e 02/08/2024 na UFSC, Florianópolis-SC. O Pesquisador relata que não houve riscos na execução em relação aos benefícios propiciados pela pesquisa o pesquisador destaca que „[...] há possibilidade de fortalecer a literatura e o campo sociológico que debate as individualidades e subjetividades de sujeitos gays, principalmente em cidades do interior, bem como fortalecer a compreensão sobre espaços de sociabilidade e como estes auxiliam no entendimento desses sujeitos como seres sociais dotados de direito e cidadania, e que, a pesquisa também propiciou o favorecimento de registro do histórico da militância política revelado durante as entrevistas evidencia „[...] o quanto esse trabalho se mostra promissor ao ser pioneiro em relatar a formação de grupos e momentos de militância política LGBTI+ na cidade, desde a fundação da Associação Interdisciplinar Londrinense de AIDS (ALIA) em 1989, até os dias atuais com as edições anuais da Parada Cultural LGBTI+ de Londrina.“.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Não se aplica.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado Pesquisador,

considerando o Relatório Final de Pesquisa encaminhado para este Comitê de Ética, procedida a análise, o relator destaca que o relatório atende as exigências para sua apresentação. Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL, de acordo com as atribuições definidas na Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, bem como com os padrões éticos instituídos pela Resolução 510 de 07 de abril de 2016, manifesta-se pela aprovação deste Relatório Final de Pesquisa.

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

**UF:** PR

**Município:** LONDRINA

**Telefone:** (43)3371-5455

**CEP:** 86.057-970

**E-mail:** cep268@uel.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
LONDRINA - UEL

Continuação do Parecer: 6.835.936

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatorio_final.pdf	17/05/2024 13:44:54	MARCOS ALEXANDRE SALES	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

LONDRINA, 20 de Maio de 2024

---

**Assinado por:****Adriana Lourenço Soares Russo  
(Coordenador(a))****Endereço:** LABESC - Sala 14**Bairro:** Campus Universitário**UF:** PR**Município:** LONDRINA**Telefone:** (43)3371-5455**CEP:** 86.057-970**E-mail:** cep268@uel.br

## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ETAPA ONLINE

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Gostaríamos de convidá-lo a participar do trabalho intitulado: *Discreto e longe do meio: a política de identidade assimilacionista como mantenedora da regulação dos corpos gays*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender às resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatizam as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. Desde 2003, sob a Resolução UEL 063/2003, foi normatizado seu funcionamento na Instituição), (CAAE: 68402123.0.0000.5231) e que vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL). O objetivo do trabalho é identificar, por meio da aplicação deste questionário e de eventuais entrevistas em profundidade, algumas das causas e consequências da heteronormatividade como dispositivo regulador dos sujeitos homossexuais e de seus corpos, a fim de compreender e analisar as distintas justificativas dos sujeitos da pesquisa para a existência de múltiplas formas performativas de gênero e sexualidades para esse grupo. Tal movimento permitirá, entre outras coisas, jogar luz sobre os dilemas e necessidades da comunidade LGBTQIA+ bem como ampliar o entendimento social de suas formas de autocompreensão e de luta por maior inclusão na sociedade majoritária.

O presente projeto justifica-se na medida em que tem como perspectiva central aprofundar vivências e experiências das sexualidades e masculinidades não hegemônicas, em contraposição às que o são, e desvendar como os sujeitos homossexuais pensam e sentem tais questões. Os estudos de gênero são comumente dominados pelo enfoque das problemáticas femininas e, no que se refere à sexualidade, na sociologia tradicional, não existe uma «sociologia da sexualidade» que possa aprofundar esse marcador, particularmente no Brasil, hoje visto como um importante dado para a compreensão das relações dos sujeitos com a sociedade. É necessário enfatizar aqui que há urgência em se estudar masculinidades dentro do campo das ciências humanas, pois temos visto que, como tema emergente da sociologia, os estudos de gênero se mostraram eficazes no enfrentamento às desigualdades, permitindo a produção de dados e materiais para a confecção de políticas públicas que visam à redução dos danos sociais. É de extrema importância que as sexualidades sejam evidenciadas, principalmente, no campo das ciências humanas, uma vez que os estudos apontam sua relevância para a compreensão de diversos aspectos sociais.

Em especial, esse projeto pretende focar nas homossexualidades masculinas e seu impacto frente às consequências da ação heteronormativa imposta pela sociedade, que naturaliza a heterossexualidade como padrão de referência social. O estudo voltado para as homossexualidades, com destaque para as entendidas como não hegemônicas, tem se tornado tema de impacto nas ciências sociais nas últimas décadas, devido ao avanço dos direitos civis, como o casamento homoafetivo, união estável e adoção homoparental, entre outros, conquistados por essa população. Todavia, é imprescindível que olhemos para essa questão com toda criticidade, uma vez que o foco é compreender como a heteronormatividade opera sobre esses corpos, independentemente dos avanços conquistados pelas lutas dos movimentos sociais.

Para tanto, a sua participação é muito importante e dar-se-ia das seguintes formas:

- 1) Respondendo a este questionário *online*, disposto na plataforma *Google Forms*. As perguntas se referem a questões relacionadas a percepções de marcadores identitários, sexualidade, valores sociais, cultura e política no Brasil, e outros temas relativos à sociedade brasileira. Para essa

primeira etapa, o participante deverá dispor de acesso à internet, via celular, tablet ou computador, para que as perguntas sejam respondidas. O tempo médio de resposta é de 15 minutos.

- 2) A segunda forma de participação se dará por meio de entrevistas abertas, em profundidade, com os participantes do questionário que aceitarem ser entrevistados e, voluntariamente, passarem seu contato remoto ao pesquisador. Para esta etapa, o participante que se colocar à disposição para colaborar com a entrevista em profundidade deverá responder, de forma livre e espontânea, as mesmas perguntas elaboradas no questionário online, mas com a liberdade de ampliar, aprofundar e/ou problematizar os temas abordados no questionário on-line. A intenção é que o participante, se assim quiser, possa apresentar novos pontos de vista sobre as questões apresentadas anteriormente e refletir sobre as respostas dadas no questionário virtual. A entrevista presencial está prevista para ocorrer, inicialmente, no centro de letras e ciências humanas da universidade estadual de londrina. A sala e/ou espaço que sediará a conversa será reservada previamente, respeitando a disponibilidade das salas do CLCH-UDEL. Caso seja da vontade do participante realizar a conversa em outro ambiente, a entrevista poderá ocorrer em local da preferência do entrevistado. O tempo médio de resposta da entrevista presencial é de 1 (uma) hora.

Gostaríamos de esclarecer que, em acordo com a resolução 466/2012 do ministério da saúde, observada na íntegra pelo CEP/UDEL, sua participação é totalmente voluntária, sendo-lhe facultado: recusar-se a participar, não responder perguntas do questionário que não deseje ou mesmo desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem que isto acarrete ônus ou prejuízo à sua pessoa. Entre os benefícios vislumbrados pelo pesquisador em relação à investigação conduzida estão, sobretudo, a compreensão e análise de algumas das causas e consequências da heteronormatividade como dispositivo regulador dos sujeitos homossexuais e de seus corpos e de suas múltiplas formas performativas de gênero e de sexualidades. Entender e dimensionar adequadamente tais questões podem ser de grande valia para a aquisição de novos saberes sociológicos em relação às masculinidades e homossexualidades, campo ainda pouco explorado dentro da sociologia tradicional. Também, entendemos que iluminar os dilemas e as necessidades da comunidade gay bem como ampliar o entendimento social de suas formas de autocompreensão e de luta por inclusão na sociedade majoritária podem trazer benefícios importantes para a causa LGBTQIA+. Daí, inclusive, ser de extrema relevância a colaboração livre e voluntária de todos os participantes.

Apesar de todas as limitações e riscos característicos do ambiente virtual, dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais, principalmente no que se refere à confidencialidade total e ao risco de violação do material coletado, procuraremos, tanto no que se refere ao questionário online quanto às entrevistas em profundidade, garantir a manutenção do sigilo e da confidencialidade das informações fornecidas, preservando, por meio de todos os recursos que estiverem ao nosso alcance, a identidade do participante durante toda a pesquisa. Tendo em vista que o conteúdo desta pesquisa é sensível e pode gerar desconforto emocional e/ou constrangimento, o pesquisador se compromete a amparar e acolher os participantes que, porventura, venham a passar por quaisquer situações disruptivas devido à sua participação nesta pesquisa. Para tanto, um psicólogo parceiro se colocou à disposição para atender de forma inicial e/ou emergencial quaisquer participantes que eventualmente venham a sentir desconforto emocional e/ou constrangimento decorrentes desta pesquisa.

Informamos ainda que os dados, documentos e informações serão utilizados somente para os fins deste trabalho. Apesar de todas as limitações e riscos característicos do ambiente virtual, dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais, principalmente no que se refere à confidencialidade total e ao

risco de violação do material coletado, procuraremos, tanto no que se refere ao questionário online quanto às entrevistas em profundidade, garantir a manutenção do sigilo e da confidencialidade das informações fornecidas, preservando, por meio de todos os recursos que estiverem ao nosso alcance, a identidade do participante durante toda a pesquisa, inclusive, adotando, caso necessário e solicitado, pseudônimos na transcrição para o texto final. As respostas dos questionários ficarão armazenadas em uma planilha de Excel. Em conformidade com a Resolução 510/2016, Capítulo VI - Do Pesquisador Responsável, art. 28, item “IV – manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa”. O pesquisador ainda se compromete a excluir o material coletado, utilizando o aplicativo Eraser (conhecido por sua utilidade em apagar qualquer resquício de material digital), de modo a impossibilitar qualquer uso do material coletado durante essa pesquisa após o prazo mínimo de 5 anos da data da coleta. O material ficará guardado em um HD externo e será usado apenas para os fins visados nesta pesquisa. Ainda, na eventual existência de qualquer material físico, o pesquisador garante que este será triturado por uma fragmentadora, vindo a ser, por conseguinte, devidamente descartado.

Cabe ressaltar que, o pesquisador se compromete a (i) não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros; (ii) não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso disponível, via formulário; (iii) não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Em atendimento à resolução 510/2016, seção II - do registro do consentimento e do assentimento - art. 17 item “VI – garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa”, o pesquisador responsável se coloca à disposição para compartilhar com os participantes todas as informações analisadas, bem como o texto final da dissertação a ser apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia para a obtenção da titulação desejada.

Ao clicar na caixa “De acordo”, abaixo, você assume estar ciente das condições e compromissos assumidos pelo pesquisador e dá anuência à sua participação voluntária nesta pesquisa. Depois de seu aceite deste Termo de Consentimento, você será direcionado ao questionário, cujo conteúdo poderá conhecer antes de responder.

Qualquer dúvida adicional em relação ao trabalho, poderá ser esclarecida pelo pesquisador, cujos dados seguem abaixo. A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL ([ppgsoc@uel.br](mailto:ppgsoc@uel.br)) tem ciência dos termos desta pesquisa. Esclarecimentos éticos adicionais poderão ser solicitados ao CEP/Uel pelo e-mail do órgão ([cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br)) ou pelo telefone (43) 3371-5455.

Nome do Pesquisador: Marcos Alexandre Sales (PPGSOC-Uel – Mestrado)

Telefone / Whatsapp: (43) 99162-4979

E-mail: [marcos.alexandre@uel.br](mailto:marcos.alexandre@uel.br)

## ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ETAPA PRESENCIAL

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gostaríamos de convidá-lo a participar do trabalho intitulado: *Discreto e longe do meio: a política de identidade assimilacionista como mantenedora da regulação dos corpos gays*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender às resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatizam as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. Desde 2003, sob a Resolução UEL 063/2003, foi normatizado seu funcionamento na Instituição), (CAAE: 68402123.0.0000.5231) e que vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL). O objetivo do trabalho é identificar, por meio da aplicação deste questionário e de eventuais entrevistas em profundidade, algumas das causas e consequências da heteronormatividade como dispositivo regulador dos sujeitos homossexuais e de seus corpos, a fim de compreender e analisar as distintas justificativas dos sujeitos da pesquisa para a existência de múltiplas formas performativas de gênero e sexualidades para esse grupo. Tal movimento permitirá, entre outras coisas, jogar luz sobre os dilemas e necessidades da comunidade LGBTQIA+ bem como ampliar o entendimento social de suas formas de autocompreensão e de luta por maior inclusão na sociedade majoritária.

O presente projeto justifica-se na medida em que tem como perspectiva central aprofundar vivências e experiências das sexualidades e masculinidades não hegemônicas, em contraposição às que o são, e desvendar como os sujeitos homossexuais pensam e sentem tais questões. Os estudos de gênero são comumente dominados pelo enfoque das problemáticas femininas e, no que se refere à sexualidade, na sociologia tradicional, não existe uma «sociologia da sexualidade» que possa aprofundar esse marcador, particularmente no Brasil, hoje visto como um importante dado para a compreensão das relações dos sujeitos com a sociedade. É necessário enfatizar aqui que há urgência em se estudar masculinidades dentro do campo das ciências humanas, pois temos visto que, como tema emergente da sociologia, os estudos de gênero se mostraram eficazes no enfrentamento às desigualdades, permitindo a produção de dados e materiais para a confecção de políticas públicas que visam à redução dos danos sociais. É de extrema importância que as sexualidades sejam evidenciadas, principalmente, no campo das ciências humanas, uma vez que os estudos apontam sua relevância para a compreensão de diversos aspectos sociais.

Em especial, esse projeto pretende focar nas homossexualidades masculinas e seu impacto frente às consequências da ação heteronormativa imposta pela sociedade, que naturaliza a heterossexualidade como padrão de referência social. O estudo voltado para as homossexualidades, com destaque para as entendidas como não hegemônicas, tem se tornado tema de impacto nas ciências sociais nas últimas décadas, devido ao avanço dos direitos civis, como o casamento homoafetivo, união estável e adoção homoparental, entre outros, conquistados por essa população. Todavia, é imprescindível que olhemos para essa questão com toda criticidade, uma vez que o foco é compreender como a heteronormatividade opera sobre esses corpos, independentemente dos avanços conquistados pelas lutas dos movimentos sociais.

Para tanto, a sua participação é muito importante e dar-se-ia das seguintes formas:

- 1) Respondendo a este questionário *online*, disposto na plataforma *google Forms*. As perguntas se referem a questões relacionadas a percepções de marcadores identitários,

sexualidade, valores sociais, cultura e política no Brasil, e outros temas relativos à sociedade brasileira. Para essa primeira etapa, o participante deverá dispor de acesso à internet, via celular, tablet ou computador, para que as perguntas sejam respondidas. O tempo médio de resposta é de 15 minutos.

- 2) A segunda forma de participação se dará por meio de entrevistas abertas, em profundidade, com os participantes do questionário que aceitarem ser entrevistados e, voluntariamente, passarem seu contato remoto ao pesquisador. Para esta etapa, o participante que se colocar à disposição para colaborar com a entrevista em profundidade deverá responder, de forma livre e espontânea, as mesmas perguntas elaboradas no questionário online, mas com a liberdade de ampliar, aprofundar e/ou problematizar os temas abordados no questionário on-line. A intenção é que o participante, se assim quiser, possa apresentar novos pontos de vista sobre as questões apresentadas anteriormente e refletir sobre as respostas dadas no questionário virtual. A entrevista presencial está prevista para ocorrer, inicialmente, no centro de letras e ciências humanas da universidade estadual de Londrina. A sala e/ou espaço que sediará a conversa será reservada previamente, respeitando a disponibilidade das salas do CLCH-UEL. Caso seja da vontade do participante realizar a conversa em outro ambiente, a entrevista poderá ocorrer em local da preferência do entrevistado. O tempo médio de resposta da entrevista presencial é de 1 (uma) hora.

Gostaríamos de esclarecer que, em acordo com a resolução 466/2012 do Ministério da Saúde, observada na íntegra pelo CEP/UEL, sua participação é totalmente voluntária, sendo-lhe facultado: recusar-se a participar, não responder perguntas do questionário que não deseje ou mesmo desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem que isto acarrete ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Entre os benefícios vislumbrados pelo pesquisador em relação à investigação conduzida estão, sobretudo, a compreensão e análise de algumas das causas e consequências da heteronormatividade como dispositivo regulador dos sujeitos homossexuais e de seus corpos e de suas múltiplas formas performativas de gênero e de sexualidades. Entender e dimensionar adequadamente tais questões podem ser de grande valia para a aquisição de novos saberes sociológicos em relação às masculinidades e homossexualidades, campo ainda pouco explorado dentro da sociologia tradicional. Também, entendemos que iluminar os dilemas e as necessidades da comunidade gay bem como ampliar o entendimento social de suas formas de autoconhecimento e de luta por inclusão na sociedade majoritária podem trazer benefícios importantes para a causa LGBTQIA+. Daí, inclusive, ser de extrema relevância a colaboração livre e voluntária de todos os participantes.

Apesar de todas as limitações e riscos característicos do ambiente virtual, dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais, principalmente no que se refere à confidencialidade total e ao risco de violação do material coletado, procuraremos, tanto no que se refere ao questionário online quanto às entrevistas em profundidade, garantir a manutenção do sigilo e da confidencialidade das informações fornecidas, preservando, por meio de todos os recursos que estiverem ao nosso alcance, a identidade do participante durante toda a pesquisa. Tendo em vista que o conteúdo desta pesquisa é sensível e pode gerar desconforto emocional e/ou constrangimento, o pesquisador se compromete a amparar e acolher os participantes que, porventura, venham a passar por quaisquer situações disruptivas devido à sua participação nesta pesquisa. Para tanto, um psicólogo parceiro se colocou à disposição para atender de forma inicial e/ou emergencial quaisquer participantes que eventualmente venham a sentir desconforto emocional e/ou constrangimento decorrentes desta pesquisa.

Informamos ainda que os dados, documentos e informações serão utilizados somente para os fins deste trabalho. Apesar de todas as limitações e riscos característicos do ambiente virtual, dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais, principalmente no que se refere à confidencialidade total e ao risco de violação do material coletado, procuraremos, tanto no que se refere ao questionário online quanto às entrevistas em profundidade, garantir a manutenção do sigilo e da confidencialidade das informações fornecidas, preservando, por meio de todos os recursos que estiverem ao nosso alcance, a identidade do participante durante toda a pesquisa, inclusive, adotando, caso necessário e solicitado, pseudônimos na transcrição para o texto final. As entrevistas presenciais serão gravadas e armazenadas juntamente com todos os materiais de análises desta pesquisa dentro de um HD externo. Em conformidade com a Resolução 510/2016, Capítulo VI - Do Pesquisador Responsável, art. 28, item “IV – manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa”. O pesquisador ainda se compromete a excluir o material coletado, utilizando o aplicativo Eraser (conhecido por sua utilidade em apagar qualquer resquício de material digital), de modo a impossibilitar qualquer uso do material coletado durante essa pesquisa após o prazo mínimo de 5 anos da data da coleta. O material ficará guardado em um HD externo e será usado apenas para os fins visados nesta pesquisa. Ainda, na eventual existência de qualquer material físico, o pesquisador garante que este será triturado por uma fragmentadora, vindo a ser, por conseguinte, devidamente descartado.

Cabe ressaltar que, o pesquisador se compromete a (i) não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros; (ii) não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso disponível, via entrevista presencial; (iii) não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Em atendimento à resolução 510/2016, seção II - do registro do consentimento e do assentimento - art. 17 item “VI – garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa”, o pesquisador responsável se coloca à disposição para compartilhar com os participantes todas as informações analisadas, bem como o texto final da dissertação a ser apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia para a obtenção da titulação desejada.

Qualquer dúvida adicional em relação ao trabalho, poderá ser esclarecida pelo pesquisador, cujos dados seguem abaixo. A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL ([ppgsoc@uel.br](mailto:ppgsoc@uel.br)) tem ciência dos termos desta pesquisa. Esclarecimentos éticos adicionais poderão ser solicitados ao CEP/UEL pelo e-mail do Comitê ([cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br)) ou pelo telefone (43) 3371-5455.

Nome do Pesquisador: Marcos Alexandre Sales (PPGSOC-UEL – Mestrado)  
Telefone / Whatsapp: (43) 99162-4979  
E-mail: [marcos.alexandre@uel.br](mailto:marcos.alexandre@uel.br)

Ao assinar este termo, declara estar ciente das obrigações do pesquisador elencadas acima.

---

Nome:  
Contato:

---

Marcos Alexandre Sales (pesquisador)  
Contato: 43 991624979